

Proposta da Administração

Documentos e informações necessários para realização da
Assembléia Geral Ordinária em 28 de abril de 2015, em
atendimento aos artigos 9º, 10º e 12º do Capítulo III da
Instrução CVM 481/09

Proposta da Administração para a Assembléia Geral Ordinária de 28 de abril de 2015

Em atendimento ao Capítulo III - Informações e Documentos da Instrução CVM 481/09, a Usiminas está disponibilizando os seguintes documentos e informações:

Índice

A - Artigo 9º - a Companhia deve fornecer até um mês antes da data marcada para realização da Assembléia Geral Ordinária os seguintes documentos e informações:

I - Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo em 31/12/2014	3
II - Parecer dos auditores independentes	13
III - Cópia das demonstrações financeiras	15
IV - Parecer do Conselho Fiscal	117
V - Declaração dos diretores sobre o Relatório dos auditores independentes	118
VI - Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras	119
VII - Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência	120

B - Conforme parágrafo 1º, a Usiminas está fornecendo ainda os seguintes documentos:

I - Formulário de demonstrações financeiras padronizadas - DFP, arquivado na CVM em 18/02/2015 e reapresentado em 04/03/2015	157
II - Proposta de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31/12/2014 com as informações requeridas no Anexo 9-1-II (Instrução CVM 481, artigo 9º, inciso 1º, item II)	158
III - Orçamento de capital	162
IV - Parecer do comitê de auditoria	163

C - Em atendimento ao artigo 10º, a Usiminas está disponibilizando as seguintes informações:

I - Itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados pela administração ou pelos acionistas controladores	164
---	-----

D - Em atendimento ao artigo 12º, a Usiminas está disponibilizando os seguintes documentos e informações:

I - Proposta de remuneração dos administradores, nos termos do item 13 do Formulário de Referência (Instrução CVM 481, artigo 12º)	177
--	-----

Senhores Acionistas,

A Administração da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia e suas controladas, com o parecer dos auditores independentes e do conselho fiscal, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

1) CONJUNTURA ECONÔMICA

A atividade econômica no Brasil continuou com fraco desempenho em 2014. A Indústria seguiu em dificuldades devido a baixos investimentos, enfraquecimento do consumo, forte penetração de produtos importados e acúmulo de estoques. A previsão é de um recuo de 2,5% do PIB Industrial em 2014.

Os setores industriais intensivos no consumo de aço tiveram quedas expressivas em 2014. A produção de bens de capital recuou 8,8% e a de bens duráveis, 9,1%. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), a produção de veículos em 2014 recuou 15,3% e a de máquinas agrícolas, 17,9%. A Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ) estima que tenha havido queda de 15% no consumo aparente de máquinas e equipamentos no mercado doméstico.

A retração do mercado doméstico e as menores exportações, afetadas pela redução das importações da Argentina, um dos principais compradores de manufaturados brasileiros, contribuíram para a queda da produção industrial em 2014. As importações de máquinas e equipamentos e de veículos e autopeças são os principais itens que contribuíram para o déficit de 2,5 milhões de toneladas no comércio indireto de aços.

Abaixo estão os principais indicadores da economia brasileira referentes aos anos de 2013 e 2014:

Indicadores (%)	2013	2014
PIB (IBGE)	2,5	0,2
Produção Industrial (IBGE)	2,1	-2,9
Inflação - IPCA	5,9	6,4
Juros - Selic (Fim de Período)	10,00	11,75
Câmbio R\$/USD (Fim de Período)	2,34	2,66

Fonte: IBGE, Relatório FOCUS (16/01/2015) - Banco Central

2) PERFIL DA COMPANHIA

Com 51 anos de atuação no mercado, a Usiminas está presente em toda a cadeia produtiva do aço, sendo líder do mercado nacional de aços planos e um dos maiores complexos siderúrgicos da América Latina. Detém uma linha completa de aços planos, que atende aos mais diferentes

setores da indústria brasileira e mundial e possui capacidade nominal para produzir 9,5 milhões de toneladas de aço por ano.

A Usiminas não se restringe apenas à siderurgia, atuando também no segmento de mineração, por meio da Mineração Usiminas, no segmento de transformação do aço, por meio da Soluções Usiminas, e nos segmentos de bens de capital e serviços, por meio da Usiminas Mecânica.

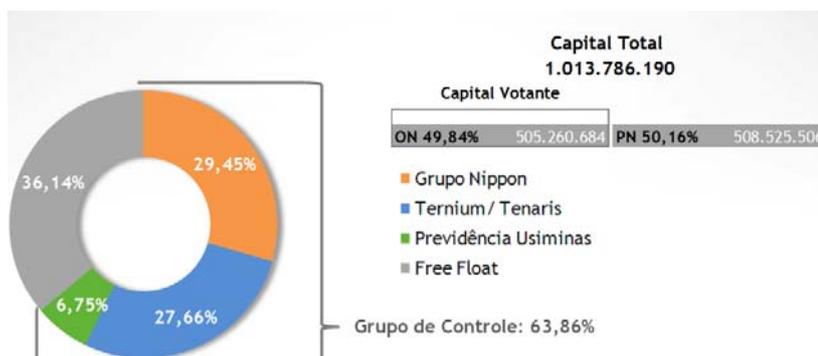
3) GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em 2014, a Usiminas continuou na evolução das práticas de governança corporativa, de transparência e respeito aos acionistas. A estrutura de governança da Usiminas conta com Auditoria Interna, subordinada diretamente ao Conselho de Administração. Ela tem a missão de monitorar as boas práticas - avaliar o sistema de controles internos e de gestão de riscos da Companhia - ao dar suporte às decisões da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração.

A Usiminas possui um Código de Conduta que tem por objetivo orientar seu relacionamento com os públicos interno e externo, padronizando a relação direta das empresas da Companhia com os *stakeholders*. O Código é uma referência para a conduta pessoal e profissional dos empregados, baseado em valores e princípios que sustentam a atuação da Companhia.

Composição acionária e grupo de controle

O capital social da Companhia se compõe de 1.013.786.190 ações, sendo 49,8% de ações ordinárias com direito a voto. O Grupo de Controle possui 63,9% do capital votante.



Administração

A Diretoria Estatutária da Usiminas é composta por um diretor-presidente e até seis vice-presidentes nas áreas Comercial, Industrial, Finanças e Relações com Investidores, Tecnologia e Qualidade, Subsidiárias e Planejamento Corporativo.

Os gestores têm mandatos de dois anos, podendo ser reeleitos, e devem estabelecer as diretrizes corporativas para os demais gestores e direcioná-los nas relações internas e externas.

O Conselho de Administração conta com dez membros efetivos e seus respectivos suplentes e se reúne ordinariamente quatro vezes por ano, conforme calendário previamente estabelecido, ou extraordinariamente sempre que necessário aos interesses da Companhia. Possui dois comitês de assessoramento: o Comitê de Auditoria e o Comitê de Recursos Humanos.

A Usiminas mantém ainda um Conselho Fiscal instalado, responsável por fiscalizar os atos de gestão dos Administradores.

Remuneração da administração

A remuneração paga e a pagar ao pessoal-chave da Administração, que inclui a Diretoria Estatutária, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia, está demonstrada a seguir:

	2014	2013
Honorários	30.329	30.975
Encargos sociais	5.915	5.559
Planos de aposentadoria	133	131
	<u>36.377</u>	<u>36.665</u>

Em 31 de dezembro de 2014, o valor pago ao pessoal-chave da administração foi de R\$28.756 (31 de dezembro de 2013 - R\$26.798).

Auditores independentes

A norma interna da Companhia, no que diz respeito à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou de objetividade nos trabalhos de auditoria. Esta norma fundamenta-se nos princípios internacionalmente aceitos de que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seus clientes.

Em 2014, a EY foi responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras das empresas Usiminas.

Conforme Instrução CVM 381/2003, os serviços contratados da EY no exercício social de 2014 foram os seguintes:

Descrição	R\$ mil (incluindo impostos)	% (**)
Auditoria externa (*)	2.476	-
Assessoria tributária	142	6%
Revisão de benefícios de remuneração	400	16%
	<u>3.018</u>	

(*) Refere-se ao serviço de auditoria contábil e fiscal.

(**) Percentual em relação aos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Estes serviços foram contratados para períodos inferiores a um ano.

A EY declarou que a prestação dos serviços descritos acima foi feita em estrita observância às normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situação que poderiam afetar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria prestados à Usiminas.

4) DESEMPENHO CONSOLIDADO

Principais Destaques

R\$ milhões - Consolidado	2014	2013	Var. 2014/2013
Volume de Vendas Aço (mil t)	5.541	6.220	-11%
Volume de Vendas Minério (mil t)	5.623	6.754	-17%
Receita Líquida	11.742	12.829	-8%
CPV	(10.705)	(11.354)	-6%
Lucro(prejuízo) Bruto	1.037	1.476	-30%
Lucro(prejuízo) Líquido	208	17	1142%
EBITDA - Instrução CVM 527	1.821	1.773	3%
Margem de EBITDA - Instrução CVM 527	16%	14%	+ 2 p.p.
EBITDA Ajustado	1.863	1.806	3%
Margem de EBITDA Ajustado	16%	14%	+ 2 p.p.
Investimentos (CAPEX)	1.110	981	13%
Caixa	2.852	3.469	-18%

Receita líquida

No ano de 2014, a receita líquida atingiu R\$11,7 bilhões contra R\$12,8 bilhões em 2013, em função de menores volumes de vendas e serviços, decorrente da retração de mercado enfrentada pelas Unidades de Negócio da Companhia. 85% da receita líquida foi destinada para o mercado interno (90% em 2013).

Custos dos produtos vendidos (CPV)

Em 2014, o CPV foi de R\$10,7 bilhões contra R\$11,4 bilhões em 2013, 5,7% menor quando comparado ao de 2013. A margem bruta no ano de 2014 foi de 8,8%, 2,7 pontos percentuais inferior à alcançada em 2013.

Despesas e receitas operacionais

Em 2014, as despesas com vendas foram de R\$290,9 milhões, 13,5% inferiores às de 2013, que foram de R\$336,4 milhões, devido, principalmente, a menores custos de distribuição, menores despesas com pessoal e encargos sociais, e menor provisão para devedores duvidosos. As

despesas gerais e administrativas em 2014 somaram R\$501,5 milhões, contra R\$568,0 milhões, o que representa uma queda de 11,7%, decorrente da redução de despesas em 16,5% em mão de obra própria e de terceiros. Outras despesas e receitas operacionais somaram R\$278,7 milhões positivo em 2014 contra R\$51,7 milhões negativo em 2013, principalmente devido à maior receita de venda de energia elétrica excedente em R\$343,7 milhões em 2014. Assim, as despesas operacionais líquidas totalizaram R\$513,8 milhões, contra R\$956,1 milhões em 2013, uma redução de 46,3%. Dessa forma, a margem operacional da Companhia foi de 4,5% em 2014, em comparação à 4,1% em 2013.

EBITDA ajustado

O EBITDA ajustado é calculado a partir do lucro (prejuízo) líquido do exercício, revertendo o lucro (prejuízo) das operações descontinuadas, o imposto de renda e contribuição social, o resultado financeiro, depreciação, amortização e exaustão, e a participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas. O EBITDA ajustado considera a participação proporcional de 70% da Unigal e outras controladas em conjunto.

Demonstrativo do EBITDA

Consolidado (R\$ mil)	2014	2013
Lucro líquido do exercício	208.479	16.791
Imposto de renda / Contribuição social	(24.562)	(211.120)
Resultado financeiro	522.831	895.209
Depreciação e amortização	1.114.597	1.072.433
EBITDA - Instrução CVM 527	1.821.345	1.773.313
Resultado da Equivalência Patrimonial em		
Coligadas e Controladas	(183.780)	(181.201)
EBITDA proporcional de controladas em conjunto	225.506	214.314
EBITDA Ajustado	1.863.071	1.806.426

No ano de 2014, o EBITDA ajustado totalizou R\$1,9 bilhão, 3,1% maior que o de 2013, que foi de R\$1,8 bilhão. Isso decorre, principalmente, do melhor desempenho da Unidade de Siderurgia, que embora tenha tido um menor volume de vendas, alcançou maior preço médio, compensando a menor contribuição da Mineração, impactada pela queda expressiva de preços do minério de ferro no mercado internacional. A venda de energia elétrica excedente também contribuiu para a maior geração de EBITDA em 2014 em R\$343,7 milhões.

Destaca-se a melhoria da margem de EBITDA ajustado de 2014 em 1,8 ponto percentual na comparação com 2013, resultado da melhoria operacional em custos nas Unidades de Siderurgia e Bens de Capital.

As margens de EBITDA ajustado foram de 15,9% em 2014, em comparação à 14,1% em 2013.

Resultado financeiro

Em 2014, as despesas financeiras líquidas foram de R\$522,8 milhões, contra R\$895,2 milhões em 2013, devido a menores perdas cambiais em R\$47,4 milhões e menores comissões sobre

financiamentos em R\$129,0 milhões. Adicionalmente, o ano de 2013 foi impactado pela reversão da operação de Hedge Accounting em R\$174,8 milhões.

Resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas

Em 2014, o resultado de equivalência patrimonial atingiu R\$183,8 milhões, estável em relação a 2013, que foi de R\$181,2 milhões.

Lucro (prejuízo) líquido

Em 2014, o lucro líquido foi de R\$208,5 milhões, contra R\$16,8 milhões em 2013, superior em 1.142% em comparação ao de 2013. Embora a Companhia tenha alcançado um menor lucro bruto, contribuíram para este resultado os efeitos positivos do maior volume de venda de energia elétrica excedente e menores despesas financeiras.

Capital de giro

A Usiminas continuou a controlar sua necessidade de capital de giro e encerrou o ano de 2014 em R\$2,4 bilhões, mesmo patamar atingido de 2013.

Investimentos (CAPEX)

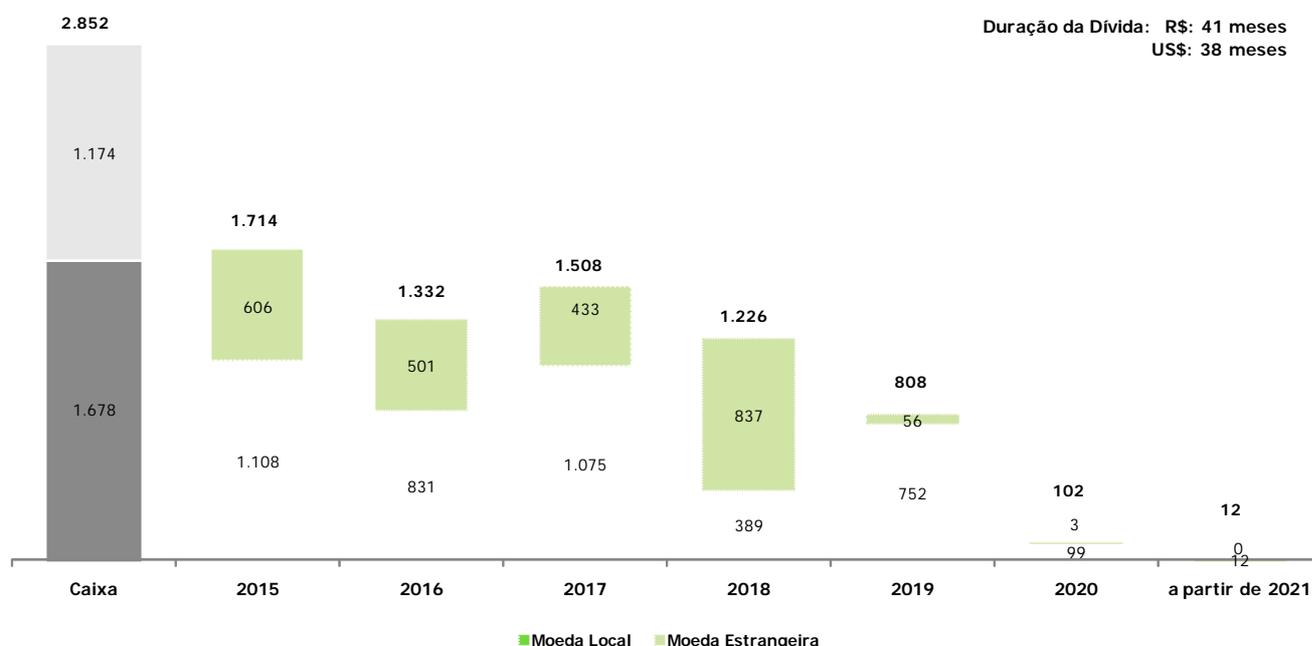
O CAPEX totalizou R\$1,1 bilhão em 2014, 13,1% superiores quando comparado ao ano de 2013. Os principais investimentos realizados foram com CAPEX de manutenção, reforma da Coqueria #2 em Ipatinga e na conclusão do Projeto Friáveis na Unidade de Mineração. Do total dos investimentos em 2014, foram aplicados 87% na Unidade de Siderurgia, 8% na Mineração, 4% na Transformação do Aço e 1% em Bens de Capital.

Endividamento financeiro

Em 2014, a dívida bruta consolidada de R\$6,7 bilhões apresentou uma queda de 2,9% na comparação com o ano de 2013, mesmo com a forte desvalorização cambial de 13,4% no período.

Em 31/12/2014, a composição da dívida por prazo de vencimento era de 26% no curto prazo e 74% no longo prazo. O indicador dívida líquida/EBITDA em 31/12/2014 era de 2,1 vezes, enquanto em 31/12/2013 era de 1,9 vezes.

O gráfico abaixo demonstra a posição de caixa e o perfil da dívida em milhões de reais em 31/12/2014:



5) MERCADO DE CAPITALIS

Desempenho na BM&FBOVESPA

A ação ordinária (USIM3) da Usiminas encerrou 2014 cotada a R\$12,30 (2013 em R\$12,40) e a ação preferencial (USIM5) a R\$5,05 (2013 em R\$14,21).

Bolsas estrangeiras

OTC - Nova York

A Usiminas tem *American Depositary Receipts* (ADRs) negociados no mercado de balcão americano (denominado *OTC - over-the-counter*): o USDMY, com lastro em ações ordinárias, e o USNZY, com lastro em ações preferenciais classe A. Em 30/12/2014, o ADR USNZY, de maior liquidez, estava cotado a US\$1,86.

Latibex - Madri

A Usiminas tem ações negociadas na LATIBEX - Seção da Bolsa de Madrid: ação preferencial XUSI e ação ordinária XUSIO. Em 30/12/2014, a ação XUSI encerrou cotada a €1,61. Já a ação XUSIO encerrou cotada a €3,89.

Relações com investidores

A Usiminas manteve um canal estreito de relacionamento com o mercado, tendo em vista o objetivo de manter a transparência e uma comunicação aberta. Dessa forma, suas ações convergiram no sentido de transmitir, de forma imparcial, informações precisas e de qualidade, que dessem subsídios suficientes para a avaliação do investimento.

Durante o ano, foram promovidas diversas reuniões com investidores e analistas de mercado, dentre elas, apresentação pública Apimec (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais) e conferências no Brasil e no exterior.

A Usiminas esteve presente em diversas conferências internacionais e nacionais, atuando diretamente perante os investidores nacionais e estrangeiros. Para atender aos analistas e aos investidores, a Companhia promoveu ainda visitas à suas principais unidades industriais (Ipatinga, Cubatão e Mineração Usiminas).

6) DESEMPENHO SOCIAL

Gestão de pessoas

A Usiminas investe no treinamento e na capacitação de seus colaboradores, oferece benefícios sociais e trabalhistas, além de oferecer remuneração compatível com o que é praticado no mercado.

O foco maior dos programas de treinamento profissional está em preparar as pessoas para um modelo de gestão orientado para o aumento da competitividade da Companhia. Nesse sentido, destaca-se a continuidade dos programas de capacitação, que envolvem desde ações de educação continuada até treinamentos customizados à realidade da empresa. O grupo encerrou 2014 com 94% de seus colaboradores diretos tendo participado de treinamentos.

Em 2014, a Usiminas investiu em treinamentos para o desenvolvimento de profissionais da área de Siderurgia (Altos Fornos, Sinterização, Aciaria, Laminação a Quente, Ponte Rolante e Manutenção) abrangendo 2.446 participantes, com o objetivo de maior capacitação para resolução de situações relacionada ao posto de trabalho.

Também foram focados os treinamentos em segurança (Normas Regulamentadoras) e qualidade, bem como na educação continuada (Idiomas, Supletivo, Graduação, Pós Graduação e Mestrado) que englobou 478 participantes.

A Usiminas encerrou 2014 com 825 mil horas em treinamentos.

Comunidade e meio ambiente

Ao mesmo tempo em que acredita no desenvolvimento de seus colaboradores, a Usiminas acredita também no desenvolvimento de atividades que gerem valor para as comunidades onde a empresa se faz presente.

Nesse contexto, a Fundação São Francisco Xavier (FSFX), entidade filantrópica de direito privado instituída pela Usiminas, possui grande relevância social no Vale do Aço mineiro.

Atualmente, administra de maneira autossustentável uma infraestrutura relevante nas áreas de saúde e educação, além do plano de saúde Usisaúde e do Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT Coletivo).

Destaque em 2014, a FSFX inaugurou o Usifamília, um novo serviço de atendimento aos beneficiários do plano de saúde, baseado no modelo conhecido internacionalmente como Atenção Primária. O projeto Usifamília busca atender inicialmente as necessidades de saúde de 15 mil beneficiários e familiares. A primeira unidade de Atenção Primária foi instalada no Hospital Márcio Cunha em Ipatinga (MG) e conta com o trabalho articulado de uma equipe multidisciplinar, composta por médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, nutricionista, farmacêutico e assistente social.

A Usiminas mantém uma política de investimentos sociais baseada na democratização do acesso à educação, cultura e esporte, com o direcionamento prioritário das ações para as comunidades das regiões onde opera, assumindo sua parcela de responsabilidade no desenvolvimento dessas regiões, gerando soluções, experiências, aprendizagem e conhecimento. Por meio do Instituto Cultural Usiminas, criado em 1993, a empresa já patrocinou mais de dois mil projetos por intermédio das Leis de Incentivo à Cultura e ao Esporte, além de ações próprias e parcerias, com recursos aplicados nas regiões da Baixada Santista e Guarulhos, no estado de São Paulo, no Vale do Aço e região centro-oeste do estado de Minas Gerais, garantindo sustentabilidade à cadeia da economia criativa dessas regiões.

No Vale do Aço, o Instituto é responsável por gerir o Centro Cultural Usiminas e o Teatro Zélia Olguin. Juntos, estes espaços foram responsáveis por movimentar, em 2014, um público de 150 mil pessoas que participaram de 506 atividades, entre elas, oficinas de formação, exposições, exhibições de filmes, ações de estímulo à leitura, teatro, shows, dança, além de extensa programação voltada para as escolas, organizadas pela Ação Educativa do Instituto Cultural Usiminas.

Entre os projetos realizados pelo Instituto, destaca-se também o Circuito Usiminas de Cultura que, em 2014, circulou pelas cidades de Ipatinga, Itatiaiuçu, Itaúna e Rio Manso, em Minas Gerais, e Cubatão e Guarulhos, em São Paulo. Cerca de 31 mil pessoas participaram do evento, que realizou 103 ações entre show musicais, espetáculos de teatro, dança e circo, cinema e oficinas de circo e teatro. O Circuito Usiminas de Cultura movimenta a economia local das cidades em que a Usiminas atua e contribui para a democratização do acesso à cultura.

Ciente de seu compromisso com a redução dos impactos de suas atividades no meio ambiente, a Usiminas atua preventivamente na gestão de resíduos, emissões atmosféricas e ruídos, uso racional da água, energia e insumos. Historicamente, a Companhia foi a primeira siderúrgica do Brasil e a segunda do mundo a ter seu sistema de gestão ambiental certificado pela norma ISO 14001.

Destaque em 2014, a Usiminas participou do programa de neutralização das emissões da Copa do Mundo realizada no Brasil, programa este instituído pelo Governo Federal e coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente.

Os produtos comercializados pela Usiminas cumpriram as rigorosas exigências ambientais das diretivas internacionais RoHS e ELV, os chamados “selos verdes”, que monitoram iniciativas de proteção do solo, da água e do ar contra a poluição, com a restrição do uso de determinadas substâncias, como chumbo, mercúrio e cádmio. Também são empregadas tecnologias que permitem reutilizar a água de forma contínua no processo produtivo. O resultado é que as duas

usinas siderúrgicas da Companhia - Ipatinga (MG) e Cubatão (SP) -, recirculam cerca de 96% de toda a água necessária ao processo de produção. Já na Mineração Usiminas, o índice de recirculação atinge níveis de 90%.

Ações para a preservação do meio ambiente também estiveram presentes nas atividades da Usiminas em 2014. Destaque no Vale do Aço mineiro, a Usiminas mantém um cinturão verde ao redor do complexo industrial, favorecendo a revegetação de encostas urbanas, a redução das erosões e a melhoria das condições micro-climáticas da região. A partir da contribuição deste projeto, a cidade Ipatinga possui um índice de áreas verdes por habitante significativamente superior ao recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

A Educação Ambiental é outro destaque. Extensivo à comunidade, o Projeto Xerimbabo teve sua 30ª edição consecutiva no Vale do Aço mineiro. Um dos mais antigos projetos de educação ambiental do Brasil, já recebeu cerca de 2,4 milhões de visitantes desde que foi criado. O foco é apresentar, por meio de uma grande exposição lúdica, conceitos de preservação ambiental voltados, principalmente, para crianças e jovens da rede pública de ensino. Desde 2010, o projeto passou a ser realizado também na comunidade da região de Serra Azul (MG), onde atua a Mineração Usiminas.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

Belo Horizonte – MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte (MG), 17 de fevereiro de 2015

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-F-MG

Rogério Xavier Magalhães
Contador CRC-1MG080613/O-1

Tomás L. A. Menezes
Contador CRC-1MG090648/O-0

Demonstrações Financeiras

**Usinas Siderúrgicas de Minas
Gerais S.A. – USIMINAS**

31 de dezembro de 2014
com Relatório dos Auditores Independentes

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS



Balancos patrimoniais

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	609.367	713.242	2.109.812	2.633.187
Títulos e valores mobiliários	9	305	1.536	742.091	835.629
Contas a receber de clientes	10	981.366	1.142.722	1.246.694	1.639.551
Estoques	11	2.896.272	3.189.142	3.516.751	3.850.420
Impostos a recuperar	12	134.059	190.822	358.418	323.520
Dividendos a receber	34	37.057	33.543	12.641	12.413
Instrumentos financeiros derivativos	6	5.711	396	65.392	45.637
Demais contas a receber		193.969	134.099	193.412	119.937
Total do ativo circulante		4.858.106	5.405.502	8.245.211	9.460.294
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	1.501.384	1.419.871	2.018.129	1.914.996
Valores a receber de empresas ligadas	34	66.033	68.529	22.383	20.831
Estoques	11	-	-	54.942	-
Depósitos judiciais	14	485.953	502.209	566.408	565.404
Instrumentos financeiros derivativos	6	74.518	23.234	252.027	40.608
Impostos a recuperar	12	52.404	58.666	95.835	113.474
Demais contas a receber		38.511	90.149	170.088	175.029
		2.218.803	2.162.658	3.179.812	2.830.342
Investimentos	15	8.178.507	8.225.579	1.145.787	1.159.948
Imobilizado	16	13.447.252	13.372.382	15.535.573	15.506.833
Intangível	18	165.385	161.178	2.377.679	2.400.577
Total do ativo não circulante		24.009.947	23.921.797	22.238.851	21.897.700
Total do ativo		28.868.053	29.327.299	30.484.062	31.357.994

Balancos patrimoniais
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo					
Circulante					
Fornecedores, empreiteiros e fretes		1.552.122	1.831.566	1.948.744	2.422.024
Empréstimos e financiamentos	19	1.606.567	1.231.765	1.655.799	1.288.645
Debêntures	20	50.092	41.525	50.092	41.525
Adiantamentos de clientes		50.655	36.265	110.179	178.309
Valores a pagar a empresas ligadas	34	651.443	731.564	338.357	140.042
Salários e encargos sociais		215.131	178.826	280.284	250.849
Tributos a recolher	21	63.606	96.898	94.206	131.099
Tributos parcelados	22	6.431	24.719	7.560	25.770
Imposto de renda e contribuição social a pagar	13	1.274	-	22.743	4.179
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) a pagar	25	30.935	425	30.937	1.122
Instrumentos financeiros derivativos	6	94.045	51.015	94.045	51.015
Contas a pagar por aquisição de investimentos		-	-	-	213.607
Demais contas a pagar		75.131	246.787	136.480	339.305
Total do passivo circulante		4.397.432	4.471.355	4.769.426	5.087.491
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	4.958.424	5.394.798	3.979.775	4.512.891
Debêntures	20	998.549	997.920	998.549	997.920
Valores a pagar a empresas ligadas	34	57.780	49.274	-	-
Tributos parcelados	22	-	25.751	9.972	36.083
Provisão para demandas judiciais	23	346.425	417.882	475.859	506.679
Provisão para recuperação ambiental		-	-	85.143	76.588
Benefícios pós-emprego	24	1.181.035	1.224.620	1.187.788	1.230.316
Instrumentos financeiros derivativos	6	182.216	26.153	182.216	52.910
Demais contas a pagar		26.528	7.638	33.719	23.171
Total do passivo não circulante		7.750.957	8.144.036	6.953.021	7.436.558
Total do passivo		12.148.389	12.615.391	11.722.447	12.524.049
Patrimônio líquido					
Capital social	25	12.150.000	12.150.000	12.150.000	12.150.000
Reservas de capital		318.851	313.084	318.851	313.084
Reservas de lucros		3.831.060	3.699.154	3.831.060	3.699.154
Ajustes de avaliação patrimonial		419.753	549.670	419.753	549.670
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		16.719.664	16.711.908	16.719.664	16.711.908
Participação dos acionistas não controladores		-	-	2.041.951	2.122.037
Total do patrimônio líquido		16.719.664	16.711.908	18.761.615	18.833.945
Total do passivo e do patrimônio líquido		28.868.053	29.327.299	30.484.062	31.357.994

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Exercícios findos em		Exercícios findos em	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Operações continuadas					
Receita	27	10.925.461	11.336.969	11.741.629	12.829.467
Custo das vendas		<u>(10.276.891)</u>	<u>(10.767.767)</u>	<u>(10.704.864)</u>	<u>(11.353.664)</u>
Lucro (prejuízo) bruto		<u>648.570</u>	<u>569.202</u>	<u>1.036.765</u>	<u>1.475.803</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	30	(146.344)	(146.432)	(290.930)	(336.443)
Despesas gerais e administrativas	30	(351.741)	(389.499)	(501.549)	(567.982)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	249.307	(6.853)	278.682	(51.699)
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	15	<u>591.890</u>	<u>672.828</u>	<u>183.780</u>	<u>181.201</u>
		343.112	130.044	(330.017)	(774.923)
Lucro (prejuízo) operacional		<u>991.682</u>	<u>699.246</u>	<u>706.748</u>	<u>700.880</u>
Resultado financeiro	31	(888.588)	(1.111.753)	(522.831)	(895.209)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>103.094</u>	<u>(412.507)</u>	<u>183.917</u>	<u>(194.329)</u>
Imposto de renda e contribuição social	13				
Corrente		4.165	(156.682)	(19.425)	(268.044)
Diferido		<u>22.293</u>	<u>427.511</u>	<u>43.987</u>	<u>479.164</u>
		26.458	270.829	24.562	211.120
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u>129.552</u>	<u>(141.678)</u>	<u>208.479</u>	<u>16.791</u>
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		-	-	129.552	(141.678)
Acionistas não controladores		-	-	<u>78.927</u>	<u>158.469</u>
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária	32	R\$ 0,13	R\$ (0,14)	R\$ 0,13	R\$ (0,14)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação preferencial	32	<u>R\$ 0,14</u>	<u>R\$ (0,14)</u>	<u>R\$ 0,14</u>	<u>R\$ (0,14)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Exercícios findos em		Exercícios findos em	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		129.552	(141.678)	208.479	16.791
Outros componentes do resultado abrangente					
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria	24	(101.190)	29.277	(101.190)	29.277
Varição cambial de coligada no exterior e outras movimentações		-	105	-	105
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa na controladora	6	3.131	118.466	3.131	118.466
Total de outros componentes do resultado abrangente		<u>(98.059)</u>	<u>147.848</u>	<u>(98.059)</u>	<u>147.848</u>
Total do resultado abrangente do exercício		<u>31.493</u>	<u>6.170</u>	<u>110.420</u>	<u>164.639</u>
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		31.493	6.170	31.493	6.170
Acionistas não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>78.927</u>	<u>158.469</u>

Os itens da demonstração do resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais de cada componente do resultado abrangente estão apresentados na Nota 13.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

Nota	Atribuído aos acionistas controladores												Total do patrimônio líquido
	Capital social	Valor excedente na subscrição de ações	Valor excedente na alienação de ações em tesouraria	Ações em tesouraria	Reservas de capital		Reservas de lucros			Lucros (Prejuízos) acumulados	Participação dos acionistas não controladores	Total	
					Reserva especial de ágio	Opções Outorgadas reconhecidas	Reserva Legal	Reserva de investimentos e capital de giro	Ajustes de avaliação patrimonial				
Em 31 de dezembro de 2012	12.150.000	105.295	-	(105.295)	212.589	7.095	699.587	3.104.816	434.342	-	16.608.429	1.904.644	18.513.073
Resultado abrangente do período													
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(141.678)	(141.678)	158.469	16.791
Ganho atuarial com benefícios de aposentadoria	24	-	-	-	-	-	-	-	29.277	(7.683)	21.594	(285)	21.309
Variação cambial de coligada no exterior		-	-	-	-	-	-	-	105	-	105	-	105
Hedge de fluxo de caixa na controladora	6	-	-	-	-	-	-	-	118.466	-	118.466	-	118.466
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	-	-	147.848	(149.361)	(1.513)	158.184	156.671
Destinação do lucro líquido (prejuízo) do exercício	25												
Absorção de prejuízo		-	-	-	-	-	-	(105.249)	-	105.249	-	-	-
Plano de opção de ações	36	-	-	-	-	9.073	-	-	-	2.479	11.552	-	11.552
Alienação de ações em tesouraria			2.867	455	-	-	-	-	-	-	3.322	-	3.322
Aumento de capital em subsidiária		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	105.250	105.250
Dividendos de subsidiárias concedidos a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(80.771)	(80.771)
Realização do ajuste do IAS 29 no ativo imobilizado		-	-	-	-	-	-	-	(16.757)	25.391	8.634	-	8.634
Alterações nas participações societárias que não resultam em perda ou aquisição de controle		-	-	-	81.005	-	-	-	-	-	81.005	34.716	115.721
Mutações internas do patrimônio líquido		-	-	-	-	-	-	-	(15.763)	15.763	-	14	14
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	479	479	-	479
Em 31 de dezembro de 2013	12.150.000	105.295	2.867	(104.840)	293.594	16.168	699.587	2.999.567	549.670	-	16.711.908	2.122.037	18.833.945

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

Nota	Atribuído aos acionistas controladores												
	Capital social	Valor excedente na subscrição de ações	Valor excedente na alienação de ações em tesouraria	Ações em tesouraria	Reservas de capital		Reservas de lucros			Lucros (Prejuízos) acumulados	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	
					Reserva especial de ágio	Opções Outorgadas reconhecidas	Reserva Legal	Reserva de investimentos e capital de giro	Ajustes de avaliação patrimonial				Total
Em 31 de dezembro de 2013	12.150.000	105.295	2.867	(104.840)	293.594	16.168	699.587	2.999.567	549.670	-	16.711.908	2.122.037	18.833.945
Resultado abrangente do período													
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	129.552	129.552	78.927	208.479
Ganho atuarial com benefícios de aposentadoria	24	-	-	-	-	-	-	-	(101.190)	(19)	(101.209)	(27)	(101.236)
Hedge de fluxo de caixa na controladora	6	-	-	-	-	-	-	-	3.131	-	3.131	-	3.131
Total do resultado abrangente do período									(98.059)	129.533	31.474	78.900	110.374
Destinação do lucro líquido (prejuízo) do exercício	25												
Constituição de reservas		-	-	-	-	-	6.478	125.428	-	(131.906)	-	-	-
Plano de opção de ações	36	-	-	-	-	5.217	-	-	-	8.730	13.947	-	13.947
Alienação de ações em tesouraria		-	-	472	78	-	-	-	-	224	774	-	774
Dividendos de subsidiárias concedidos a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(152.103)	(152.103)
Realização do ajuste do IAS 29 no ativo imobilizado		-	-	-	-	-	-	-	(15.796)	23.930	8.134	-	8.134
Alterações nas participações societárias que não resultam em perda ou aquisição de controle		-	-	-	-	-	-	-	(16.062)	-	(16.062)	(6.883)	(22.945)
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	(30.769)	(30.769)	-	(30.769)
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	258	258	-	258
Em 31 de dezembro de 2014	12.150.000	105.295	3.339	(104.762)	293.594	21.385	706.065	3.124.995	419.753	-	16.719.664	2.041.951	18.761.615

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado		
	Exercícios findos em		Exercícios findos em		
	Nota	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		129.552	(141.678)	208.479	16.791
Ajustes para conciliar o resultado					
Encargos e variações monetárias/cambiais líquidas		710.026	931.888	565.923	805.437
Despesas de juros		255.349	209.786	204.557	242.325
Depreciação, amortização e exaustão		920.332	918.570	1.114.597	1.072.433
Resultado na venda de imobilizado/investimento		(30.364)	(48.659)	(54.271)	(44.427)
Participações nos resultados de controladas, controladas em conjunto e coligadas	15	(591.890)	(672.828)	(183.780)	(181.201)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(22.293)	(427.511)	(43.987)	(479.164)
Constituição (reversão) de provisões		67.516	4.125	90.479	62.648
Perdas (ganhos) atuariais	24	3.929	46.441	5.157	48.257
Plano de Outorga de Ações		5.217	9.072	5.217	9.073
(Acréscimo) decréscimo de ativos					
Contas a receber de clientes		158.955	(206.660)	390.456	(120.154)
Estoques		302.898	(219.340)	343.697	(128.475)
Impostos a recuperar		78.807	33.571	47.938	(11.748)
Valores a receber de empresas ligadas		2.496	1.333	(1.552)	(1.195)
Depósitos judiciais		16.239	14.766	(1.130)	18.419
Outros		(17.248)	160.152	(95.711)	148.690
Acréscimo (decréscimo) de passivos					
Fornecedores, empreiteiros e fretes		(279.444)	(1.484)	(473.280)	149.060
Adiantamentos de clientes		14.390	25.560	(68.130)	(97.211)
Valores a pagar a empresas ligadas		(71.615)	(54.922)	198.315	(55.432)
Tributos a recolher		(33.292)	20.816	(36.893)	19.363
Imposto de renda e contribuição social pagos		(10.343)	-	(66.058)	(161.141)
Juros pagos		(529.852)	(546.196)	(482.793)	(568.571)
Passivo atuarial pago		(201.867)	(178.234)	(201.867)	(178.234)
Outros		(215.618)	185.523	(246.773)	540.750
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		661.880	64.091	1.218.590	1.106.293
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Títulos e valores mobiliários		1.231	7.601	93.538	701.929
Valor recebido pela alienação de investimentos		26.972	139.499	26.972	135.842
Valor pago pela aquisição de controladas e coligadas		-	-	(224.439)	(206.403)
Compras de imobilizado	16	(949.531)	(580.677)	(1.086.800)	(956.565)
Valor recebido pela venda de imobilizado		43.424	34.196	86.109	36.203
Compras de ativos intangíveis		(62.460)	(57.265)	(62.460)	(57.265)
Compras de software		(15.057)	(19.737)	(23.237)	(24.825)
Dividendos recebidos		623.490	454.706	193.961	203.433
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(331.931)	(21.677)	(996.356)	(167.651)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Exercícios findos em		Exercícios findos em	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Ingressos de empréstimos e financiamentos e debêntures		869.840	1.462.825	913.662	1.478.645
Pagamento de empréstimos e financiamentos e debêntures		(1.180.378)	(1.980.540)	(1.414.769)	(2.995.804)
Pagamento de tributos parcelados	22	(65.988)	(13.936)	(67.080)	(14.958)
Liquidação de operações de <i>swap</i>		(66.058)	(34.372)	(33.384)	2.417
Ganho de capital		-	-	-	220.972
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	25	(1)	(11)	(152.799)	(105.804)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(442.585)	(566.034)	(754.370)	(1.414.532)
Varição cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		8.761	(14.241)	8.761	(14.241)
Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa		(103.875)	(537.861)	(523.375)	(490.131)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	713.242	1.251.103	2.633.187	3.123.318
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	609.367	713.242	2.109.812	2.633.187
Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa		(103.875)	(537.861)	(523.375)	(490.131)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Exercícios findos em		Exercícios findos em	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		14.188.013	15.130.057	16.245.689	17.863.766
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.401)	(13.306)	(9.425)	(17.049)
Outras receitas		527.136	148.287	610.142	150.737
		<u>14.712.748</u>	<u>15.265.038</u>	<u>16.846.406</u>	<u>17.997.454</u>
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(10.760.551)	(11.082.650)	(11.383.819)	(11.737.162)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(775.920)	(574.496)	(1.131.501)	(887.161)
		<u>(11.536.471)</u>	<u>(11.657.146)</u>	<u>(12.515.320)</u>	<u>(12.624.323)</u>
Valor adicionado bruto		3.176.277	3.607.892	4.331.086	5.373.131
Depreciação, amortização e exaustão	28	(920.332)	(918.570)	(1.114.597)	(1.072.433)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		<u>2.255.945</u>	<u>2.689.322</u>	<u>3.216.489</u>	<u>4.300.698</u>
Valor adicionado recebido em transferência					
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	15	591.890	672.828	183.780	181.201
Receitas financeiras	31	193.844	179.109	337.288	326.930
Ganhos e perdas atuariais	24	(3.929)	(46.441)	(5.157)	(48.257)
		<u>781.805</u>	<u>805.496</u>	<u>515.911</u>	<u>459.874</u>
Valor adicionado a distribuir		<u>3.037.750</u>	<u>3.494.818</u>	<u>3.732.400</u>	<u>4.760.572</u>

Demonstrações do valor adicionado

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	Exercícios findos em		Exercícios findos em	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Pessoal e encargos				
Salários e encargos	735.360	837.112	1.283.890	1.548.565
FGTS	77.161	70.739	108.772	102.320
Remuneração da Administração	36.378	31.441	46.425	38.451
Participação dos empregados nos lucros	42.665	92.584	56.930	138.104
Planos de aposentadoria	33.930	33.155	35.932	35.208
	<u>925.494</u>	<u>1.065.031</u>	<u>1.531.949</u>	<u>1.862.648</u>
Impostos, taxas e contribuições				
Federais (i)	687.439	498.062	865.941	774.823
Estaduais	160.744	676.504	182.874	755.639
Municipais	49.447	102.584	80.396	123.814
Incentivos fiscais	2.642	3.453	2.642	4.718
	<u>900.272</u>	<u>1.280.603</u>	<u>1.131.853</u>	<u>1.658.994</u>
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	635.227	781.647	694.884	1.003.814
Variações cambiais líquidas	238.788	177.473	193.118	240.566
Outras	208.417	331.742	(27.883)	(22.241)
	<u>1.082.432</u>	<u>1.290.862</u>	<u>860.119</u>	<u>1.222.139</u>
Remuneração de capitais próprios				
Lucros (prejuízos) retidos	129.552	(141.678)	129.552	(141.678)
Participação dos acionistas não controladores nos lucros retidos	-	-	78.927	158.469
	<u>129.552</u>	<u>(141.678)</u>	<u>208.479</u>	<u>16.791</u>
Valor adicionado distribuído	<u>3.037.750</u>	<u>3.494.818</u>	<u>3.732.400</u>	<u>4.760.572</u>

(i) Os encargos previdenciários estão classificados na rubrica "Tributos federais".

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS
Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



1 Contexto operacional

A Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS ("USIMINAS", "Usiminas", "Controladora" ou "Companhia"), com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, é uma companhia aberta e tem suas ações negociadas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (USIM3, USIM5, USIM6).

A Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas ("Empresas Usiminas") têm como principal objeto a exploração da indústria siderúrgica e outras atividades correlatas, como extração de minério de ferro, transformação do aço, fabricação de bens de capital e logística. Conta atualmente com duas usinas siderúrgicas com capacidade nominal de produção de 9,5 milhões de toneladas por ano, localizadas nas cidades de Ipatinga, Estado de Minas Gerais e Cubatão, Estado de São Paulo, além de reservas de minério de ferro, centros de serviços e distribuição, portos marítimos, terminais de cargas, estrategicamente localizados em diversas cidades brasileiras.

Visando à ampliação de seu ramo de atividade, a Companhia mantém participação, direta ou indireta, em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas, a seguir apresentadas:

(a) Empresas controladas

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Cosipa Commercial Ltd.	100	100	Ilhas Cayman/Caribe	Captação de recursos no mercado externo
Cosipa Overseas Ltd.	100	100	Ilhas Cayman/Caribe	Captação de recursos no mercado externo
Mineração Usiminas S.A.	70	70	Belo Horizonte/MG	Extração e beneficiamento de minério de ferro na forma de pellet feed, sinter feed e granulados
Rios Unidos Logística e Transporte de Aço Ltda.	100	100	Itaquaquecetuba/SP	Prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas
Soluções em Aço Usiminas S.A	68,88	68,88	Belo Horizonte/MG	Transformação de produtos siderúrgicos, além da atuação como centro de distribuição.
Usiminas Commercial Ltd.	100	100	Ilhas Cayman/Caribe	Captação de recursos no mercado externo
Usiminas Europa A/S	100	100	Copenhague/Dinamarca	Opera como trading company, intermediando as exportações dos produtos da Companhia, além de fomentar o comércio no exterior.

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Usiminas International Ltd.	100	100	Principado de Luxemburgo	Detém os investimentos da Companhia no exterior
Usiminas Mecânica S.A.	99,99	100	Belo Horizonte/MG	Fabricação de equipamentos e instalações para diversos segmentos industriais.
Usiminas Participações e Logística S.A. (i) (ii)	100	100	São Paulo/SP	Investimento na MRS Logística S.A.

(i) Participação direta da Companhia de 16,7% e indireta, via MUSA, de 83,3%.

(ii) Participação direta da Companhia no capital votante de 50,10% e indireta, via MUSA, de 49,90%.

(b) Empreendimentos controlados em conjunto

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Unigal Usiminas Ltda.	70	70	Belo Horizonte/MG	Transformação de bobinas laminadas a frio em bobinas galvanizadas por imersão a quente
Modal Terminal de Graneis Ltda.	50	50	Itaúna/MG	Operações de terminais de cargas rodoviários e ferroviários, armazenamento e manuseio de minério e produtos siderúrgicos e transporte rodoviário de cargas.
Usiroll – Usiminas Court Tecnologia em Acabamento Superficial Ltda.	50	50	Ipatinga/MG	Prestação de serviços, especialmente para retificação de cilindros e de rolos de laminação.

(c) Investimentos em coligadas

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Codeme S.A.	30,77	30,77	Betim/MG	Fabricação e montagem de construções em aço
Metform S.A.	30,77	30,77	Betim/MG	Fabricação de telhas de aço, <i>Steel Decks</i> e acessórios galvanizados
MRS Logística S.A. (iii)	0,28	0,50	Rio de Janeiro/RJ	Prestação de serviços de transporte ferroviário e logístico
Terminal de Cargas Paraopeba	22,22	22,22	Sarzedo/MG	Armazenamento, movimentação e transporte de cargas e operação de terminal
Terminal de Cargas Sarzedo	22,22	22,22	Sarzedo/MG	Armazenamento, movimentação e transporte de cargas e operação de terminal

(iii) A participação indireta da Companhia na MRS Logística S.A., por meio da UPL, está divulgada na Nota 15 (b).

2 Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2015.

3 **Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

Políticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à controladora, controladas, coligadas e controladas em conjunto, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas foram ajustadas para atender a este critério.

3.1 **Base de preparação e declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo por meio do resultado do exercício.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2 Base de consolidação e investimentos em controladas

(a) Controladas

As Controladas são entidades nas quais as Empresas Usiminas têm o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais da metade dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para as Empresas Usiminas. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Os saldos e ganhos não realizados e demais transações entre as Empresas Usiminas são eliminados. Adicionalmente, os prejuízos não realizados são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

(b) Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

A Companhia classifica os seus empreendimentos da seguinte forma:

- (a) Coligadas àquelas entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa por meio da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detêm o controle ou o controle em conjunto sobre essas políticas;
- (b) Controladas em conjunto àquelas entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes.

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. Os exercícios sociais das coligadas e controladas em conjunto são coincidentes com os da USIMINAS. Contudo, exceto para as coligadas (diretas e indiretas) Codeme, Metform e Terminal Sarzedo, e para a controlada em conjunto Modal, a Companhia utilizou, para fins de equivalência patrimonial, em consonância com o CPC18 e IAS 28, demonstrações financeiras elaboradas em 30 de novembro de 2014.

(c) Operações e participações de acionistas não controladores

As Empresas Usiminas tratam as transações com participações de acionistas não controladores como transações com proprietários de ativos das Empresas Usiminas. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações de acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

3.3 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais foram apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. As Empresas Usiminas estão organizadas em quatro segmentos operacionais: Siderurgia, Mineração e Logística, Transformação do Aço e Bens de Capital. Os órgãos responsáveis por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, incluem a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração. O Conselho de Administração da Companhia é também, quando aplicável, responsável pela tomada de decisões estratégicas das Empresas Usiminas.

3.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das Empresas Usiminas.

(b) Transações e saldos

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio no final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* e, portanto, diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa e operações de *hedge* de investimento líquido.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionadas a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo.

As demais disponibilidades, embora tenham liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários, pois se referem a aplicações no exterior e requerem procedimentos específicos para ingresso no Brasil.

3.6 Ativos financeiros

3.6.1 Classificação

As Empresas Usiminas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são os ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis das Empresas Usiminas compreendem caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, valores a receber de empresas ligadas e demais contas a receber.

3.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrer. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em bolsa) não estiver ativo, as Empresas Usiminas estabelecem o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

3.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos são compensados, e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6.4 **Impairment de ativos financeiros**

Ativos mensurados ao custo amortizado

As Empresas Usiminas avaliam no final de cada período de relatório se há evidência objetiva que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Os critérios utilizados pelas Empresas Usiminas para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador;
- uma quebra de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal;
- probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e
- extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

3.6.5 **Desreconhecimento de ativos financeiros**

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

3.7 **Passivos financeiros**

3.7.1 **Reconhecimento e mensuração**

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou como derivativos classificados como instrumento de hedge, conforme o caso. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros derivativos.

3.7.2 **Mensuração subsequente**

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

3.7.3 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com o empréstimo de recursos.

3.7.4 Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.8 Instrumentos derivativos e atividades de *hedge*

(a) Instrumentos derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo esse o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

(b) Atividades de *hedge*

A Companhia descontinuou as operações de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) demonstradas na Nota 6 (c).

(c) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

3.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das aquisições ou da produção (média ponderada móvel) ou, ao valor líquido de realização, dos dois o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

3.10 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente, atualizados monetariamente e com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura.

3.11 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação. Os componentes principais de alguns bens do imobilizado, quando de sua reposição, são contabilizados como ativos individuais e separados utilizando-se a vida útil específica desse componente. O componente substituído é baixado. Os custos com as manutenções efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho são reconhecidos durante o período em que são incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

3.12 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para o grupo de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

(b) Direitos minerários

Os direitos minerários são registrados pelo valor justo de aquisição e deduzidos pela exaustão das minas.

Os direitos minerários provenientes de aquisição de empresas são reconhecidos pelo valor justo considerando a alocação dos ativos e dos passivos adquiridos.

A exaustão dos direitos minerários é realizada de acordo com a exploração das minas.

(c) Programas de computador (*softwares*)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 18.

3.13 **Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

3.14 **Provisões para demandas judiciais**

As provisões para demandas judiciais, relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis, são reconhecidas quando as Empresas Usiminas têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor pode ser feita.

3.15 **Provisão para recuperação ambiental**

A provisão para gastos com recuperação ambiental, quando relacionados com a construção ou aquisição de um ativo, é registrada como parte dos custos desses ativos, e leva em conta as estimativas da Administração da Companhia de futuros gastos trazidos a valor presente. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 **Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3.17 Benefícios a empregados

(a) Plano de suplementação de aposentadoria

A Companhia e suas controladas participam de planos de aposentadoria, administrados pela Previdência Usiminas, que provêm a seus empregados benefícios complementares de aposentadoria e pensão.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado aos planos de aposentadoria de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: (i) por ganhos e perdas atuariais; (ii) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e (iii) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram. Para o plano de contribuição definida (Cosiprev), a Companhia paga contribuições a entidade fechada de previdência complementar em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições são reconhecidas como despesas no período em que são devidas.

(b) Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados

Para os empregados que se aposentaram na controlada Companhia Siderúrgica Paulista - Cosipa, até 30 de abril de 2002, foram oferecidos benefícios de plano de saúde pós-aposentadoria. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de aposentadoria de benefício definido.

Adicionalmente, a Companhia registra as obrigações decorrentes da legislação, que assegura, aos colaboradores que contribuíram com o plano de saúde, o direito de manutenção como beneficiário quando da sua aposentadoria, desde que assumam o pagamento integral das contribuições. O prazo de manutenção após a aposentadoria é de um ano para cada ano de contribuição e se a contribuição ocorreu por pelo menos 10 anos, o prazo para permanência é indefinido.

Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes.

(c) Participação nos lucros

As Empresas Usiminas provisionam a participação de empregados no resultado, em função de metas operacionais e financeiras divulgadas a seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas de “Custos das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

(d) Remuneração com base em ações

A Companhia possui um plano de remuneração com base em ações, a ser liquidado com ações preferenciais em tesouraria, o qual permite que membros da Administração e demais executivos indicados pelo Conselho de Administração adquiram as suas ações. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa.

Quando as opções são exercidas, os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal).

3.18 Reconhecimento de receita

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as Empresas Usiminas e é reconhecida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade, e as receitas e custos puderem ser mensurados com segurança. Além disso, critérios específicos para cada uma das atividades da Companhia devem ser atendidos, conforme descrição a seguir.

(a) Venda de produtos

As Empresas Usiminas fabricam e vendem diversos produtos e matérias-primas, tais como aços planos, minério de ferro, peças estampadas de aço para a indústria automobilística e produtos para a construção civil e indústria de bens de capital.

A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

(b) Venda de serviços

As Empresas Usiminas realizam a prestação de serviços de transferência de tecnologia na atividade de siderurgia, no gerenciamento de projetos e na prestação de serviços na área de construção civil e indústria de bens de capital, transporte rodoviário de aços planos, galvanização de aço por imersão a quente e texturização e cromagem de cilindros.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço.

(c) Receita de encomendas em curso

A receita de encomendas em curso é reconhecida segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). A receita é calculada e contabilizada com base na aplicação, sobre o preço de venda atualizado, do percentual representado pela relação entre os custos incorridos e o custo total orçado atualizado, ajustada por provisão para reconhecer perdas de encomendas em processo de execução, quando aplicável. Os valores faturados além da execução física de cada projeto são reconhecidos como serviços faturados a executar no passivo circulante.

A variação entre o custo final efetivo e o custo total orçado, atualizado e revisado periodicamente, tem se mantido em parâmetros considerados razoáveis pela Administração. Os contratos de encomenda contêm cláusulas de garantia de fabricação dos equipamentos após entrada em funcionamento por períodos variáveis de tempo; os custos eventualmente incorridos são absorvidos diretamente no resultado.

As receitas de encomenda em curso fazem parte exclusivamente das operações realizadas pela controlada Usiminas Mecânica que, além desse tipo de receita, efetua venda de serviços. As receitas da Usiminas Mecânica compreendem os montantes reportados na Nota 26.1 a título de bens de capital.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras das Empresas Usiminas ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Os valores acima do mínimo obrigatório requerido por lei somente são provisionados quando aprovados em Assembleia de acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

3.20 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2014

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2014 ou após essa data. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

IAS 27 Revisado	Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Dessa forma, com a adoção do IAS 27, revisado pela Companhia em 2014, as demonstrações financeiras individuais da controladora, passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício, assim como as informações comparativas.
-----------------	--

As novas normas e alterações descritas a seguir não têm impacto relevante nas informações contábeis da Companhia.

Alterações ao CPC 39 Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros	Essas alterações esclarecem o significado de “atualmente goza de direito legalmente exequível de compensação” e dos critérios para mecanismos de liquidação não simultânea de câmaras de compensação, sendo aplicadas retrospectivamente.
- Alterações ao CPC 38 Renovação de Derivativos e Continuação da Contabilização de Hedge	Essas alterações contemplam a desobrigação de contabilizar hedges descontinuados quando a novação de um derivativo designado como instrumento de hedge atender a determinados critérios e a aplicação retrospectiva for exigida
IFRIC 21 Tributos	A IFRIC 21 esclarece que uma entidade reconhece os tributos de um passivo quando ocorre a atividade que dá origem ao pagamento, conforme previsto na legislação pertinente. No caso de um tributo originado ao se atingir um limite mínimo, a interpretação esclarece que nenhum passivo deve ser previsto antes de se atingir o limite mínimo especificado.
Ciclo 2011-2013 Melhorias Anuais	Nas melhorias anuais - ciclo 2011-2013, o IASB emitiu sete alterações a quatro normas, incluindo uma alteração à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais para Elaboração de Relatórios Financeiros. A alteração à IFRS 1 entra em vigor imediatamente, e dessa forma, para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2014 e esclarece na Base de Conclusões que uma entidade pode escolher aplicar uma norma atual ou uma nova norma que ainda não seja obrigatória, mas permite aplicação antecipada, contanto que uma das normas seja aplicada consistentemente ao longo dos períodos apresentados nas demonstrações financeiras emitidas pela primeira vez de acordo com as normas IFRS.

As novas normas e alterações anteriormente descritas não têm impacto relevante na Companhia.

3.21 Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014

As normas e interpretações emitidas que são relevantes para o Grupo, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são a seguir apresentadas. As empresas Usiminas pretendem adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015.	A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes	A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita.	A norma da nova receita é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos da IFRS. Uma aplicação retrospectiva total ou modificada é exigida para períodos anuais que tenham início em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data, sendo permitida adoção antecipada. A Companhia está atualmente avaliando o impacto da IFRS 15 e planeja adotar uma nova norma sobre a efetiva data de entrada em vigor.

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

4.1 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis das Empresas Usiminas, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

(a) Segregação de juros e variação monetária relacionados a aplicações financeiras e a empréstimos nacionais

A Companhia efetua a segregação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos empréstimos e financiamentos e das aplicações financeiras, cujo indexador contratado é CDI e TJLP. Desta forma, a parcela referente ao IPCA é segregada dos juros sobre empréstimos e financiamentos e do rendimento de aplicações financeiras e incluída na rubrica “Efeitos monetários”, no Resultado financeiro (Nota 31).

(b) Classificação do controle de investimentos

A Companhia efetua a classificação de seus investimentos nos termos previstos pelo CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e pelo CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto e cuja aplicação está sujeita a julgamento na determinação do controle e da influência significativa dos investimentos.

4.2 Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

(a) Perda por valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Anualmente, as Empresas Usiminas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio e demais ativos de longo prazo. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso e do preço de venda líquido, efetuados com base em estimativas (Nota 17).

(b) Imposto de renda e contribuição social

As Empresas Usiminas estão sujeitas ao imposto de renda em diversos países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. As Empresas Usiminas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

A administração revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. As Empresas Usiminas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(d) Reconhecimento de receita

A controlada Usiminas Mecânica utiliza o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar a receita de encomendas em curso acordada a preço fixo. O uso do método POC requer que sejam estimados os serviços realizados até a data-base do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados.

(e) Benefícios de planos de aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de aposentadoria, está a taxa de desconto.

As Empresas Usiminas definem a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de aposentadoria se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 24.

(f) Provisões para demandas judiciais

Como descrito na Nota 23, as Empresas Usiminas são partes em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos das Empresas Usiminas.

(g) Provisão para recuperação ambiental

Como parte das suas atividades de mineração, a Companhia reconhece no consolidado provisão face às obrigações de reparação ambiental. Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para reabilitação e à época esperada dos referidos custos.

(h) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros das Empresas Usiminas e consultores externos, que são revisados anualmente.

5 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades das Empresas Usiminas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros, risco de preços de *commodities* e risco de preço do aço).

A gestão dos riscos financeiros é realizada pela Diretoria Corporativa Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Comitê Financeiro e Conselho de Administração. Essa equipe avalia, acompanha e busca proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as demais unidades, entre elas, unidades operacionais, Suprimentos, Planejamento, entre outras, das Empresas Usiminas. O Conselho de Administração estabelece normas e políticas, por escrito, para a gestão de risco global, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, através do uso de instrumentos financeiros de derivativos e não derivativos e investimento de caixa.

5.2 Política de utilização dos instrumentos financeiros

A política de gestão de ativos e passivos financeiros tem o objetivo de: (i) manter a liquidez desejada, (ii) definir nível de concentração de suas operações e (iii) controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro. As Empresas Usiminas realizam operações de derivativos visando sempre proteger seus ativos e passivos financeiros e reduzir a volatilidade em seu fluxo de caixa, monitorando a exposição cambial, um possível descasamento entre moedas, preço de *commodities*, entre outros.

As Empresas Usiminas não possuem contratos de instrumentos financeiros sujeitos a margens de garantia.

5.3 Política de gestão de riscos financeiros

(a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos e aplicações em bancos, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

A política de vendas das Empresas Usiminas se subordina às normas de crédito fixadas por sua Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Adicionalmente, existe um Comitê de Crédito composto de especialistas das áreas financeira e comercial, que avaliam e acompanham o risco dos clientes. Esse objetivo é obtido por meio de uma análise criteriosa e da seleção de clientes de acordo com sua capacidade de pagamento, índice de endividamento e balanço patrimonial e por meio da diversificação de suas contas a receber de clientes (pulverização do risco).

A Companhia conta ainda com provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme demonstrado na Nota 10.

No que diz respeito às aplicações financeiras e demais investimentos, as Empresas Usiminas têm como política trabalhar com instituições de primeira linha. São aceitos somente títulos e papéis de entidades classificadas com *rating* mínimo "A-" pelas agências de *rating* internacionais. Nenhuma instituição financeira detém isoladamente mais de 25% do total das aplicações financeiras e demais investimentos das Empresas Usiminas.

(b) Risco de liquidez

A política responsável e conservadora de gestão de ativos e passivos financeiros envolve uma análise criteriosa das contrapartes das Empresas Usiminas por meio da análise das demonstrações financeiras, patrimônio líquido e *rating* visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar risco de liquidez.

A previsão do fluxo de caixa é elaborada com base no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e posteriores atualizações. Essa previsão leva em consideração, além de todos os planos operacionais, o plano de captação para suportar os investimentos previstos e todo o cronograma de vencimento da dívida das Empresas Usiminas. Em todo o trabalho, é observado o cumprimento de cláusulas de *covenants* e recomendação interna do nível de alavancagem. A Tesouraria monitora as previsões contidas no fluxo de caixa direto da Companhia, diariamente, para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais, de investimentos e ao devido cumprimento de pagamento de suas obrigações. Adicionalmente, a Companhia possui linhas de crédito contratadas para aumentar e fortalecer a sua posição de liquidez.

O caixa mantido pelas Empresas Usiminas é gerenciado pela Diretoria Corporativa Financeira, que o investe em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Operações Compromissadas, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados que atendam à liquidez adequada, conforme demonstrado na Nota 8.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros não derivativos das Empresas Usiminas e os passivos financeiros derivativos que são realizados, pelo saldo líquido, por essas mesmas empresas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos são incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2014				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.552.122	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.944.880	2.111.310	3.337.819	114.283
Debêntures	121.480	123.302	1.183.868	-
Instrumentos financeiros derivativos	(87.836)	(61.525)	(43.300)	-
Em 31 de dezembro de 2013				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.831.566	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.628.858	4.996.392	3.881.897	336
Debêntures	103.015	212.644	1.158.253	-
Instrumentos financeiros derivativos	(50.619)	(48.702)	45.784	-
	Consolidado			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2014				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.948.744	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.885.420	1.610.420	2.325.059	116.315
Debêntures	121.480	123.302	1.183.868	-
Bond	29.885	31.377	168.084	-
Obrigações com arrendamento financeiro	797	424	51	-
Instrumentos financeiros derivativos	(28.155)	4.289	68.394	-
Em 31 de dezembro de 2013				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	2.422.024	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.601.009	4.378.113	2.872.800	698
Debêntures	103.015	212.644	1.158.253	-
Bond	27.881	55.702	3.987	-
Obrigações com arrendamento financeiro	512	666	23	-
Instrumentos financeiros derivativos	(5.377)	(3.966)	(8.852)	-

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para fornecedores, empreiteiros e fretes, empréstimos e financiamentos, debêntures, instrumentos financeiros derivativos e outras obrigações.

Dos valores relacionados acima na coluna “Menos de 1 ano” referente a empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2014, a Companhia pretende amortizar R\$440.048 no primeiro trimestre de 2015.

(c) Riscos de mercado

(i) Risco cambial

As Empresas Usiminas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos e em menor escala, ao iene e ao euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Como medida preventiva e de redução dos efeitos da variação cambial, a Administração tem adotado como política efetuar operações de *swap*, adicionalmente, ter seus ativos vinculados à correção cambial, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativos em moeda estrangeira				
Caixa e equivalentes de caixa	209.516	18.575	432.188	95.977
Títulos e valores mobiliários	-	-	741.779	833.558
Contas a receber	453.258	262.565	432.995	311.061
Adiantamentos a fornecedores	9.696	3.968	12.183	8.460
	<u>672.470</u>	<u>285.108</u>	<u>1.619.145</u>	<u>1.249.056</u>
Passivos em moeda estrangeira				
Empréstimos e financiamentos	(3.440.873)	(3.254.843)	(2.436.521)	(2.364.859)
Fornecedores, empreiteiros e fretes	(479.763)	(609.430)	(483.388)	(614.622)
Adiantamento de clientes	(140.222)	(8.243)	(140.222)	(8.243)
Demais contas a pagar	(8.025)	(79.082)	(8.025)	(288.416)
	<u>(4.068.883)</u>	<u>(3.951.598)</u>	<u>(3.068.156)</u>	<u>(3.276.140)</u>
Exposição líquida	<u>(3.396.413)</u>	<u>(3.666.490)</u>	<u>(1.449.011)</u>	<u>(2.027.084)</u>

Os valores dos empréstimos e financiamentos e das debêntures das Empresas Usiminas são mantidos nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Real	4.172.759	4.411.165	4.247.694	4.476.122
Euro	11.821	23.592	11.821	23.592
Dólar norte-americano	1.946.002	1.741.529	2.422.027	2.338.582
Iene	1.483.050	1.489.722	2.673	2.685
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	<u>7.613.632</u>	<u>7.666.008</u>	<u>6.684.215</u>	<u>6.840.981</u>

O impacto relacionado a variações nas taxas de câmbio (análise de sensibilidade) está demonstrado na Nota 5.6(a).

(ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado a taxa de juros

O risco de taxa de juros das Empresas Usiminas decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

A política financeira das Empresas Usiminas destaca que as operações de derivativos têm como objetivos reduzir o risco por meio da substituição de taxas de juros flutuantes por taxas de juros fixas ou substituir as taxas de juros baseadas em índices internacionais por taxas de juros baseadas em índices em moeda local, de acordo com as orientações do Comitê Financeiro.

A composição dos empréstimos e financiamentos contratados, por tipo de taxa de juros, no passivo circulante e não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2014	%	31/12/2013	%	31/12/2014	%	31/12/2013	%
Empréstimos e financiamentos								
Pré-fixada	2.006.717	26	1.545.538	20	1.016.579	15	701.984	10
TJLP	603.231	8	820.856	11	618.078	9	836.348	12
Libor	1.260.972	17	1.464.803	19	1.260.972	19	1.464.803	21
CDI	2.480.975	32	2.525.867	33	2.525.280	38	2.526.983	37
Outras	213.096	3	269.499	4	214.665	3	271.418	4
	<u>6.564.991</u>	<u>86</u>	<u>6.626.563</u>	<u>87</u>	<u>5.635.574</u>	<u>84</u>	<u>5.801.536</u>	<u>84</u>
Debêntures								
CDI	<u>1.048.641</u>	<u>14</u>	<u>1.039.445</u>	<u>13</u>	<u>1.048.641</u>	<u>16</u>	<u>1.039.445</u>	<u>16</u>
	<u>7.613.632</u>	<u>100</u>	<u>7.666.008</u>	<u>100</u>	<u>6.684.215</u>	<u>100</u>	<u>6.840.981</u>	<u>100</u>

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para o gerenciamento de riscos referentes às oscilações das taxas de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, como a fixação da taxa da Libor em alguns casos. O objetivo é minimizar os riscos referentes às oscilações das taxas de juros nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e, em alguns casos, em moeda nacional. No exterior, os contratos de empréstimos e financiamentos são amparados por contratos da International Swaps and Derivatives Association, Inc. (ISDA) e, quando as operações são contratadas localmente, essas são amparadas por contratos CGDs.

5.4 Gestão de capital

Os objetivos das Empresas Usiminas ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos e de devolução de capital aos acionistas ou ainda emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, as Empresas Usiminas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos e tributos parcelados (incluindo operações de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído-se o montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

A estratégia das Empresas Usiminas objetiva manter o índice de alavancagem financeira em índices inferiores àqueles previstos nos contratos de empréstimos e financiamentos (*covenants*) e alcançar a classificação de crédito “BBB-”.

O índice de alavancagem financeira bruta em relação ao EBITDA ajustado (não auditado) é de 4,2 vezes em 31 de dezembro de 2014 (31 de dezembro de 2013 – 4,4 vezes).

O EBITDA ajustado é calculado adicionando-se ao lucro líquido (prejuízo) do exercício o resultado das operações descontinuadas, o imposto de renda e contribuição social, a participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas, o resultado financeiro, depreciação, amortização e exaustão e outras adições e exclusões.

Adicionalmente, demonstramos o cálculo do índice de alavancagem financeira considerando a dívida líquida como um percentual do capital total. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Total dos empréstimos e financiamentos, debêntures e tributos parcelados	6.701.747	6.902.834
Menos: caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	<u>(2.851.903)</u>	<u>(3.468.816)</u>
Dívida líquida	<u>3.849.844</u>	<u>3.434.018</u>
Total do patrimônio líquido	18.761.615	18.833.945
Total do capital	<u>22.611.459</u>	<u>22.267.963</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>17%</u>	<u>15%</u>

5.5 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que o saldo do contas a receber de clientes menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa seja próximo de seu valor justo devido ao seu curto vencimento. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para as Empresas Usiminas para instrumentos financeiros similares.

Para as operações de *swap*, as posições ativas e passivas são calculadas pela Companhia de forma independente, utilizando a metodologia de marcação a mercado de acordo com as taxas praticadas e verificadas em divulgações do *site* da BM&F, Broadcast e Bloomberg. No caso de não existir negociação para o prazo do portfólio da Companhia, é utilizada a metodologia de interpolação para encontrar as taxas referentes aos prazos específicos. Em ambos os casos, é calculado o valor presente dos fluxos. A diferença entre os valores a pagar e a receber é o valor justo das operações.

(a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial

Os instrumentos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços), seja indiretamente (derivados dos preços) (Nível 2); e
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (inserções não observáveis) (Nível 3).

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Esses instrumentos compreendem investimentos em CDB's e instrumentos financeiros derivativos (*swap*), que estão demonstrados na Nota 7.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, as Empresas Usiminas não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo Nível 1 e 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- Valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

(b) Valor justo de empréstimos e financiamentos

Nas operações de mercado de capitais, como debêntures e *bonds*, o valor justo reflete o valor praticado no mercado. A diferença entre o valor contábil e o valor de mercado é apurada de acordo com taxas divulgadas no *site* da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), Broadcast e Bloomberg e pode ser assim sumariada:

	31/12/2014		Controladora 31/12/2013	
	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado
Empréstimos bancários – moeda estrangeira	1.957.823	1.957.823	1.765.121	1.765.121
Empréstimos bancários – moeda nacional	3.124.118	3.124.118	3.371.720	3.371.720
Debêntures	1.048.641	1.050.712	1.039.445	1.039.445
<i>Bonds</i>	1.483.050	1.483.050	1.489.722	1.489.722
	<u>7.613.632</u>	<u>7.615.703</u>	<u>7.666.008</u>	<u>7.666.008</u>

	31/12/2014		Consolidado 31/12/2013	
	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado
Empréstimos bancários – moeda estrangeira	1.959.392	1.959.392	1.778.580	1.778.580
Empréstimos bancários – moeda nacional	3.199.053	3.199.053	3.436.677	3.436.677
Debêntures	1.048.641	1.050.712	1.039.445	1.039.445
<i>Bonds</i>	477.129	505.984	586.279	941.113
	<u>6.684.215</u>	<u>6.715.141</u>	<u>6.840.981</u>	<u>7.195.815</u>

Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos não divergem significativamente dos valores contábeis desses, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

(c) Demais ativos e passivos financeiros

O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros não diverge significativamente dos valores contábeis desses, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

5.6 Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade

(a) Análise de sensibilidade - risco cambial dos ativos e passivos em moeda estrangeira

A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos contratados em moeda estrangeira, em aberto no final do período, considerando o câmbio vigente em 31 de dezembro de 2014 para o cenário provável. O cenário I considerou desvalorização do real em 5% sobre o cenário atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração do real em 25% e 50%, respectivamente, sobre o valor da moeda estrangeira 31 de dezembro de 2014.

As moedas utilizadas na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Moeda	31/12/2014			
	Taxa de câmbio final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
US\$	2,6562	2,7890	3,3203	3,9843
EUR	3,2270	3,3884	4,0338	4,8405
YEN	0,0222	0,0233	0,0278	0,0333

Os efeitos no resultado financeiro, considerando os Cenários I, II e III, estão demonstrados a seguir:

Moeda	Consolidado		
	31/12/2014		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
US\$	(48.664)	(243.322)	(486.644)
EUR	(221)	(1.106)	(2.211)
YEN	(345)	(1.726)	(3.451)

Os instrumentos financeiros derivativos atrelados à exposição cambial foram incluídos na análise de sensibilidade de ativos e passivos em moeda estrangeira, baseado no objetivo destes instrumentos que é de minimizar o impacto da oscilação da moeda estrangeira. Estes instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados na Nota 5.

(b) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos indexados a taxas de juros, em aberto no final do período, considerando como cenário provável o valor das taxas vigentes em 31 de dezembro de 2014. O cenário I considera um aumento de 5% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante de sua dívida atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração de 25% e 50%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2014.

As taxas utilizadas e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Indexador	31/12/2014			
	Taxas do final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	11,6%	12,1%	14,5%	17,4%
TJLP	5,0%	5,3%	6,3%	7,5%
LIBOR	0,6%	0,7%	0,8%	0,9%

Os efeitos no resultado financeiro, considerando os Cenários I, II e III, estão demonstrados a seguir:

Indexador	Consolidado		
	31/12/2014		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	(13.538)	(67.691)	(135.383)
TJLP	(1.545)	(7.726)	(15.452)
LIBOR	(325)	(1.624)	(3.249)

As taxas de juros específicas que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas aos empréstimos e financiamentos e debêntures, são apresentadas na Nota 19 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014, e são principalmente compostas por Libor, TJLP e Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os instrumentos financeiros derivativos de taxa de juros foram incluídos na análise de sensibilidade de variação de taxas de juros, baseado no objetivo destes instrumentos que é de minimizar o impacto da oscilação das taxas de juros.

6 Instrumentos financeiros de derivativos

As operações de *swap* visam reduzir a exposição cambial e as alterações bruscas em preços de *commodities* (principalmente alumínio, níquel, cobre e zinco). As Empresas Usiminas não possuem instrumentos financeiros com fins especulativos. A Companhia tem por política não liquidar as suas operações antes dos seus respectivos vencimentos originais e não efetuar pagamentos antecipados de seus instrumentos financeiros derivativos.

As operações de instrumentos financeiros derivativos podem ser sumariadas como segue:

(a) Controladora

Faixas de vencimento mês/ano	INDEXADOR		VALOR DE REFERÊNCIA (valor contratado - Nocial)				VALOR JUSTO (MERCADO) - CONTÁBIL		Resultado do período
	31/12/2014		31/12/2014		31/12/2013		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014
	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa (passiva)	Posição ativa (passiva)	Ganho (perda)

PROTEÇÃO DE TAXAS E CÂMBIO (SWAP)

Credit Suisse	02/09 a 02/14	Libor + 4% a.a	100% CDI	-	-	US\$ 10.000	R\$23.784	-	124	(715)
Merrill Lynch	09/10 a 03/17	Libor + 0,83% a.a.	3,05% a.a.	US\$ 85.713	US\$ 85.713	US\$ 96.000	US\$ 96.000	(5.125)	(8.251)	(1.219)
Santander	01/08 a 01/18	Yen + 4,1165% a.a.	Dólar + 7,34% a.a.	JPY 42.952.000	USD 400.000	JPY 42.952.000	US\$ 400.000	(192.202)	(52.051)	(168.482)
Santander	06/06 a 06/16	Yen + 4,275% a.a.	Dólar + 8,35% a.a.	JPY 22.800.000	USD 200.000	JPY 22.800.000	US\$ 200.000	(51.253)	6.368	(77.383)
Votorantim	03/14 a 03/15	VC + 2,4% a.a.	108,5% CDI	USD 19.149	R\$ 45.000	-	-	2.818	-	2.818
Santander	03/14 a 03/15	VC + 2,05% a.a.	108,5% CDI	USD 20.454	R\$ 48.000	-	-	2.893	-	2.893
Itau BBA	06/14 a 06/19	VC + 2,68% a.a.	109% CDI	USD 135.233	R\$ 300.000	-	-	46.837	-	33.671

Resultado financeiro no período (208.417)

PROTEÇÃO DE PREÇO DE COMMODITIES - ZINCO

ABC BRASIL S.A.	31/01/2014	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax	-	-	USD 1.636	USD 1.598	-	92	(30)
BRDESCO S.A.	28/02/2014	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax	-	-	USD 1.672	USD 1.596	-	180	(106)

Resultado custo dos bens e/ou serviços vendidos no período (136)

Resultado no total com instrumentos financeiros (208.553)

Saldo contábil Consolidado (posição ativa líquida posição passiva) (196.032) (53.538)

(b) Consolidado

Faixas de vencimento mês/ano	INDEXADOR		VALOR DE REFERÊNCIA (valor contratado - Nocional)				VALOR JUSTO (MERCADO) - CONTÁBIL		Resultado do período
	31/12/2014		31/12/2014		31/12/2013		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014
	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa (passiva)	Posição ativa (passiva)	Ganho (perda)

PROTEÇÃO DE TAXAS E CÂMBIO (SWAP)

Credit Suisse	02/09 a 02/14	Libor + 4% a.a	100% CDI	-	-	US\$ 10.000	R\$23.784	-	124	(715)
Merrill Lynch	09/10 a 03/17	Libor + 0,83% a.a.	3,05% a.a.	USD 85.713	USD 85.713	US\$ 96.000	US\$ 96.000	(5.125)	(8.251)	(1.219)
Santander	01/08 a 01/18	Yen + 4,1165% a.a.	Dólar + 7,34% a.a.	JPY 42.952.000	USD 400.000	JPY 42.952.000	US\$ 400.000	(192.202)	(52.051)	(168.482)
Santander	06/06 a 06/16	Yen + 4,275% a.a	Dólar + 8,35% a.a.	JPY 22.800.000	USD 200.000	JPY 22.800.000	US\$ 200.000	(51.253)	6.368	(77.383)
Votorantim	03/14 a 03/15	VC + 2,4% a.a.	108,5% CDI	USD 19.149	R\$ 45.000	-	-	2.818	-	2.818
Santander	03/14 a 03/15	VC + 2,05% a.a.	108,5% CDI	USD 20.454	R\$ 48.000	-	-	2.893	-	2.893
Itau BBA	06/14 a 06/19	VC + 2,68% a.a.	109% CDI	USD 135.233	R\$ 300.000	-	-	46.837	-	33.671
RBS	06/06 a 06/16	Dólar + 8,25 a.a.	Yen + 4,275 % a.a.	USD 200.000	JPY 22.800.000	US\$200.000	JPY 22.800.000	50.796	(7.607)	77.070
RBS	01/08 a 01/18	Dólar + 7,25 a.a.	Yen + 4,1165 % a.a.	USD 400.000	JPY 42.952.000	US\$400.000	JPY 42.952.000	186.394	42.950	170.591
Bradesco (i)	02/14 a 12/14	Varição Cambial	87,80% CDI	-	-	-	-	-	-	(13.140)
Itau BBA	06/11 a 06/14	VC + 3,7 % a.a	106,50% CDI	-	-	US\$3.777	R\$6.000	-	515	1.779

Resultado financeiro no período 27.883

PROTEÇÃO DE PREÇO DE COMMODITIES - ZINCO

ABC BRASIL S.A	31/01/2014	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax	-	-	USD 1.636	USD 1.598	-	92	(30)
BRADESCO S.A	28/02/2014	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax	-	-	USD 1.672	USD 1.596	-	180	(106)

Resultado custo dos bens e/ou serviços vendidos no período (136)

Resultado no total com instrumentos financeiros 27.747

Saldo contábil Consolidado (posição ativa líquida posição passiva) 41.158 (17.680)

(i) Operação contratada e liquidada durante o exercício.

Os saldos contábeis das operações de instrumentos financeiros derivativos estão descritos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo circulante	5.711	396	65.392	45.637
Ativo não circulante	74.518	23.234	252.027	40.608
Passivo circulante	(94.045)	(51.015)	(94.045)	(51.015)
Passivo não circulante	(182.216)	(26.153)	(182.216)	(52.910)
	<u>(196.032)</u>	<u>(53.538)</u>	<u>41.158</u>	<u>(17.680)</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
No custo das vendas	(136)	(2.700)	(136)	(2.700)
Nas outras receitas (despesas) operacionais, líquidas				
No resultado financeiro	<u>(208.417)</u>	<u>(331.742)</u>	<u>27.883</u>	<u>22.241</u>
	<u>(208.553)</u>	<u>(334.442)</u>	<u>27.747</u>	<u>19.541</u>

(c) Atividades de *hedge* – *hedge* de fluxo de caixa (*hedge accounting*)

Em 27 de fevereiro de 2014, a Companhia liquidou o valor de US\$10.000 mil referente à última parcela das operações de pré-pagamento de exportação, originalmente designadas como instrumento de *hedge*. O valor residual acumulado no patrimônio líquido de R\$4.743 (R\$3.131, líquido dos efeitos tributários) foi revertido para despesas financeiras do período.

Até a data da descontinuação da contabilização de *hedge accounting*, a Companhia efetuou testes de efetividade prospectivo e retrospectivo. Esses testes apresentaram aproximadamente 100% de efetividade para as operações de pré-pagamento de exportação definidas como instrumentos de *hedge*, bem como para as exportações definidas como objeto de *hedge*.

7 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Controladora

	31/12/2014			31/12/2013		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	-	609.367	609.367	-	713.242	713.242
Títulos e valores mobiliários	305	-	305	1.536	-	1.536
Contas a receber de clientes	981.366	-	981.366	1.142.722	-	1.142.722
Instrumentos financeiros - <i>swap</i>	-	80.229	80.229	-	23.630	23.630
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados)	213.826	-	213.826	198.843	-	198.843
	<u>1.195.497</u>	<u>689.596</u>	<u>1.885.093</u>	<u>1.343.101</u>	<u>736.872</u>	<u>2.079.973</u>
	31/12/2014			31/12/2013		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos						
Empréstimos e financiamentos e debêntures	-	7.613.632	7.613.632	-	7.666.008	7.666.008
Instrumentos financeiros – <i>swap</i>	276.261	-	276.261	77.168	-	77.168
Fornecedores, empreiteiros e fretes	-	1.552.122	1.552.122	-	1.831.566	1.831.566
	<u>276.261</u>	<u>9.165.754</u>	<u>9.442.015</u>	<u>77.168</u>	<u>9.497.574</u>	<u>9.574.742</u>

(b) Consolidado

	31/12/2014			31/12/2013		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	195.871	1.913.941	2.109.812	33.462	2.599.725	2.633.187
Títulos e valores mobiliários	742.091	-	742.091	835.629	-	835.629
Contas a receber de clientes	1.246.694	-	1.246.694	1.639.551	-	1.639.551
Instrumentos financeiros - <i>swap</i>	-	317.419	317.419	-	86.245	86.245
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados)	382.502	-	382.502	326.708	-	326.708
	<u>2.567.158</u>	<u>2.231.360</u>	<u>4.798.518</u>	<u>2.835.350</u>	<u>2.685.970</u>	<u>5.521.320</u>

	31/12/2014			31/12/2013		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos						
Empréstimos e financiamentos e debêntures	-	6.682.945	6.682.945	-	6.839.865	6.839.865
Obrigações de arrendamento financeiro	-	1.270	1.270	-	1.116	1.116
Instrumentos financeiros – <i>swap</i>	276.261	-	276.261	103.925	-	103.925
Fornecedores, empreiteiros e fretes	-	1.948.744	1.948.744	-	2.422.024	2.422.024
	<u>276.261</u>	<u>8.632.959</u>	<u>8.909.220</u>	<u>103.925</u>	<u>9.263.005</u>	<u>9.366.930</u>

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Bancos conta movimento	31.391	40.455	51.253	56.282
Bancos conta movimento exterior	209.516	18.575	236.317	62.515
Certificados de depósitos bancários – CDBs e aplicações compromissadas	368.460	654.212	1.626.371	2.480.928
Aplicações financeiras no exterior (<i>Time Deposit</i>)	-	-	195.871	33.462
	<u>609.367</u>	<u>713.242</u>	<u>2.109.812</u>	<u>2.633.187</u>

As aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários (CDBs) possuem liquidez imediata e rendimentos atrelados à variação média de 102,3% do certificado de depósito interbancário (CDI).

Em 31 de dezembro de 2014, as Empresas Usiminas não possuem contas garantidas.

9 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Aplicações financeiras no exterior (<i>Time Deposit</i>)	-	-	741.779	833.558
Aplicações compromissadas	305	1.536	312	2.071
	<u>305</u>	<u>1.536</u>	<u>742.091</u>	<u>835.629</u>

As aplicações financeiras no exterior são remuneradas às taxas pré-fixadas mais variação cambial.

Nenhum desses ativos financeiros está vencido ou *impaired*.

10 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Contas a receber de clientes:				
No país	572.064	757.865	1.070.142	1.345.642
No exterior	141.795	190.157	150.847	268.874
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(50.875)</u>	<u>(54.185)</u>	<u>(76.812)</u>	<u>(74.690)</u>
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>662.984</u>	<u>893.837</u>	<u>1.144.177</u>	<u>1.539.826</u>
Contas a receber de partes relacionadas				
No país	221.783	174.267	34.575	54.670
No exterior	<u>96.599</u>	<u>74.618</u>	<u>67.942</u>	<u>45.055</u>
Contas a receber de partes relacionadas	<u>318.382</u>	<u>248.885</u>	<u>102.517</u>	<u>99.725</u>
	<u>981.366</u>	<u>1.142.722</u>	<u>1.246.694</u>	<u>1.639.551</u>

Em 31 de dezembro de 2014 as contas a receber de clientes nos montantes de R\$136.673 na Controladora e R\$128.474 no Consolidado encontravam-se vencidas, mas não *impaired* (31 de dezembro de 2013 – R\$218.987 e R\$219.701, respectivamente). Essas contas se referem a diversos clientes independentes que não possuem histórico de inadimplência recente.

A análise de vencimentos das contas a receber de clientes está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Valores a vencer	844.693	923.735	1.118.220	1.419.850
Vencidos:				
Até 30 dias	93.284	170.863	96.664	170.104
Entre 31 e 60 dias	15.809	16.077	19.145	17.290
Entre 61 e 90 dias	14.731	3.231	365	3.993
Entre 91 e 180 dias	934	4.128	2.389	4.682
Acima de 181 dias	62.790	78.873	86.723	98.322
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(50.875)</u>	<u>(54.185)</u>	<u>(76.812)</u>	<u>(74.690)</u>
	<u>981.366</u>	<u>1.142.722</u>	<u>1.246.694</u>	<u>1.639.551</u>

As contas a receber de clientes das Empresas Usiminas são mantidas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Real	528.108	880.157	813.699	1.328.490
Dólar	444.953	259.266	424.690	306.691
Euro	<u>8.305</u>	<u>3.299</u>	<u>8.305</u>	<u>4.370</u>
	<u>981.366</u>	<u>1.142.722</u>	<u>1.246.694</u>	<u>1.639.551</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes das Empresas Usiminas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial em 1º de janeiro	(54.185)	(98.382)	(74.690)	(116.736)
Adições/ Reversões ao Resultado	(2.252)	(13.170)	(7.687)	(15.919)
Baixas Contra Cliente	5.570	57.611	5.573	57.611
Variação cambial	(8)	(244)	(8)	354
Saldo final em 31 de dezembro	(50.875)	(54.185)	(76.812)	(74.690)

A constituição e a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes *impaired* foram registradas no resultado do exercício como “Despesas com vendas”. As Empresas Usiminas não mantêm nenhum título como garantia de contas a receber de clientes.

11 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo circulante				
Produtos acabados	710.076	841.416	946.135	1.040.633
Produtos em elaboração	941.056	1.057.351	973.720	1.075.145
Matérias-primas	413.083	474.020	709.246	810.576
Suprimentos e sobressalentes	516.738	532.253	574.528	586.248
Importações em andamento	126.489	77.271	126.912	77.275
Outros	188.830	206.831	186.210	260.543
	2.896.272	3.189.142	3.516.751	3.850.420
Ativo não circulante				
Produtos acabados	-	-	54.942	-
	2.896.272	3.189.142	3.571.693	3.850.420

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía provisão para redução a valor de mercado e obsolescência de itens de estoques no valor de R\$14.682 (31 de dezembro de 2013 - R\$15.782). No Consolidado, essa provisão totalizou R\$19.568 (31 de dezembro de 2013 - R\$21.711).

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía estoques no montante de R\$16.430 (31 de dezembro de 2013 - R\$16.182) dados em garantia de processos judiciais.

Em 31 de dezembro de 2014, a Controlada Mineração Usiminas S.A. transferiu o montante de R\$54.942 da conta de estoques do ativo circulante para o ativo realizável a longo prazo. A comercialização desse estoque ocorrerá em período superior a 24 meses, que é o prazo estimado para a conclusão de projetos nas plantas que permitam o seu adequado tratamento.

12 Impostos a recuperar

	31/12/2014		Controladora 31/12/2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
	IR/CS antecipado	43.838	-	54.477
PIS	2.496	-	8.713	-
COFINS	11.498	-	40.134	-
ICMS	59.390	40.694	69.142	46.956
Crédito Exportação – Reintegra	12.478	-	13.386	-
Outros	4.359	11.710	4.970	11.710
	<u>134.059</u>	<u>52.404</u>	<u>190.822</u>	<u>58.666</u>

	31/12/2014		Consolidado 31/12/2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
	IR/CS antecipado	129.216	-	71.671
PIS	3.094	216	9.860	374
COFINS	14.358	996	45.545	1.726
ICMS	158.690	82.758	146.619	99.509
IPI	17.638	-	31.125	-
Crédito Exportação – Reintegra	12.478	-	13.386	-
Outros	22.944	11.865	5.314	11.865
	<u>358.418</u>	<u>95.835</u>	<u>323.520</u>	<u>113.474</u>

13 Imposto de renda e contribuição social

(a) Tributos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais desses tributos, aplicáveis ao lucro antes da tributação, na controladora e no consolidado, como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	103.094	(412.507)	183.917	(194.329)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
Tributos sobre o lucro calculados às alíquotas nominais	<u>(35.052)</u>	<u>140.252</u>	<u>(62.532)</u>	<u>66.072</u>
Ajustes para apuração dos tributos sobre o lucro:				
Equivalência patrimonial	206.953	231.879	62.485	61.608
Juros sobre capital próprio recebidos	(77.449)	(90.682)	18.337	25.593
Exclusões (adições) permanentes	(67.975)	(10.620)	(73.649)	(8.239)
Incentivo fiscal	481	-	481	3.001
Lucro não tributável e diferenças de alíquota de controladas no exterior	-	-	80.313	68.253
Outros	<u>(500)</u>	<u>-</u>	<u>(873)</u>	<u>(5.168)</u>
Tributos sobre o lucro apurados	<u>26.458</u>	<u>270.829</u>	<u>24.562</u>	<u>211.120</u>
Corrente	4.165	(156.682)	(19.425)	(268.044)
Diferido	<u>22.293</u>	<u>427.511</u>	<u>43.987</u>	<u>479.164</u>
Tributos sobre o lucro (prejuízo) no resultado	<u>26.458</u>	<u>270.829</u>	<u>24.562</u>	<u>211.120</u>

Não há itens de imposto corrente apresentados no patrimônio líquido destas demonstrações financeiras.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos e a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos, ativo e passivo, constituídos às alíquotas nominais, são demonstrados como segue:

(i) Controladora

	<u>31/12/2013</u>	<u>Patrimônio líquido/ Resultado abrangente</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>31/12/2014</u>
No ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Prejuízos fiscais	1.073.218	-	(61.107)	1.012.111
Provisões temporárias				
Passivo atuarial	336.595	-	(7.320)	329.275
Provisão para demandas judiciais	119.515	-	(1.731)	117.784
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.266	-	(2.972)	2.294
Provisão para ajustes de estoque	28.824	-	(7.163)	21.661
Lucros não realizados nos estoques	7.326	-	5.711	13.037
Resultado nos contratos de <i>swap</i>	8.123	-	45.360	53.483
Diferença temporária sobre ajustes 11.638	63.077	38.609	(33.248)	68.438
<i>Hedge accounting</i>	1.614	(1.614)	-	-
Provisão para participação nos lucros	33.075	-	(15.312)	17.763
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (i)	81.216	-	56.404	137.620
Outros	32.693	-	(374)	32.319
Total ativo	<u>1.790.542</u>	<u>36.995</u>	<u>(21.752)</u>	<u>1.805.785</u>
No passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
Correção monetária sobre depósitos judiciais	31.211	(2)	(8.056)	23.153
Depreciação incentivada	31.150	-	(5.190)	25.960
Ajuste de passivo atuarial	14.086	(14.086)	-	-
Depreciação taxa fiscal	203.577	-	(30.799)	172.778
Ajuste de imobilizado – IAS 29	90.647	(8.137)	-	82.510
Total passivo	<u>370.671</u>	<u>(22.225)</u>	<u>(44.045)</u>	<u>304.401</u>
Total líquido	<u>1.419.871</u>	<u>59.220</u>	<u>22.293</u>	<u>1.501.384</u>

(i) Oriunda de diferença temporária entre o regime de caixa e o de competência.

(ii) Consolidado

	31/12/2013	Patrimônio líquido/ Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	Outros	31/12/2014
No ativo					
Imposto de renda e contribuição social					
Prejuízos fiscais	1.147.844	-	(25.377)	-	1.122.467
Provisões temporárias					
Passivo atuarial	354.074	(74)	(9.628)	-	344.372
Provisão para demandas judiciais	138.058	-	4.432	-	142.490
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.420	-	(1.734)	-	4.686
Provisão para recuperação ambiental	1.297	-	2.909	-	4.206
Provisão para ajustes de estoques	29.906	-	(6.680)	-	23.226
Lucros não realizados nos estoques	7.326	-	5.711	-	13.037
Ajuste de consolidação	26.792	-	1.534	(1)	28.325
Resultado nos contratos de swap	8.123	-	45.360	-	53.483
<i>Hedge accounting</i>	1.614	(1.614)	-	-	-
Provisão para participação nos lucros	42.642	-	(18.535)	-	24.107
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (i)	81.216	-	56.404	-	137.620
Diferença temporária sobre ajustes 11.638	85.959	38.609	(29.493)	-	95.075
Ágio/Aquisição de empresas (ii)	322.680	-	(6.475)	-	316.205
Outros	55.556	-	(8.700)	1	46.857
Total ativo	2.309.507	36.921	9.728	-	2.356.156
No passivo					
Imposto de renda e contribuição social					
Resultado nos contratos de swap	304	-	424	-	728
Correção monetária sobre depósitos judiciais	31.211	-	(8.056)	(2)	23.153
Depreciação incentivada	31.150	-	(5.190)	-	25.960
Ajuste de passivo atuarial	14.086	(14.086)	-	-	-
Depreciação taxa fiscal	226.075	-	(21.184)	-	204.891
Diferença temporária sobre ajustes 11.638	863	-	(78)	-	785
Ajuste de imobilizado – IAS 29	90.647	(8.137)	-	-	82.510
Diferimento na perda dos contratos de swap	175	-	(175)	-	-
Total passivo	394.511	(22.223)	(34.259)	(2)	338.027
Total líquido	1.914.996	59.144	43.987	2	2.018.129

(i) Oriunda de diferença temporária entre o regime de caixa e o de competência.

(ii) Incorporação da Summit Empreendimentos Minerais Ltda. – Nota 15 (e) (ii).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos de longo prazo possuem expectativa de realização, de acordo com lucros tributáveis futuros fundamentados por projeções aprovadas pela Administração da Companhia. Estas projeções estão baseadas em premissas que refletem o ambiente econômico e operacional da Companhia.

As projeções estão sujeitas a fatores que podem apresentar variações em relação aos dados reais, e objetivando avaliar os possíveis efeitos destas variações a Companhia efetuou análise de sensibilidade conforme demonstrado a seguir.

Caso o lucro tributável futuro utilizado no estudo de recuperabilidade fosse deteriorado em 10%, a Companhia recuperaria os créditos tributários no mesmo prazo.

Caso as estimativas dos preços de venda utilizados no estudo de recuperabilidade fossem deteriorados em 1% ou os custos de venda aumentassem em 1% com relação às premissas utilizadas, a Companhia recuperaria os créditos em aproximadamente 10 anos.

A expectativa de realização dos impostos diferidos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
2014	-	22.886	-	103.180
2015	(12.698)	179.566	131.699	259.915
2016	6.355	232.338	91.952	314.963
2017	165.741	270.068	253.807	355.026
2018	200.585	291.089	291.180	377.366
2019	221.863	300.960	313.891	386.804
2020	232.640	311.275	252.639	326.344
A partir de 2021	991.299	182.360	1.020.988	185.909
	1.805.785	1.790.542	2.356.156	2.309.507

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros das Empresas Usiminas.

(c) Imposto de renda e contribuição social no passivo circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda				
Despesa corrente	(3.084)	(115.201)	(25.692)	(200.381)
Antecipações e compensações do período (i)	3.084	115.201	4.409	196.202
	-	-	(21.283)	(4.179)
Contribuição social				
Despesa corrente	7.249	(41.481)	6.267	(67.663)
Antecipações e compensações do período (i)	(8.523)	41.481	(7.727)	67.663
	(1.274)	-	(1.460)	-
Total IR e CSLL a pagar	(1.274)	-	(22.743)	(4.179)

(i) Os valores pagos a título de antecipação que excederam a despesa corrente de IR e CSLL estão registrados em "Impostos a recuperar" (Nota 12).

14 Depósitos judiciais

	Controladora					
	31/12/2014			31/12/2013		
	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido
IPI	163.907	(106.138)	57.769	165.642	(106.138)	59.504
IR e CSLL	156.496	(57.089)	99.407	176.107	(57.089)	119.018
INSS	103.350	(8.405)	94.945	95.828	(8.405)	87.423
CIDE	26.384	(26.384)	-	26.758	(26.384)	374
Trabalhistas	133.616	-	133.616	164.684	-	164.684
Cíveis	38.548	(16)	38.532	42.525	-	42.525
Outras	61.684	-	61.684	28.681	-	28.681
	<u>683.985</u>	<u>(198.032)</u>	<u>485.953</u>	<u>700.225</u>	<u>(198.016)</u>	<u>502.209</u>

	Consolidado					
	31/12/2014			31/12/2013		
	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido
IPI	163.907	(106.138)	57.769	165.642	(106.138)	59.504
IR e CSLL	170.081	(57.089)	112.992	189.692	(57.089)	132.603
INSS	107.055	(8.405)	98.650	95.856	(8.405)	87.451
CIDE	26.384	(26.384)	-	26.758	(26.384)	374
COFINS	11.634	-	11.634	11.873	-	11.873
PIS	2.114	-	2.114	2.216	-	2.216
Trabalhistas	159.203	-	159.203	184.058	-	184.058
Cíveis	38.595	(16)	38.579	42.610	-	42.610
Outras	85.467	-	85.467	44.715	-	44.715
	<u>764.440</u>	<u>(198.032)</u>	<u>566.408</u>	<u>763.420</u>	<u>(198.016)</u>	<u>565.404</u>

A movimentação dos depósitos judiciais pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	700.225	714.991	763.420	792.146
Adições	70.909	23.726	88.078	80.374
Juros/atualizações	19.741	33.486	22.177	35.433
Reversões	(106.890)	(71.978)	(109.235)	(134.226)
Outros	-	-	-	(10.307)
	<u>683.985</u>	<u>700.225</u>	<u>764.440</u>	<u>763.420</u>

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui bens móveis e imóveis, fianças bancárias e seguros oferecidos como garantia em processos judiciais no montante de R\$1.935.610. No consolidado esse montante totaliza R\$3.355.937.

15 Investimentos

(a) Movimentação dos investimentos

(i) Controladora

	<u>31/12/2013</u>	<u>Adições (baixas)</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Juros sobre capital próprio e dividendos</u>	<u>Lucro não realizados nos estoques</u>	<u>Outros</u>	<u>31/12/2014</u>
Controladas							
Cosipa Commercial	32.200	-	(6.847)	-	-	-	25.353
Cosipa Overseas	16.007	-	(499)	(14.916)	-	-	592
Mineração Usiminas	4.070.034	(16.062)	207.664	(354.908)	-	787	3.907.515
Soluções Usiminas	756.461	-	(15.848)	-	(15.720)	(803)	724.090
Usiminas Commercial	52.224	-	9.537	-	-	-	61.761
Usiminas Europa	1.742.345	-	267.846	(80.738)	-	-	1.929.453
Usiminas International	34.676	-	(1.579)	-	-	-	33.097
Usiminas Mecânica	534.255	-	11.607	(2.777)	(1.075)	891	542.901
UPL	55.280	-	7.044	(5.263)	-	145	57.206
Ágio em controladas	<u>129.100</u>	-	-	-	-	(674)	<u>128.426</u>
	<u>7.422.582</u>	<u>(16.062)</u>	<u>478.925</u>	<u>(458.602)</u>	<u>(16.795)</u>	<u>346</u>	<u>7.410.394</u>
Controladas em conjunto							
Fasal Trading Brasil	10.380	(10.486)	106	-	-	-	-
Unigal	636.738	-	127.819	(164.499)	-	17	600.075
Usiroll	<u>8.743</u>	-	<u>1.100</u>	-	-	(1)	<u>9.842</u>
	<u>655.861</u>	<u>(10.486)</u>	<u>129.025</u>	<u>(164.499)</u>	-	<u>16</u>	<u>609.917</u>
Coligadas							
Codeme	47.925	-	6.417	(2.356)	-	341	52.327
Metform	11.985	-	1.702	(700)	-	252	13.239
MRS	7.762	-	1.022	(848)	-	22	7.958
Ágio em coligadas	<u>79.464</u>	-	-	-	-	(2.087)	<u>77.377</u>
	<u>147.136</u>	-	<u>9.141</u>	<u>(3.904)</u>	-	<u>(1.472)</u>	<u>150.901</u>
Propriedades para investimentos (i)	-	-	-	-	-	7.295	7.295
	<u>8.225.579</u>	<u>(26.548)</u>	<u>617.091</u>	<u>(627.005)</u>	<u>(16.795)</u>	<u>6.185</u>	<u>8.178.507</u>

(i) No exercício de 2014, consoante o CPC 28 - Propriedade para Investimento, a Companhia transferiu do ativo imobilizado para o grupo Investimentos, subgrupo Propriedades para investimento, o valor contábil de R\$7.295 referente a imóvel de sua propriedade, cujo valor justo é de R\$28.000.

O resultado de equivalência patrimonial apresentado nas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa da controladora não inclui os valores de R\$8.406, referente às perdas de passivo a descoberto de controlada, e de R\$16.795, referente ao lucro não realizado nos estoques.

(ii) Consolidado

	<u>31/12/2013</u>	<u>Adições (baixas)</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Juros sobre capital próprio e dividendos</u>	<u>Outros</u>	<u>31/12/2014</u>
Controladas em conjunto						
Fasal Trading Brasil (i)	10.380	(10.486)	106	-	-	-
Modal	2.283	-	2.071	(1.700)	-	2.654
Unigal	636.738	-	127.819	(164.499)	17	600.075
Usiroll	8.743	-	1.100	-	(1)	9.842
Ágio em controladas em conjunto	<u>28.020</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.020</u>
	686.164	(10.486)	131.096	(166.199)	16	640.591
Coligadas						
Codeme	47.925	-	6.417	(2.356)	341	52.327
Metform	11.985	-	1.702	(700)	252	13.239
MRS	304.636	-	41.813	(22.257)	894	325.086
Terminal Paraopeba	881	24	(7)	-	-	898
Terminal Sarzedo	2.200	-	2.803	(2.678)	-	2.325
Outros	2.868	7.295	(44)	-	-	10.119
Ágio em coligadas	<u>103.289</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.087)</u>	<u>101.202</u>
	<u>473.784</u>	<u>7.319</u>	<u>52.684</u>	<u>(27.991)</u>	<u>(600)</u>	<u>505.196</u>
Total	<u>1.159.948</u>	<u>(3.167)</u>	<u>183.780</u>	<u>(194.190)</u>	<u>(584)</u>	<u>1.145.787</u>

(i) Em 2014, a Administração decidiu encerrar as atividades da Fasal Trading Brasil.

(b) Informações financeiras das coligadas

A seguir, está demonstrada a participação da Companhia nos resultados das coligadas, em 31 de dezembro de 2014:

	<u>País de constituição</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Receita líquida</u>	<u>Lucro</u>	<u>% de participação</u>
Codeme	Brasil	528.100	324.065	204.035	210.210	2.209	30,76
Metform	Brasil	82.556	26.503	56.053	52.021	4.996	30,76
MRS (i)	Brasil	7.177.648	4.329.435	2.848.213	3.063.061	379.393	11,41

(i) Participação direta de 0,28% e indireta, por meio da UPL, de 11,13%.

A participação nos lucros foi calculada após o imposto de renda e a contribuição social e após a participação dos acionistas não controladores em coligadas.

O capital votante nas empresas coligadas corresponde ao mesmo percentual do capital social total, exceto para a empresa MRS, cujo percentual do capital votante é de 15,2%. A USIMINAS participa do grupo de controle e tem influência significativa, o que classifica esse investimento como coligada.

As informações financeiras resumidas das empresas controladas em conjunto estão demonstradas a seguir de forma consolidada.

(i) Balanços patrimoniais resumidos

	31/12/2014				31/12/2013		
	Modal	Unigal	Usiroll	Fasal Trading Brasil (i)	Modal	Unigal	Usiroll
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	2.221	21.099	15.561	13.838	1.396	56.411	5.668
Contas a receber	641	74.232	984	-	503	82.192	816
Estoques	-	28.310	475	-	-	20.362	1.714
Outros	-	19.538	341	9.727	-	4.798	109
Total do ativo circulante	2.862	143.179	17.361	23.565	1.899	163.763	8.307
Ativo não circulante							
Realizável a longo prazo	-	10.863	54	-	-	10.264	54
Imobilizado	2.730	1.032.561	20.760	-	2.898	1.074.711	25.454
Intangível	-	733	13	-	-	948	14
Total do ativo não circulante	2.730	1.044.157	20.827	-	2.898	1.085.923	25.522
Total do ativo	5.592	1.187.336	38.188	23.565	4.797	1.249.686	33.829
Passivo e patrimônio líquido							
Empréstimos	-	53.757	-	-	-	47.121	-
Fornecedores	98	5.438	72	-	74	4.565	102
Contingências	-	11.483	47	-	-	10.783	-
Outros	187	253.448	18.388	2.805	156	265.349	16.243
Patrimônio líquido	5.307	863.210	19.681	20.760	4.567	921.868	17.484
Total do passivo e patrimônio líquido	5.592	1.187.336	38.188	23.565	4.797	1.249.686	33.829

(ii) Demonstrações dos resultados resumidas

	31/12/2014				31/12/2013			
	Fasal Trading Brasil (i)	Modal	Unigal	Usiroll	Fasal Trading Brasil (i)	Modal	Unigal	Usiroll
Receita líquida de vendas e serviços	-	6.720	374.428	7.935	-	6.016	373.172	8.102
Custo produtos e serviços vendidos	-	(1.995)	(103.426)	(4.148)	-	(1.932)	(88.885)	(4.498)
Receitas (despesas) operacionais	-	(7)	(11.223)	(483)	(2.086)	(75)	(10.274)	(158)
Receitas (despesas) financeiras	1.098	141	(16.325)	(571)	2.966	(1)	(21.985)	(670)
Provisão IRPJ e CSLL	-	(804)	(67.137)	(525)	(275)	(700)	(72.368)	(376)
Lucro líquido do exercício	1.098	4.055	176.317	2.208	605	3.308	179.660	2.400

(i) Em 2014, a Administração decidiu encerrar as atividades da Fasal Trading Brasil.

(c) Outras informações relevantes sobre os investimentos**(i) Alienação de empresa controlada**

Em 20 de dezembro de 2013, a Companhia alienou a totalidade da sua participação acionária no capital social da Automotiva S.A. (“Automotiva”), e recebeu, o montante de R\$139.501 em 2013 e R\$16.486 em 2014. Com a conclusão da referida operação em Dezembro de 2013, o balanço patrimonial consolidado da Companhia, de 31 de dezembro de 2014 e 2013, não contemplam os dados da Automotiva.

(ii) Aumento de capital na MUSA

Em 26 de setembro de 2013, foi concluído o aporte de capital na Mineração Usiminas S.A.. Na operação, a Companhia promoveu aumento de capital mediante transferência do terreno de sua propriedade em Itaguaí – RJ, no valor de R\$245.583, e as acionistas Serra Azul Iron Ore LLC e Sumitomo Corporation do Brasil S.A., empresas do Grupo Sumitomo Corporation, aportaram R\$220.972, sendo destinados R\$105.250 para o capital social e R\$115.722 à formação de reserva de capital da MUSA.

(iii) Oferta pública de compra de títulos de dívida

Em 1º de outubro de 2013, as subsidiárias da Companhia sediadas na Dinamarca adquiriram US\$124,2 milhões de títulos de dívida com vencimento em 2016 e US\$220,2 milhões de títulos de dívida com vencimento em 2018, emitidos pelas companhias Cosipa Commercial Ltda. e Usiminas Commercial Ltda., ambas controladas pela Companhia. A operação permite melhor alocação dos recursos da Companhia, além de diminuir a sua alavancagem bruta e reduzir os desembolsos financeiros projetados até o vencimento dos mencionados títulos. Em 30 de dezembro de 2014 a Companhia exerceu a cláusula de resgate antecipado (*Early Redemption*) do título de dívida com vencimento em 2016 e dessa forma recomprou a totalidade dos títulos emitidos. O resgate antecipado também foi feito com o objetivo de reduzir a alavancagem bruta e os desembolsos financeiros projetados.

(iv) Mineração Usiminas - Contrato de prestação de serviços de operação portuária com a Porto Sudeste do Brasil S.A. (atual denominação social de MMX Porto Sudeste Ltda.)

A Mineração Usiminas S.A. (MUSA) possui contrato vigente junto à companhia Porto Sudeste do Brasil S.A. (atual denominação social de MMX Porto Sudeste Ltda.), para a prestação de serviços de operação portuária de recebimento, movimentação, armazenagem e embarque de minério de titularidade da MUSA no Terminal do Porto Sudeste, nas modalidades *Take or Pay* e *Delivery or Pay*. O contrato define penalidades em favor da MUSA por atraso na entrada em operação do mencionado porto que, em 31 de dezembro de 2014, incluindo juros, atinge o valor total de R\$497.193. Adicionalmente, a Companhia pleiteará ressarcimento de lucros cessantes, além de demais perdas e danos, decorrentes do atraso na entrada em operação do porto. Nenhum montante referente a esse ressarcimento foi contabilizado na MUSA. A Companhia adotou as providências cabíveis para resguardar os seus direitos.

16 Imobilizado

	Taxa média ponderada de depreciação anual %	Controladora					
		31/12/2014			31/12/2013		
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação							
Edificações	4	2.055.188	(1.131.631)	923.557	2.076.154	(1.098.352)	977.802
Máquinas e equipamentos	5	20.151.484	(10.151.149)	10.000.335	19.697.257	(9.336.631)	10.360.626
Instalações	4	319.680	(126.387)	193.293	272.527	(110.815)	161.712
Móveis e utensílios	16	43.786	(30.178)	13.608	42.403	(26.899)	15.504
Equipamentos de informática	34	153.694	(141.080)	12.614	146.881	(131.140)	15.741
Veículos	20	37.491	(32.202)	5.289	37.491	(30.576)	6.915
Ferramentas e aparelhos	15	190.586	(141.979)	48.607	183.156	(129.852)	53.304
Outros					484	(378)	106
		<u>22.951.909</u>	<u>(11.754.606)</u>	<u>11.197.303</u>	<u>22.456.353</u>	<u>(10.864.643)</u>	<u>11.591.710</u>
Terrenos		<u>419.553</u>	-	<u>419.553</u>	<u>420.932</u>	-	<u>420.932</u>
Total em operação		<u>23.371.462</u>	<u>(11.754.606)</u>	<u>11.616.856</u>	<u>22.877.285</u>	<u>(10.864.643)</u>	<u>12.012.642</u>
Em obras							
Obras em andamento		1.738.734	-	1.738.734	1.060.619	-	1.060.619
Imobilizado em processamento		18.359	-	18.359	15.788	-	15.788
Importações em andamento		55.506	-	55.506	80.789	-	80.789
Adiantamentos a fornecedores		5.429	-	5.429	8.827	-	8.827
Encargos de empréstimos capitalizados		12.368	-	12.368	40.776	-	40.776
Outros			-		152.941	-	152.941
Total em obras		<u>1.830.396</u>	-	<u>1.830.396</u>	<u>1.359.740</u>	-	<u>1.359.740</u>
		<u>25.201.858</u>	<u>(11.754.606)</u>	<u>13.447.252</u>	<u>24.237.025</u>	<u>(10.864.643)</u>	<u>13.372.382</u>

	Taxa média ponderada de depreciação anual %	Consolidado					
		31/12/2014			31/12/2013		
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação							
Edificações	4	2.718.434	(1.290.001)	1.428.433	2.475.500	(1.214.025)	1.261.475
Máquinas e equipamentos	5	21.364.053	(10.658.573)	10.705.480	20.821.550	(9.771.767)	11.049.783
Instalações	4	622.079	(208.568)	413.511	451.454	(166.350)	285.104
Móveis e utensílios	16	61.305	(42.206)	19.099	59.686	(37.894)	21.792
Equipamentos de informática	34	189.081	(165.888)	23.193	179.497	(152.994)	26.503
Veículos	20	95.303	(79.518)	15.785	96.509	(74.016)	22.493
Ferramentas e aparelhos	15	215.583	(150.294)	65.289	203.933	(136.227)	67.706
Outros		60.177	(2.603)	57.574	60.661	(1.971)	58.690
		<u>25.326.015</u>	<u>(12.597.651)</u>	<u>12.728.364</u>	<u>24.348.790</u>	<u>(11.555.244)</u>	<u>12.793.546</u>
Terrenos		796.201	-	796.201	796.384	-	796.384
Total em operação		<u>26.122.216</u>	<u>(12.597.651)</u>	<u>13.524.565</u>	<u>25.145.174</u>	<u>(11.555.244)</u>	<u>13.589.930</u>
Em obras							
Obras em andamento		1.909.326	-	1.909.326	1.605.545	-	1.605.545
Imobilizado em processamento		21.503	-	21.503	20.952	-	20.952
Importações em andamento		55.544	-	55.544	81.117	-	81.117
Adiantamentos a fornecedores		9.519	-	9.519	9.470	-	9.470
Encargos de empréstimos capitalizados		12.368	-	12.368	40.776	-	40.776
Outros		2.748	-	2.748	159.043	-	159.043
Total em obras		<u>2.011.008</u>	<u>-</u>	<u>2.011.008</u>	<u>1.916.903</u>	<u>-</u>	<u>1.916.903</u>
		<u>28.133.224</u>	<u>(12.597.651)</u>	<u>15.535.573</u>	<u>27.062.077</u>	<u>(11.555.244)</u>	<u>15.506.833</u>

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

	Controladora							
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>977.802</u>	<u>10.360.626</u>	<u>161.712</u>	<u>53.304</u>	<u>420.932</u>	<u>1.359.740</u>	<u>38.266</u>	<u>13.372.382</u>
Adições	-	23.967	-	-	-	925.564	-	949.531
Baixas	(260)	(610)	-	(69)	(1.379)	130	(231)	(2.419)
Depreciação	(47.007)	(817.366)	(15.571)	(12.202)	-	-	(14.925)	(907.071)
Encargos de empréstimos capitalizados	-	-	-	-	-	58.560	-	58.560
Baixa de adiantamentos	-	-	-	-	-	(3.517)	-	(3.517)
Transferências para investimento	(7.295)	-	-	-	-	-	-	(7.295)
Transferências para Intangível	317	433.718	47.152	7.660	-	(499.672)	8.414	(2.411)
Outros	-	-	-	(86)	-	(10.409)	(13)	(10.508)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>923.557</u>	<u>10.000.335</u>	<u>193.293</u>	<u>48.607</u>	<u>419.553</u>	<u>1.830.396</u>	<u>31.511</u>	<u>13.447.252</u>

	Consolidado							
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.261.475	11.049.783	285.104	67.706	796.384	1.916.903	129.478	15.506.833
Adições	5.594	50.013	988	3.004	1.196	1.024.086	1.919	1.086.800
Baixas	(999)	(13.363)	(256)	(358)	(1.379)	130	(406)	(16.631)
Depreciação	(85.578)	(892.768)	(47.837)	(14.180)	-	-	(25.769)	(1.066.132)
Encargos de empréstimos capitalizados	-	-	-	-	-	58.560	-	58.560
Baixa de Adiantamentos	-	-	-	-	-	(3.594)	-	(3.594)
Transferências para investimento	(7.295)	-	-	-	-	-	-	(7.295)
Transferências para Intangível	255.236	521.811	175.512	9.206	-	(974.510)	10.415	(2.330)
Outros	-	(9.996)	-	(89)	-	(10.567)	14	(20.638)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.428.433	10.705.480	413.511	65.289	796.201	2.011.008	115.651	15.535.573

Em 31 de dezembro de 2014, as adições do imobilizado, no montante de R\$1.086.800, referem-se principalmente à Coqueria 2 (R\$332.773), melhorias na Sinterização de Cubatão (R\$69.866), substituição de Staves Coolers nas usinas (R\$51.657) e Projeto Friáveis (R\$70.879) da Mineração Usiminas.

Em 31 de dezembro de 2014, foram capitalizados juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos no imobilizado, cujo montante foi de R\$58.560 na controladora e no consolidado. Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 19.

Em 31 de dezembro de 2014, a depreciação na controladora foi reconhecida nas rubricas "Custos das vendas", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas", nos montantes de R\$892.554, R\$3.096 e R\$11.422 (31 de dezembro de 2013 –R\$891.481, R\$3.188 e R\$11.887), respectivamente. Em termos consolidados, nessa mesma data, a depreciação foi reconhecida nas rubricas "Custos das vendas", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas" nos montantes de R\$1.045.079, R\$3.901 e R\$17.153 (31 de dezembro de 2013 - R\$1.008.255, R\$3.919 e R\$17.798), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos (Nota 19(f)).

Os saldos de obras em andamento referem-se a projetos de melhoria no processo produtivo para manutenção da capacidade produtiva e projetos de proteção ambiental.

17 **Impairment de ativos não financeiros**

Para o cálculo do valor recuperável de cada segmento de negócio, as Empresas Usiminas utilizam o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras de cada segmento. As projeções consideram as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação das empresas, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada segmento.

Em 31 de dezembro de 2014 as Empresas Usiminas efetuaram avaliação das suas unidades geradoras de caixa conforme descrito a seguir:

(a) **Testes de recuperabilidade do ágio**

Para as unidades geradoras de caixa que possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio), as Empresas Usiminas efetuaram análise de *impairment*, conforme descrito a seguir.

Segue o resumo da alocação do ágio por nível de segmento operacional:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Mineração	-	-	51.845	51.845
Siderurgia	198.555	200.641	198.555	200.641
Transformação do aço	-	-	59.166	59.166
	<u>198.555</u>	<u>200.641</u>	<u>309.566</u>	<u>311.652</u>

Os cálculos de valor em uso utilizam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração,

Para o cálculo do valor recuperável foram utilizadas projeções de volumes de vendas, preços médios e custos operacionais realizadas pelos setores comerciais e de planejamento para os próximos 5 anos, considerando participação de mercado, variação de preços internacionais, evolução do dólar e da inflação, com base em relatórios de mercado. Também foram considerados a necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção dos ativos testados.

Para os anos posteriores foram adotadas taxas de crescimento em função de estimativa da inflação de longo prazo e taxa de câmbio.

As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas considerando informações de mercado disponíveis na data do teste. A Companhia adotou taxas distintas para cada segmento de negócio testado de forma a refletir sua estrutura de capital. As taxas nominais utilizadas para descontar o fluxo de caixa de cada unidade geradora de caixa variaram entre 12% e 14,7% a.a..

A taxa de inflação de longo prazo utilizada nos fluxos projetados foi de 5,2% a.a.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi registrada perda por *impairment* referente ao ágio da Coligada Metform no valor de R\$2.087, que faz parte do segmento operacional Siderurgia. Este valor foi registrado na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”, do corrente período. Para o exercício de 2013 não houve apuração de perda por *impairment*.

(b) Teste de recuperabilidade de outros ativos de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não identificou perdas nos testes de recuperabilidade dos ativos imobilizados das suas unidades geradoras de caixa.

Os cenários utilizados nos mencionados testes são as melhores estimativas das Empresas Usiminas para os resultados e a geração de caixa futuros em seus segmentos de negócio. A Companhia continuará a monitorar os resultados em 2015, os quais indicarão a razoabilidade das projeções futuras utilizadas. Os ativos de vida longa por segmento operacional estão demonstrados na Nota 28.

As premissas utilizadas no teste de recuperabilidade os ativos de longo prazo, são as mesmas premissas utilizadas no teste do ágio.

18 Ativos intangíveis

				Controladora
	Ágio pago em aquisições	Software adquirido	Outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2013	110.343	33.388	17.447	161.178
Adições	-	72	14.985	15.057
Transferências do imobilizado	-	12.208	(9.797)	2.411
Amortização	-	(13.261)	-	(13.261)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	110.343	32.407	22.635	165.385
Custo total	153.692	148.846	22.635	325.173
Amortização acumulada	(43.349)	(116.439)	-	(159.788)
Valor residual em 31 de dezembro de 2014	110.343	32.407	22.635	165.385
Taxas anuais de amortização %	-	25	-	-

	Consolidado				
	<u>Direitos minerários (i)</u>	<u>Ágio pago em aquisições</u>	<u>Software adquirido</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Valor residual em 31 de dezembro de 2013	2.136.786	180.344	55.816	27.631	2.400.577
Adições	-	-	7.360	15.877	23.237
Transferências do imobilizado	-	-	12.944	(10.614)	2.330
Amortização	(19.530)	-	(20.006)	(8.929)	(48.465)
Outros	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.117.256	180.344	56.114	23.965	2.377.679
Custo total	2.183.247	223.693	236.995	32.894	2.676.829
Amortização acumulada	(65.991)	(43.349)	(180.881)	(8.929)	(299.150)
Valor residual em 31 de dezembro de 2014	<u>2.117.256</u>	<u>180.344</u>	<u>56.114</u>	<u>23.965</u>	<u>2.377.679</u>
Taxas anuais de amortização %	-	-	25	-	-

(i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão das minas.

A amortização na controladora foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas” e “Despesas gerais e administrativas” nos montantes de R\$807 e R\$12.453 (31 de dezembro de 2013 - R\$747 em “Custos das vendas” e R\$11.267 em “Despesas gerais e administrativas”), respectivamente. Em termos consolidados, nessa mesma data, a amortização foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas” nos montantes de R\$31.218, R\$650 e R\$16.596 (31 de dezembro de 2013 - R\$23.027, R\$134 e R\$19.300), respectivamente.

O ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e dos passivos (ágio por expectativa de rentabilidade futura) é classificado no ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

19 Empréstimos e financiamentos

(a) Controladora

(i) Em moeda nacional

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais %	31/12/2014		31/12/2013	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES	URTJLP	2014 a 2015	TJLP + 1,36% a 2,9% a.a.	1.581	-	26.306	1.576
BNDES	URTJLP	2015	TJLP + 1,76% a.a.	67.361	-	73.655	67.165
BNDES	URTJLP	2018, 2020 e 2021	TJLP + 1,88% a.a. e 2,88% a.a.	118.863	355.460	105.394	471.799
BNDES	URTJLP	2018	TJLP + 1,48% a.a.	14.912	44.237	14.939	58.983
BNDES	URTJLP	2018	TJLP + 5,50% a.a.	1.283	2.973	1.286	4.247
BNDES	R\$	2018 e 2020	TJLP	185	632	183	816
FINAME	URTJLP	2013 e 2014	TJLP + 1,0% a.a.	-	-	40	-
FINAME	R\$	2014 a 2024	2,5% a 10,9% a.a.	15.059	25.670	11.565	15.126
Banco do Brasil	R\$	2015, 2016 e 2018	11,464% a.a., 98% CDI e 108,15% CDI	730.497	1.700.000	525.867	2.000.000
Citibank	R\$	2015	107,5% a.a. CDI	46.357	-	-	-
BBM	R\$	2015	107,5% a.a. CDI	4.121	-	-	-
Comissões e Outros Custos	-	-	-	(2.352)	(2.721)	(3.085)	(4.142)
				<u>997.867</u>	<u>2.126.251</u>	<u>756.150</u>	<u>2.615.570</u>

(ii) Em moeda estrangeira

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	31/12/2014		31/12/2013	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES	US\$	2015 e 2018	Cesta de moedas (US\$) + 1,76% a 2,40% a.a.	15.831	36.607	21.865	46.125
BNDES	US\$	2016	Cesta de moedas (US\$) + 1,76%a.a.	50.518	4.198	44.639	48.132
BNDES	US\$	2019	Cesta de moedas (US\$) + 1,88%a.a.	26.898	86.660	20.766	99.737
Nippon Usiminas	US\$	2013, 2014, 2016 e 2017	Libor + 0,83% e 1,23% a.a.	128.971	154.894	114.423	249.257
JBIC	US\$	2016	Libor + 1,4755% e 2,35% a.a.	122.984	365.222	108.804	429.474
JBIC	US\$	2018	Libor + 0,5465% e 0,885% a.a.	123.679	365.222	109.585	429.474
Credit Suisse -Pré- Pagamento Exportação	US\$	2014	Libor + 4% a.a.	-	-	23.786	-
Eurobonds	JPY	2018	4,1165% a.a.	20.214	954.823	20.305	959.118
Eurobonds	JPY	2016	4,275% a.a.	1.169	506.844	1.175	509.124
KFW	EUR	2015	3,59% a.a.	11.821	-	11.945	11.647
Votorantim	US\$	2015	2,4% a.a.	51.843	-	-	-
Santander Cayman	US\$	2015	1,7428% a.a.	55.225	-	-	-
Itaú BBA	US\$	2019	2,6% a.a.	588	359.205	-	-
Comissões e Outros Custos	-	-	-	(1.041)	(1.502)	(1.678)	(2.860)
				<u>608.700</u>	<u>2.832.173</u>	<u>475.615</u>	<u>2.779.228</u>
Em moeda nacional				<u>997.867</u>	<u>2.126.251</u>	<u>756.150</u>	<u>2.615.570</u>
				<u>1.606.567</u>	<u>4.958.424</u>	<u>1.231.765</u>	<u>5.394.798</u>

(b) Consolidado

(i) Em moeda nacional

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais %	31/12/2014		31/12/2013	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES	URTJLP	2014 e 2015	TJLP + 1,36% a 2,9% a.a.	1.581	-	26.306	1.576
BNDES	URTJLP	2015	TJLP + 1,76% a.a.	67.361	-	73.655	67.165
BNDES	URTJLP	2018 a 2021	TJLP + 1,88% a.a. e 2,88% a.a.	118.863	355.460	105.394	471.799
BNDES	URTJLP	2018	TJLP + 1,48% a.a.	14.912	44.237	14.939	58.983
BNDES	URTJLP	2018	TJLP + 5,50% a.a.	1.283	2.973	1.286	4.247
BNDES	R\$	2018 e 2020	TJLP TJLP + 1,0% a.a.	185	632	183	816
FINAME	URTJLP	2013 e 2014		-	-	100	-
FINAME	R\$	2014 a 2024	2,5% a 10,9% a.a.	19.181	41.067	11.565	15.126
Banco do Brasil	R\$	2015, 2016 e 2018	11,464% a.a., 98% CDI e 108,15% CDI	730.497	1.700.000	525.867	2.000.000
Citibank	R\$	2015	107,5% a.a. CDI	46.357	-	-	-
BBM	R\$	2015	107,5% a.a. CDI	4.121	-	-	-
Outros	-	-	-	48.129	7.287	33.825	31.072
Comissões e outros custos	-	-	-	(2.352)	(2.721)	(3.085)	(4.142)
				<u>1.050.118</u>	<u>2.148.935</u>	<u>790.035</u>	<u>2.646.642</u>

(ii) **Em moeda estrangeira**

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	31/12/2014		31/12/2013	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES	US\$	2015 e 2018	Cesta de moedas (US\$) + 1,76% a 2,40% a.a.	15.831	36.607	21.865	46.125
BNDES	US\$	2016	Cesta de moedas (US\$) + 1,76% a.a.	50.518	4.198	44.639	48.132
BNDES	US\$	2017 e 2019	Cesta de moedas (US\$) + 1,88% a.a.	26.898	86.660	20.766	99.737
Nippon Usiminas	US\$	2013, 2014, 2016 e 2017	Libor + 0,83% e 1,23% a.a.	128.971	154.894	114.423	249.257
JBIC	US\$	2016	Libor + 1,475% e 2,35% a.a.	122.984	365.222	108.804	429.474
JBIC	US\$	2018	Libor + 0,546% e 0,885% a.a.	123.679	365.222	109.585	429.474
Credit Suisse -Pré- Pagamento Exportação	US\$	2014	Libor + 4% a.a.	-	-	23.786	-
KFW	EUR	2015	3,59% a.a.	11.821	-	11.945	11.647
UBS Eurobonds	US\$	2016	8,25%	-	-	1.825	165.922
UBS Eurobonds	US\$	2018	7,25%	15.081	459.375	30.571	387.961
Votorantim	US\$	2015	2,4% a.a.	51.843	-	-	-
Santander Cayman	US\$	2015	1,7428% a.a.	55.225	-	-	-
Itaú BBA	US\$	2015	2,6% a.a.	588	359.205	-	-
Outros	-	-	-	3.283	959	12.079	1.380
Comissões e Outros Custos	-	-	-	(1.041)	(1.502)	(1.678)	(2.860)
				<u>605.681</u>	<u>1.830.840</u>	<u>498.610</u>	<u>1.866.249</u>
Em moeda nacional				<u>1.050.118</u>	<u>2.148.935</u>	<u>790.035</u>	<u>2.646.642</u>
				<u>1.655.799</u>	<u>3.979.775</u>	<u>1.288.645</u>	<u>4.512.891</u>

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
2015	-	1.324.873	-	1.334.271
2016	1.828.759	1.596.074	1.331.292	1.261.857
2017	999.576	775.489	1.006.438	782.252
2018	1.717.697	1.505.496	1.225.509	937.583
2019	304.977	171.765	307.211	173.983
2020 a 2024	107.415	21.101	109.325	22.945
	<u>4.958.424</u>	<u>5.394.798</u>	<u>3.979.775</u>	<u>4.512.891</u>

(c) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	6.626.563	7.857.274	5.801.536	7.740.090
Ingressos	869.840	462.825	913.662	478.645
Encargos provisionados	246.164	203.137	195.372	235.676
Variação monetária	181.841	185.982	185.097	187.965
Variação cambial	239.234	136.517	325.890	358.673
Amortização de encargos	(422.422)	(495.621)	(375.363)	(517.996)
Amortização de principal	(1.180.378)	(1.730.540)	(1.414.769)	(2.745.804)
Diferimento de comissões	4.149	6.989	4.149	64.287
	<u>6.564.991</u>	<u>6.626.563</u>	<u>5.635.574</u>	<u>5.801.536</u>

(d) Cláusulas contratuais restritivas - Covenants

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui empréstimos e financiamentos com determinadas condições e cláusulas contratuais, que estabelecem o cumprimento de alguns índices financeiros conforme a seguir:

- *Consolidated Interest Coverage Ratio* – capacidade de pagamento dos juros dos empréstimos e financiamentos em relação ao Ebitda;
- *Total Debt to Ebitda* e *Net Debt to Ebitda* – capacidade de pagamento da dívida em relação ao Ebitda;
- *Total Capitalization Ratio* – relação entre o capital próprio e o capital de terceiros;
- *Nível de liquidez* – capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo;
- *Nível de Capitalização* – relação entre o patrimônio líquido e o ativo total;

Os índices descritos são calculados numa base consolidada da Companhia. O descumprimento dessas exigências por parte da Companhia poderia gerar uma antecipação do vencimento das obrigações registradas no passivo não circulante com credores brasileiros e no exterior.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia deixou de cumprir um desses índices financeiros (covenants), relativo ao Total Debt to Ebitda Ratio para alguns de seus contratos de dívida. Esse fato foi devidamente comunicado aos credores, sendo tempestivamente solicitada a concessão de um perdão (waiver), o que foi obtido com pleno êxito para tais contratos.

(e) Linha de crédito rotativo

Em 15 de maio de 2014, o Conselho de Administração aprovou a contratação de linha de crédito rotativo (*Revolving Credit Facility*), no valor de R\$300.000, que poderá ser utilizada num período de até três anos. A operação foi contratada junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. em 09 de junho de 2014.

(f) Garantias de empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos e financiamentos estão garantidos por bens do imobilizado, cujo valor líquido contábil é de R\$4.108.123 (31 de dezembro de 2013 - R\$4.043.657) na Controladora e no Consolidado.

(g) Linhas de crédito não sacadas

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo das linhas de crédito não sacadas junto ao BNDES, com vencimento em mais de um ano e taxas variáveis, totalizam R\$266.028 (31 de dezembro de 2013 - R\$266.028). Em termos consolidados, o saldo dessas operações totalizam R\$266.028 (31 de dezembro de 2013 - R\$266.028). Em 31 de dezembro de 2014, as Empresas Usiminas não possuíam linhas de crédito não sacadas em taxa fixa.

(h) Valor justo e segregação por moeda dos empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos e financiamentos bem como a segregação dos valores contábeis por moeda estão demonstrados na Nota 5.5 (b).

20 Debêntures

Em 30 de janeiro de 2013, a Companhia efetuou a operação de debêntures simples aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, por meio de oferta pública de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, no montante total de R\$1.000.000, com prazo de vencimento de seis anos e taxa de 1% a.a. + 100% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2014, os encargos sobre as debêntures no montante de R\$50.092 estão registrados no passivo circulante (31 de dezembro de 2013 – R\$41.525).

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo inicial	1.039.445	257.664
Ingresso	-	1.000.000
Encargos provisionados e outros	55.252	32.106
Variação monetária	61.374	49.816
Amortização de encargos	(107.430)	(50.141)
Amortização de principal	-	(250.000)
	<u>1.048.641</u>	<u>1.039.445</u>

21 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
ICMS	6.645	27.547	16.412	36.479
IPI	22.574	30.526	24.634	30.752
IRRF	10.320	10.245	13.468	13.310
ISS	5.503	3.299	9.703	6.283
PIS e COFINS	16.044	22.929	23.432	29.616
Outros	2.520	2.352	6.557	14.659
	<u>63.606</u>	<u>96.898</u>	<u>94.206</u>	<u>131.099</u>

22 Tributos parcelados

A composição dos tributos parcelados pode ser apresentada como segue:

	Controladora					
	31/12/2014			31/12/2013		
	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido
INSS	8.405	(8.405)	-	41.342	(8.405)	32.937
IPI	106.511	(100.080)	6.431	109.484	(100.079)	9.405
Refis – Lei nº 11.941/09 – IPI e CIDE	32.443	(32.443)	-	32.443	(32.443)	-
Refis – Lei nº 11.941/09	-	-	-	8.070	-	8.070
Refis – Lei nº 11.941/09 - IRPJ/CSLL Expurgo Plano Verão	57.089	(57.089)	-	57.089	(57.089)	-
Outros	16	(16)	-	58	-	58
	<u>204.464</u>	<u>(198.033)</u>	<u>6.431</u>	<u>248.486</u>	<u>(198.016)</u>	<u>50.470</u>
No passivo circulante	-	-	6.431	-	-	24.719
No passivo não circulante	-	-	-	-	-	25.751

	Consolidado					
	31/12/2014			31/12/2013		
	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido
INSS	8.405	(8.405)	-	41.342	(8.405)	32.937
IPI	106.510	(100.079)	6.431	109.484	(100.079)	9.405
Refis – Lei nº 11.941/09 – IPI e CIDE	32.443	(32.443)	-	32.443	(32.443)	-
Refis – Lei nº 11.941/09	11.101	-	11.101	19.453	-	19.453
Refis – Lei nº 11.941/09 - IRPJ/CSLL Expurgo Plano Verão	57.089	(57.089)	-	57.089	(57.089)	-
Outros	16	(16)	-	58	-	58
	<u>215.564</u>	<u>(198.032)</u>	<u>17.532</u>	<u>259.869</u>	<u>(198.016)</u>	<u>61.853</u>
No passivo circulante	-	-	7.560	-	-	25.770
No passivo não circulante	-	-	9.972	-	-	36.083

Sobre os parcelamentos incide Selic, garantidos por bens patrimoniais da Companhia e depósitos judiciais, cujo valor líquido contábil das garantias era de R\$22.913 em 31 de dezembro de 2014 (31 de dezembro de 2013 - R\$20.568).

Em novembro de 2014, com base na Lei nº 13.043/2014, a Companhia fez uso de benefício instituído pelo Governo Federal e formalizou junto à Receita Federal do Brasil pedido de quitação antecipada de parcelamentos existentes, com a utilização de 70% de prejuízo fiscal, no montante de R\$48.457 e 30% de pagamento em espécie, no montante de R\$22.499.

A movimentação do saldo de tributos parcelados está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	248.486	254.784	259.869	266.526
Adições	20.088	-	20.088	-
Provisão (reversão) de juros	1.878	8.072	1.878	8.072
Amortização de juros	-	(434)	-	(434)
Amortização de principal	(65.988)	(13.936)	(67.080)	(14.958)
Variação monetária	-	-	810	663
	<u>204.464</u>	<u>248.486</u>	<u>215.565</u>	<u>259.869</u>
Saldo inicial compensação depósito judicial	(198.016)	(192.940)	(198.016)	(192.940)
(-) compensação depósito judicial	(17)	(5.076)	(17)	(5.076)
Saldo final compensação depósito judicial	<u>(198.033)</u>	<u>(198.016)</u>	<u>(198.033)</u>	<u>(198.016)</u>
	<u>6.431</u>	<u>50.470</u>	<u>17.532</u>	<u>61.853</u>

As parcelas registradas no passivo não circulante vencerão como segue:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
2015	7.186	-	8.237
2016	7.186	1.129	8.237
2017	7.186	1.129	8.237
2018	4.193	1.129	5.244
2019	-	1.129	1.051
2020 a 2024	-	5.456	5.077
	<u>25.751</u>	<u>9.972</u>	<u>36.083</u>

23 Provisão para demandas judiciais

	Controladora					
	31/12/2014			31/12/2013		
	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido
IR e CSLL	1.654	-	1.654	44.395	(16.923)	27.472
INSS	1.582	-	1.582	6.104	(6.104)	-
ICMS	4.333	-	4.333	6.879	-	6.879
Trabalhistas	233.770	(97.654)	136.116	211.501	(116.867)	94.634
Cíveis	95.831	(9.739)	86.092	140.682	(10.737)	129.945
Outras	9.255	(408)	8.847	8.321	(386)	7.935
	<u>346.425</u>	<u>(107.801)</u>	<u>238.624</u>	<u>417.882</u>	<u>(151.017)</u>	<u>266.865</u>

	Consolidado					
	31/12/2014			31/12/2013		
	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido
IR e CSLL	15.708	-	15.708	59.596	(26.825)	32.771
INSS	1.610	-	1.610	6.132	(6.132)	-
ICMS	25.500	-	25.500	6.954	-	6.954
PIS/COFINS	14.210	-	14.210	12.335	(11.873)	462
Trabalhistas	282.340	(97.654)	184.686	261.983	(121.797)	140.186
Cíveis	101.982	(9.739)	92.243	145.985	(10.737)	135.248
Outras	34.509	(3.186)	31.323	13.694	(5.758)	7.936
	<u>475.859</u>	<u>(110.579)</u>	<u>365.280</u>	<u>506.679</u>	<u>(183.122)</u>	<u>323.557</u>

A Companhia possui ainda depósitos judiciais, registrados no ativo não circulante, para os quais não existem provisões relacionadas (Nota 14).

A movimentação das provisões para demandas judiciais pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	417.882	376.170	506.679	447.933
Adições	118.086	142.682	173.240	178.355
Juros/atualizações	29.508	36.005	31.793	39.398
Amortizações/baixas	(158.910)	(66.308)	(162.223)	(68.708)
Reversões	(60.141)	(70.667)	(73.630)	(75.640)
Transferências	-	-	-	(14.659)
	<u>346.425</u>	<u>417.882</u>	<u>475.859</u>	<u>506.679</u>

(a) Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais foram constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo a avaliação e posição dos seus consultores jurídicos internos e externos. As causas mais relevantes em 31 de dezembro de 2014 estão descritas a seguir:

(i) Provisões da Controladora

Descrição	Posição	31/12/2014	31/12/2013
		Saldo	Saldo
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Ipatinga em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando o julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	26.047	23.078
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Cubatão em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	185.409	167.355
Ação pleiteando indenização por danos materiais (pensão, gastos médicos fixos etc.) e danos morais por exposição ao gás benzeno durante o horário de trabalho.	Aguardando julgamento.	29.534	76.398
Divergências entre as partes com relação ao preço pago na aquisição da Zamproga NSG Tecnologia do Aço S.A pela Soluções Usiminas.	Os autos serão encaminhados ao juiz para decisão.	42.878	37.611
Despacho Decisório lavrado pela Delegacia da Receita Federal, por meio do qual não se homologou PER/DCOMP que compensava débito de CSLL com créditos provenientes de recolhimento a maior de CSLL em janeiro de 2005.	Aguardando julgamento em 1ª instância.	-	25.972
Outras ações de natureza cível		23.419	26.673
Outras ações de natureza trabalhista		22.315	21.068
Outras ações de natureza fiscal		16.823	39.727
		346.425	417.882

(ii) Provisões da controlada Soluções Usiminas

Descrição	Posição	31/12/2014	31/12/2013
		Saldo	Saldo
Discussão interpretação da Lei nº 9.718/98, ampliação das bases de cálculo do PIS e da COFINS.	Aguardando julgamento.	14.210	14.210
Ação discutindo a dedutibilidade da CSLL sobre a base de cálculo do IRPJ.	Aguardando julgamento.	14.054	12.824
Credito Presumidos ICMS em desacordo com RICMS originário de Auto de Infração Fiscal - NSG	Aguardando julgamento.	19.000	19.000
Ações trabalhistas sobre reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.	Aguardando julgamento.	21.142	9.099
Outras ações de natureza cível	-	5.213	-
Outras ações de natureza fiscal	-	9.494	690
		83.113	55.823

	31/12/2014	31/12/2013
Provisões da Controladora	346.425	417.882
Provisões da Soluções Usiminas	83.113	55.823
Provisões das demais empresas	46.321	32.974
Total do Consolidado	475.859	506.679

(b) Contingências possíveis

Adicionalmente, a controladora, e algumas de suas controladas figuram como parte em processos, não provisionados, cuja expectativa da Administração, baseada na opinião dos consultores jurídicos, é de perda possível, entre os quais se destacam:

(i) Contingências da Controladora

Descrição	Posição	31/12/2014 Saldo	31/12/2013 Saldo
Pedido de compensação de débitos de tributos federais com créditos de IRPJ apurados após revisão do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR), não homologado.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	103.646	93.706
Execuções Fiscais visando ao estorno de créditos de ICMS em razão da divergência de classificação de materiais entre o Fisco e a Usiminas.	Foram distribuídas três Execuções Fiscais que aguardam julgamento na primeira instância judicial.	54.036	48.854
Autuação fiscal visando à cobrança do ICMS incidente sobre mercadorias cuja internação na Zona Franca de Manaus não restou comprovada.	Distribuída Execução Fiscal. Há quatro autos de infração aguardando julgamento na esfera administrativa.	58.689	53.061
Execuções fiscais visando ao estorno de créditos de ICMS de materiais considerados como de uso e consumo (refratários e outros)	Há duas Execuções Fiscais que aguardam decisão judicial e dois autos de infração que aguardam julgamento na esfera administrativa.	939.104	849.043
Execução Fiscal visando ao estorno de créditos de ICMS aproveitados pela Usiminas quando da contratação de serviços de transporte.	Aguardando julgamento na primeira instância judicial.	54.594	49.358
Ação transitada em julgado, cuja desistência para a adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09 foi indeferida.	Aguardando julgamento na segunda instância judicial.	81.472	73.659
Autuação fiscal visando à cobrança de ICMS sobre operações de exportação, sob a alegação de que as empresas destinatárias não constavam como habilitadas na SECEX.	Processo administrativo encerrado. Distribuída Execução Fiscal.	40.664	36.764
Execuções fiscais visando à cobrança de ICMS incidente sobre mercadorias remetidas ao exterior, sem a efetiva comprovação da exportação.	Foram distribuídas duas Execuções Fiscais, que aguardam o julgamento na primeira instância judicial.	599.943	542.407
Pedido de compensação de débitos de IPI e de PIS e COFINS com crédito proveniente de pagamento indevido de CSL, não homologado.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	32.785	29.641
Autuação fiscal visando ao estorno de créditos de ICMS relativos à aquisição de materiais classificados como de uso e consumo pelo Fisco.	Há um auto de infração encerrado na esfera administrativa e aguardando a inscrição em dívida ativa e outro que aguarda julgamento na esfera administrativa.	54.036	43.159
Auto de Infração lavrado para a cobrança de ICMS - Exigência fiscal em razão de suposto aproveitamento indevido de crédito de ICMS, no período de janeiro a dezembro de 2010, relativo à aquisição de materiais refratários.	Aguardando julgamento em 1ª instância administrativa.	64.222	-
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Cubatão em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas. Aposentadoria Especial Cosipa.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	42.122	-
Autos de infração lavrados pelo Estado do Rio Grande do Sul em razão do estorno de créditos presumidos que teriam sido tomados quando a Usiminas estava supostamente em situação fiscal irregular (débitos inscritos em DA e não garantidos). – ICMS.	Aguardando julgamento em 1ª instância administrativa.	106.427	-
Ação Ordinária ajuizada contra o Estado de Minas Gerais objetivando declarar como indevido o estorno dos créditos de ICMS apurados na aquisição de energia elétrica cuja posterior saída se deu em virtude de operações interestaduais de comercialização do insumo ou de sua liquidação no Mercado de Curto Prazo perante a CCEE.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	44.681	-

Descrição	Posição	31/12/2014	31/12/2013
		Saldo	Saldo
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Cubatão em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	197.280	164.474
Ações envolvendo empregados, ex- empregados próprios e terceiros da Usina de Ipatinga em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando o julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	127.355	102.332
Ação anulatória de decisão administrativa do CADE, que condenou a Usiminas ao pagamento de multas por violação da ordem econômica.	Recurso especial não admitido.	72.621	67.312
Ação anulatória de decisão administrativa do CADE, que condenou a Cosipa ao pagamento de multas por violação da ordem econômica.	Recurso especial não admitido.	59.022	54.707
Autuação fiscal visando à exigência de ICMS em virtude de aproveitamento indevido de créditos pela aquisição de uso e consumo utilizado na exportação de mercadorias.	Aguardando decisão na esfera administrativa.	216.881	196.082
Outras ações de natureza cível	-	102.654	63.175
Outras ações de natureza trabalhista	-	27.556	9.896
Outras ações de natureza fiscal	-	209.773	260.954
		<u>3.289.563</u>	<u>2.738.584</u>

(ii) Contingências da Usiminas Mecânica

Descrição	Posição	31/12/2014	31/12/2013
		Saldo	Saldo
Ação pleiteando ressarcimento sob a alegação de prejuízos diretos e indiretos, por motivos de desacordo na fabricação e no fornecimento.	Aguardando julgamento.	420.296	326.491
Ação Civil Pública relativa a construção de Ponte, pleiteando ressarcimento ao Erário de valores acrescidos através de Aditamento ao Contrato da Empreitada.	O processo foi concluso para despacho.	328.333	308.117
Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público contra a Usiminas Mecânica, pleiteando o ressarcimento dos supostos danos causados ao Erário do Estado de Santa Catarina em razão de valores com gastos indevidos na construção de Ponte.	Aguardando julgamento.	67.970	63.785
Autos de Infração lavrados em razão de estornos de créditos de IPI tomados extemporaneamente e considerados prescritos.	Aguarda decisão na esfera administrativa.	32.071	-
Ação envolvendo cobrança de ICMS sobre mão-de-obra nas remessas de chapas de aço utilizadas na fabricação de torres eólicas.	Aguarda decisão na esfera administrativa.	39.066	-
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	41.686	-
Outras ações de natureza cível		32.926	-
Outras ações de natureza fiscal		45.085	97.189
		<u>1.007.433</u>	<u>795.582</u>

(iii) Contingências da Soluções Usiminas

Descrição	Posição	31/12/2014	31/12/2013
		Saldo	Saldo
Diversos Autos de infração originado de compensação de PIS com COFINS, FINSOCIAL, ICMS e INCRA.	Autuação foi impugnada	24.248	21.923
Processos trabalhistas sobre reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.	Aguardando julgamento	60.242	50.252
Outros ações de naturezas tributária e cível		56.265	59.670
		<u>140.755</u>	<u>131.845</u>

(iv) Contingências da Mineração Usiminas

Descrição	Posição	31/12/2014	31/12/2013
		Saldo	Saldo
Procedimento arbitral instituído pela Construtora Mello de Azevedo (Requerente), por meio da qual pretende o reembolso dos prejuízos e custos adicionais suportados durante a execução das obras de construção da Nova ITM Friável - Flotação no Município de Itatiaiuçu/MG.	Aguarda-se o início da perícia	35.000	-
Outras ações de natureza cível		1.050	-
Outras ações de natureza trabalhista		935	474
Outras ações de natureza fiscal		3.277	-
		<u>40.262</u>	<u>474</u>

	31/12/2014	31/12/2013
Contingências da Controladora	3.289.563	2.738.584
Contingências da Usiminas Mecânica	1.007.433	795.582
Contingências da Soluções Usiminas	140.755	131.845
Contingências da Mineração Usiminas	<u>40.262</u>	<u>474</u>
Total do Consolidado	<u>4.478.013</u>	<u>3.666.485</u>

Adicionalmente, a controlada em conjunto Unigal figura como parte em processos, não provisionados, cuja expectativa da Administração, baseada na opinião dos consultores jurídicos, é de perda possível, entre os quais se destacam:

Descrição	Posição	31/12/2014	31/12/2013
		Saldo	Saldo
Execução fiscal visando a cobrança de ISS sobre prestação de serviços de galvanização à Usiminas.	Aguardando julgamento na 1ª instância judicial.	79.847	50.317
Outras ações de natureza trabalhista		335	313
		<u>80.182</u>	<u>50.630</u>

(c) **Contingências ativas**

A seguir, estão demonstradas as contingências ativas da Companhia, cujos processos não transitaram em julgado e, portanto, não foram reconhecidas no balanço:

Descrição	Posição	31/12/2014	31/12/2013
		Saldo	Saldo
Ação proposta pela Usiminas visando receber o valor integral recolhido à Eletrobrás a título de empréstimo compulsório, de acordo com os critérios da legislação vigente à época do recolhimento do tributo.	Aguardando julgamento em segunda instância.	990.415	681.231
Ação proposta pela Cosipa visando receber o valor integral recolhido à Eletrobrás a título de empréstimo compulsório, de acordo com os critérios da legislação vigente à época do recolhimento do tributo.	Ajuizada a execução em dezembro de 2014.	595.347	759.644
Ação questionando a restrição do direito ao crédito de PIS e COFINS sobre máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado adquiridos antes de 30/04/2004.	Aguardando julgamento em segunda instância.	170.814	154.523
Demais contingências ativas		<u>130.264</u>	<u>96.165</u>
		<u>1.886.840</u>	<u>1.691.563</u>

24 Obrigações de benefícios de aposentadoria

Os valores e as informações das obrigações de benefícios de aposentadoria estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Obrigações registradas no balanço patrimonial com:				
Benefícios de planos de aposentadoria	1.037.921	1.134.240	1.037.921	1.134.240
Benefícios de saúde pós-emprego	<u>143.114</u>	<u>90.380</u>	<u>149.867</u>	<u>96.076</u>
	<u>1.181.035</u>	<u>1.224.620</u>	<u>1.187.788</u>	<u>1.230.316</u>
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receitas (despesas) reconhecidas na demonstração do resultado com (Nota 30 (b))				
Benefícios de planos de aposentadoria	8.291	(35.843)	8.291	(35.843)
Benefícios de saúde pós-emprego	<u>(12.220)</u>	<u>(10.598)</u>	<u>(13.448)</u>	<u>(12.414)</u>
	<u>(3.929)</u>	<u>(46.441)</u>	<u>(5.157)</u>	<u>(48.257)</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes	(232.387)	650.717	(231.286)	652.652
Ganhos (perdas) atuariais das dívidas contratadas reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes - CPC 33 e IFRIC 14	109.130	(340.948)	109.130	(340.948)
Redução (aumento) no ativo (<i>asset ceiling</i>) nos outros resultados abrangentes - parágrafo 58 CPC 33 e IAS 19	20.966	(282.427)	20.966	(282.427)
Ganhos (perdas) atuariais acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes (i)	(102.291)	27.342	(101.190)	29.277

(i) Em 31 de dezembro de 2014, o total da Controladora inclui o valor de R\$1.101 (31 de dezembro de 2013 – R\$1.935) referente aos ganhos (perdas) atuariais de empresas controladas e controladas em conjunto, registradas pelo método de equivalência patrimonial.

24.1 Planos de suplementação de aposentadoria

A Companhia instituiu, em agosto de 1972, a Caixa dos Empregados da Usiminas (CAIXA).

Em 29 de março de 2012, a PREVIC, aprovou a incorporação da Fundação Cosipa de Seguridade Social (FEMCO), instituída em agosto de 1975, pela Caixa dos Empregados da Usiminas (CAIXA), ambas entidades fechadas de previdência complementar sem fins lucrativos. Com essa aprovação, a Administradora dos planos previdenciários das Empresas Usiminas passou a se chamar Previdência Usiminas.

A Previdência Usiminas, em consonância com a legislação aplicável, tem como finalidade principal a administração e a execução de planos de benefícios de natureza previdenciária.

(a) Planos Administrados pela Previdência Usiminas

(i) Plano de Benefícios 1 (PB1)

É um plano de benefício definido e se encontra fechado para novas adesões desde novembro de 1996.

Oferece os seguintes benefícios convertidos em renda vitalícia: aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria especial, aposentadoria por tempo de contribuição e pensão por morte. Além disso, os participantes deste plano têm direito a benefícios de resgate, portabilidade, auxílio-funeral, auxílio-reclusão e auxílio-doença.

(ii) Plano de Benefícios 2 (USIPREV)

Trata-se de um plano de benefícios de Contribuição Variável (CV), ativo em funcionamento desde agosto de 1998, oferecido aos colaboradores das empresas patrocinadoras. Atualmente é o único Plano aberto a novas adesões das Empresas Usiminas.

Durante a fase de acumulação o participante do USIPREV define sua contribuição mensal para a constituição da sua reserva de poupança. No momento da concessão do benefício, o participante pode optar em receber seu benefício em uma renda mensal entre 0,5% a 1,5% do seu Saldo de Conta, ou em uma renda mensal por prazo determinado, entre 60 e 360 meses. O “Participante Fundador” - inscrito no plano até 13 de abril de 2011, também poderá optar por converter seu saldo de conta em uma renda mensal vitalícia. Neste caso, durante a fase de recebimento do benefício, o USIPREV terá características de um plano da modalidade Benefício Definido (BD).

Os benefícios assegurados por este plano abrangem: aposentadoria programada, benefícios decorrentes da opção pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido (BPD), benefícios gerados por recursos portados, aposentadoria por invalidez; auxílio doença e aposentadoria por morte - antes e após aposentadoria. São ainda assegurados os Institutos do Autopatrocínio, BPD, Portabilidade e Resgate.

(iii) Plano de Benefício Definido (PBD)

É um plano de benefício definido e se encontra fechado para novas adesões desde dezembro de 2000.

Oferece os seguintes tipos de benefício convertidos em renda vitalícia: aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria especial e benefício proporcional diferido.

Além disso, os participantes deste plano têm direito a benefícios de resgate, portabilidade, auxílio-funeral, auxílio-natalidade e auxílio-doença.

(iv) COSIPREV

Trata-se de um plano de contribuição definida fechado para novas adesões desde 30 de abril de 2009.

Os benefícios de aposentadoria oferecidos são: aposentadoria programada, aposentadoria por invalidez e benefício proporcional diferido.

Além disso, os participantes desse plano têm direito a benefícios de aposentadoria, auxílio-doença, resgate e portabilidade.

As reservas técnicas dos planos de benefícios administrados pela Previdência Usiminas são calculadas por atuário independente contratado pela Companhia e representam a obrigação assumida de benefícios concedidos e a conceder aos participantes e aos seus beneficiários.

24.2 Dívidas contratadas – requisitos de fundamentos mínimos

A Companhia possui dívidas contratadas que representam requisitos de fundamentos mínimos para pagamento de contribuições com o objetivo de cobrir a defasagem existente em relação aos serviços já recebidos.

Em razão de algum eventual superávit não ser recuperável, as dívidas contratadas são reconhecidas como um passivo adicional na apuração do passivo atuarial líquido.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo devedor das referidas dívidas da Companhia com os planos PB1 e PBD junto à Previdência Usiminas era de R\$1.057.905 (31 de dezembro de 2013- R\$1.158.463).

A seguir estão descritas as características gerais das dívidas que foram consideradas nos cálculos atuariais.

A Companhia, bem como as demais patrocinadoras do plano PB1, vem efetuando mensalmente as contribuições normais e as extraordinárias, necessárias para cobertura da insuficiência de reserva apurada em dezembro de 1994. Essa insuficiência de reserva está sendo amortizada pelas patrocinadoras no prazo de 19 anos, desde 2002, incorrendo em taxa de juros de 6% a.a. e atualização mensal pelo IGP-M.

O saldo devedor da dívida do plano PBD é estabelecido no encerramento de cada exercício, com base em reavaliação atuarial direta das provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder. No decorrer do exercício subsequente, conforme definido na sistemática de reavaliação atuarial, o valor da dívida é ajustado pelo superávit ou déficit mensal apurado no plano PBD e pelo pagamento das parcelas a vencer no período. O saldo devedor dessa dívida deverá ser amortizado em 192 parcelas, que correspondem ao valor das prestações mensais calculadas com base na “Tabela Price”, com juros equivalentes a 6% (seis por cento) ao ano e atualização mensal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

A dívida do plano PBD está garantida por bens patrimoniais registrados no montante de R\$457.727 em 31 de dezembro de 2014 (31 de dezembro de 2013 – R\$519.104).

24.3 Cálculo atuarial dos planos de aposentadoria

Os valores apurados, conforme laudo atuarial, e reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado				
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	31/12/2014
	TOTAL				
Valor presente da obrigação atuarial	(3.214.596)	(1.365.204)	(1.403.145)	(8.057)	(5.991.002)
Valor justo dos ativos	3.622.643	1.289.773	1.447.568	12.614	6.372.598
	<u>408.047</u>	<u>(75.431)</u>	<u>44.423</u>	<u>4.557</u>	<u>381.596</u>
Ativo de benefício (<i>asset ceiling</i>)	(408.047)	-	(35.685)	(459)	(444.191)
Requisitos de fundamentos mínimos (passivo adicional)	(811.905)	(163.421)	-	-	(975.326)
	<u>(811.905)</u>	<u>(238.852)</u>	<u>8.738</u>	<u>4.098</u>	<u>(1.037.921)</u>

Controladora e Consolidado					
	31/12/2013				
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL
Valor presente da obrigação atuarial	(2.945.562)	(1.283.808)	(1.249.068)	(4.827)	(5.483.265)
Valor justo dos ativos	3.321.336	1.266.019	1.320.145	10.118	5.917.618
	<u>375.774</u>	<u>(17.789)</u>	<u>71.077</u>	<u>5.291</u>	<u>434.353</u>
Ativo de benefício (<i>asset ceiling</i>)	(375.774)	-	(51.353)	(792)	(427.919)
Requisitos de fundamentos mínimos (passivo adicional)	(901.855)	(238.819)	-	-	(1.140.674)
	<u>(901.855)</u>	<u>(256.608)</u>	<u>19.724</u>	<u>4.499</u>	<u>(1.134.240)</u>

As patrocinadoras do USIPREV são solidárias entre si no que concerne às obrigações relativas à cobertura de benefícios de risco oferecidos pela Previdência Usiminas aos participantes e respectivos beneficiários deste Plano.

Os planos USIPREV e COSIPREV possuem um Fundo Previdencial, formado por recursos dos saldos de conta de patrocinadoras não utilizados na concessão dos benefícios. Esse Fundo, com base nos regulamentos dos planos, poderá ser utilizado no futuro como fonte de custeio desses planos. Em 31 de dezembro de 2014, a parcela do Fundo Previdencial atribuído às Empresas Usiminas é de R\$42.083 (31 de dezembro de 2013 – R\$35.922).

A movimentação na obrigação de benefício definido nos períodos apresentados é demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	(5.483.265)	(6.516.996)
Custo do serviço corrente	(3.480)	(4.918)
Custo dos juros	(614.952)	(539.671)
Benefícios pagos	443.586	430.336
Ajustes Mudança no Plano de benefícios	-	685
Ganhos (perdas) atuariais	(332.891)	1.147.299
	<u>(5.991.002)</u>	<u>(5.483.265)</u>

A movimentação no valor justo dos ativos do plano nos períodos apresentados é demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	5.917.618	5.840.757
Retorno esperado dos ativos	699.581	332.967
Contribuições reais durante o ano	198.985	174.709
Benefícios pagos	(443.586)	(430.336)
Ganhos (perdas) atuariais	-	(479)
	<u>6.372.598</u>	<u>5.917.618</u>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Custo do serviço corrente	(3.320)	(4.842)
Custo dos juros	(581.425)	(486.586)
Retorno esperado dos ativos	592.901	455.231
Ajuste Plano de benefícios (alteração regulamentar do Usiprev)	-	206
Outros	135	148
	<u>8.291</u>	<u>(35.843)</u>

Os encargos acima demonstrados foram reconhecidos em “Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado (Nota 30(b)).

O retorno real sobre os ativos do plano foi de R\$692.083 (31 de dezembro de 2013 – R\$332.444).

As contribuições esperadas dos planos de benefício pós-emprego para o exercício de 2015 totalizam R\$196.905

Premissas Atuariais

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Taxa de desconto	(i)	(ii)
Taxa de inflação	5,20% a.a	4,50% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos – PB1 e PBD	-	-
Retorno esperado sobre os ativos – USIPREV e COSIPREV	-	-
Crescimentos salariais futuros	9,52% a.a.	5,55% a.a.
Crescimento dos benefícios da Previdência Social	5,20% a.a.	4,50% a.a.

(i) Em 31 de dezembro de 2014, a taxa de desconto apresenta as seguintes premissas atuariais por plano: PB1, 11,25%; PBD, 11,25%; USIPREV, 11,25%; e COSIPREV, 11,14%.

(ii) Em 31 de dezembro de 2013, a taxa de desconto apresenta as seguintes premissas atuariais por plano: PB1, 11,22%; PBD, 11,20%; USIPREV, 11,27%; e COSIPREV, 10,97%.

As premissas referentes à mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com estatísticas publicadas e sua experiência. Para o ano de 2014 e de 2013, as premissas de mortalidade para os planos PB1, Cosiprev e Usiprev baseiam-se na tábua de mortalidade AT 2000. Para os exercícios de 2014 e de 2013, no plano PBD as premissas de mortalidade baseiam-se na tábua de mortalidade AT 1983. Para 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a tábua de mortalidade de inválidos utilizada foi a AT – 1949 masculina.

24.4 Ajustes de experiências

Os efeitos dos ajustes de experiências apurados no período são apresentados como segue:

	31/12/2014						
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL PLANOS DE APOSENTADORIA	PLANO SAUDE	TOTAL
Valor presente da obrigação de benefício definido	(3.214.596)	(1.365.204)	(1.403.145)	(8.057)	(5.991.002)	(90.380)	(6.081.382)
Valor justo dos ativos do plano	3.622.643	1.289.773	1.447.568	12.614	6.372.598	-	6.372.598
(Déficit) excedente no plano	408.047	(75.431)	44.423	4.557	381.596	(90.380)	291.216
Ajustes de experiência das obrigações do plano	(41.492)	11.758	(5.674)	(556)	(35.964)	(4.396)	(40.360)
Ajustes de experiência dos ativos do plano	47.950	(26.717)	7.768	1.851	30.852	-	30.852

	31/12/2013						
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL PLANOS DE APOSENTADORIA	PLANO SAUDE	TOTAL
Valor presente da obrigação de benefício definido	(2.945.562)	(1.283.808)	(1.249.068)	(4.827)	(5.483.265)	(90.380)	(5.573.645)
Valor justo dos ativos do plano	3.321.336	1.266.019	1.320.145	10.118	5.917.618	-	5.917.618
(Déficit) excedente no plano	375.774	(17.789)	71.077	5.291	434.353	(90.380)	343.973
Ajustes de experiência das obrigações do plano	(73.313)	(12.155)	(5.857)	635	(90.690)	1.603	(89.087)
Ajustes de experiência dos ativos do plano	(100.982)	(62.469)	5.741	1.918	(155.792)	-	(155.792)

24.5 Hipóteses atuariais e análises de sensibilidade

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2014			
Hipóteses atuariais significativas	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV
Valor presente da obrigação	(3.214.596)	(1.365.204)	(1.403.145)	(8.057)
Taxa de desconto aplicada aos passivos do plano	11,25%	11,25%	11,25%	11,14%
Tábua de Mortalidade aplicada aos planos	AT-2000	AT-1983, suavizada em 10%	AT-2000, suavizada em 50% para sexo masculino e 40% para o sexo feminino	AT-2000, suavizada em 20%
<u>Análise de sensibilidade sobre a taxa de desconto dos passivos do plano</u>				
1% de aumento sobre a taxa real	(263.634)	(108.326)	(60.450)	(308)
1% de redução sobre a taxa real	310.545	127.038	73.684	335
<u>Análise de sensibilidade sobre a Tábua de Mortalidade</u>				
Desagravada em 10%	69.840	29.310	6.419	(93)

Os resultados apresentados na análise de sensibilidade das obrigações atuariais foram preparados considerando apenas a variação sobre a taxa de desconto e sobre a tábua de mortalidade aplicada aos passivos dos planos.

24.6 Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados

(i) COSaúde

Trata-se de um plano fechado para novas adesões desde abril de 2002.

A Usiminas possui um sistema de saúde integrado, abrangente aos aposentados, composto de:

- Plano de Saúde, para pequenas despesas, como consultas e exames de rotina;
- Fundo de Saúde – COSaúde, para despesas de internações clínicas e/ou cirúrgicas, bem como outros procedimentos de alto custo e ambulatoriais.

Para o Plano de Saúde, existe subsídio da Companhia aos aposentados, aos pensionistas e aos dependentes, variando de 20% a 40% do custo médico, de acordo com o benefício total – INSS mais Previdência Usiminas. A condição para o aposentado participar do Plano de Saúde é a adesão ao COSaúde. Quanto ao Fundo de Saúde – COSaúde, é um sistema de autogestão e pré-pagamento integral pelo participante.

(ii) Saúde Usiminas

A Usiminas instituiu em 2010 um sistema de saúde abrangente a todos os empregados e aposentados, composto por:

- Plano regulamentado com coberturas de procedimentos ambulatoriais e hospitalares, de acordo com o rol de coberturas estabelecido pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar;
- Plano contrato à Operadora de Planos de Saúde Fundação São Francisco Xavier, na modalidade de pré-pagamento;
- Precificado por faixa etária, subsidiado pela Companhia em 60, 70 ou 80% do valor da mensalidade, de acordo com a faixa salarial do empregado;
- Os desligados, por demissão ou aposentadoria, podem permanecer no Plano, de acordo com o disposto nos artigos 30 e 31 da lei 9656, desde que assumam integralmente os valores das mensalidades.

Além das premissas estabelecidas acima, a principal premissa atuarial foi o aumento de longo prazo nos custos dos serviços médicos de 11% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 11% no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial, conforme laudo atuarial, foram determinados como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Valor presente da obrigação atuarial	(143.114)	(90.380)	(149.867)	(96.076)

24.7 Ativos dos planos de aposentadoria

Os ativos dos planos de aposentadoria são compostos como segue:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Valor	%	Valor	%
Ações da Companhia	419.550	7	422.961	7
Títulos do Governo Federal	2.741.460	43	1.958.417	33
Renda fixa	2.738.186	43	3.076.297	52
Renda variável	32.660	1	36.900	1
Investimentos imobiliários	296.463	5	287.628	5
Outros	144.279	1	135.415	2
	<u>6.372.598</u>	<u>100</u>	<u>5.917.618</u>	<u>100</u>

Os ativos do plano de aposentadoria incluem 34.109.762 ações ordinárias da Companhia, com valor justo de R\$419.550 (31 de dezembro de 2013 – 34.109.762 ações ordinárias da Companhia, com valor justo de R\$422.961).

O retorno esperado sobre os ativos dos planos corresponde à taxa de desconto definida com base nos títulos do governo federal de longo prazo que são relacionados à inflação, alinhados com o prazo médio ponderado pelo fluxo futuro de pagamentos de benefícios ora avaliados.

25 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da Companhia, que totaliza R\$12.150.000, é composto por 1.013.786.190 ações e pode ser demonstrado conforme a seguir:

	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Total de ações	<u>505.260.684</u>	<u>508.443.343</u>	<u>82.163</u>	<u>1.013.786.190</u>
Total de ações em tesouraria	<u>(2.526.656)</u>	<u>(23.705.728)</u>	<u>-</u>	<u>(26.232.384)</u>
Total de ações ex-tesouraria	<u>502.734.028</u>	<u>484.737.615</u>	<u>82.163</u>	<u>987.553.806</u>

Conforme Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social no montante correspondente de até 50.689.310 em ações preferenciais de classe já existente.

Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral e as ações preferenciais não têm direito a voto, mas (i) receberão dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (ii) têm o direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, de quaisquer bonificações votadas em Assembleia Geral; (iii) têm a prioridade no reembolso de capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia; (iv) adquirirão direito a voto nas assembleias se a Companhia deixar de pagar dividendos preferenciais durante três exercícios consecutivos.

As ações preferenciais não podem ser convertidas em ordinárias.

Os titulares de ações preferenciais Classe B gozarão de prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia. Os titulares de ações preferenciais Classe A gozarão da mesma prioridade, porém, somente após o atendimento da prioridade conferida às ações preferenciais Classe B. As ações preferenciais Classe B poderão, a qualquer tempo e a exclusivo critério do acionista, ser convertidas em ações preferenciais Classe A.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício calculado nos termos da lei societária.

Não foram emitidas novas ações e/ou efetuada compra de ações da Companhia pelas Empresas Usiminas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

(b) Reservas

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, as reservas são assim compostas:

- Valor excedente na subscrição de ações – constituída no processo de incorporação, em conformidade com o art. 14, parágrafo único da Lei 6.404/76. Essa reserva poderá ser utilizada na absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros, resgate, reembolso ou compra de ações, resgate de partes beneficiárias, incorporação ao capital social e pagamento de dividendos a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada (art. 200 da Lei nº 6.404/76).
- Ações em tesouraria – em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia possuía 2.526.656 ações ordinárias e 23.705.728 ações preferências Classe A (31 de dezembro de 2013 – 23.757.710), em tesouraria.
- Reserva especial de ágio – refere-se ao reconhecimento do benefício fiscal da incorporação reversa efetuada pela controlada Mineração Usiminas.
- Opções outorgadas reconhecidas - refere-se ao reconhecimento das ações outorgados conforme Plano de Opção de Compra de Ações (Nota 36).
- Reserva legal – constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social

- Reserva para investimentos e capital de giro – o saldo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$3.124.995 (31 de dezembro de 2013 - R\$2.999.567), é assim composto:

Pela destinação de 50% do lucro líquido do exercício, em 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$129.552 (31 de dezembro de 2013 – absorção de prejuízo – R\$105.249) ajustado pela reserva legal, conforme previsto no estatuto da Companhia. A reserva de investimentos e capital de giro não poderá ultrapassar 95% do capital social, e seu saldo poderá ser utilizado na absorção de prejuízos, distribuição de dividendos, resgates, reembolso ou compra de ações ou ainda capitalizado.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se substancialmente a:

- (i) Resultado de transação de capital: corresponde ao resultado de alterações nas participações societárias que não resultaram em perda ou aquisição de controle. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo credor de R\$855.196 (31 de dezembro de 2013 – R\$871.258), refere-se à operação de reestruturação societária da Mineração Usiminas (Nota 15 (e) (i)).
- (ii) Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 e IAS 19 (Nota 24). Em 31 de dezembro de 2014, o saldo devedor dessa conta totaliza R\$597.419 (31 de dezembro de 2013 – R\$496.229).
- (iii) Correção do ativo imobilizado: corresponde a aplicação do IAS 29 em consonância com o CPC 37 para o período em que a economia brasileira se enquadrava na definição de hiperinflacionária. A referida correção é realizada com base na vida útil dos ativos imobilizados contra lucros acumulados. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo credor dessa conta totaliza R\$161.976 (31 de dezembro de 2013 – R\$177.772).
- (iv) Reserva de *hedge* de fluxo de caixa: corresponde substancialmente a operação de *hedge* descrita na Nota 6 (c). Em 31 de dezembro de 2014, o saldo remanescente dessa reserva foi totalmente realizado (31 de dezembro de 2013 – R\$3.131).

(d) Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos propostos, relativos a 31 de dezembro de 2014, podem ser demonstrados conforme a seguir:

	<u>31/12/2014</u>
Lucro líquido do exercício (i)	129.552
Constituição da reserva legal (5%)	<u>(6.478)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>123.074</u>
Dividendos a pagar	30.769
Valor por ação ON	R\$0,029698
Valor por ação PN	R\$0,032668
	<u> </u>
Total	<u><u>30.769</u></u>

Porcentagem sobre a base de cálculo dos dividendos 25%

(i) Lucro líquido da Controladora, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A movimentação dos dividendos e dos juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

Natureza	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Dividendos a pagar no início do exercício	<u>425</u>	<u>915</u>	<u>1.122</u>	<u>26.635</u>
Pagamento de impostos e dos juros sobre capital próprio	(1)	(11)	(152.799)	(105.804)
Juros sobre capital próprio e dividendos declarados	30.769	-	182.872	80.770
Dividendos prescritos	<u>(258)</u>	<u>(479)</u>	<u>(258)</u>	<u>(479)</u>
Total dos dividendos a pagar no fim do exercício	<u><u>30.935</u></u>	<u><u>425</u></u>	<u><u>30.937</u></u>	<u><u>1.122</u></u>

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos prescrevem em favor da Companhia.

Para o exercício de 2013, considerando o prejuízo do exercício apurado pela Companhia, não foram distribuídos/deliberados dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

26 Informações por segmento de negócios

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda principalmente da fabricação e comercialização de produtos siderúrgicos e serviços relacionados.

26.1 Informações sobre lucro (prejuízo) operacional, ativos e passivos por segmento reportável

							31/12/2014
	Mineração e logística	Siderurgia	Transformação do aço	Bens de capital	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total
Receita	742.988	10.928.650	2.340.952	794.278	14.806.868	(3.065.239)	11.741.629
Custo das vendas	(502.857)	(10.076.472)	(2.271.112)	(715.897)	(13.566.338)	2.861.474	(10.704.864)
Lucro (prejuízo) bruto	<u>240.131</u>	<u>852.178</u>	<u>69.840</u>	<u>78.381</u>	<u>1.240.530</u>	<u>(203.765)</u>	<u>1.036.765</u>
(Despesas)/receitas operacionais	(92.277)	(259.861)	(112.759)	(53.640)	(518.537)	4.740	(513.797)
Despesas com vendas	(82.584)	(146.406)	(44.783)	(13.797)	(287.570)	(3.360)	(290.930)
Despesas gerais e administrativas	(44.851)	(359.544)	(65.240)	(46.305)	(515.940)	14.391	(501.549)
Outras (despesas) e receitas	<u>35.158</u>	<u>246.089</u>	<u>(2.736)</u>	<u>6.462</u>	<u>284.973</u>	<u>(6.291)</u>	<u>278.682</u>
Lucro (prejuízo) operacional	<u>147.854</u>	<u>592.317</u>	<u>(42.919)</u>	<u>24.741</u>	<u>721.993</u>	<u>(199.025)</u>	<u>522.968</u>
Ativos	6.050.235	28.020.480	1.501.319	859.331	36.431.365	(5.947.303)	30.484.062
O total do ativo inclui: Investimentos em coligadas (exceto o ágio e propriedades para investimentos)	320.353	73.585	-	2.761	396.699	-	396.699
Adições ao ativo não circulante (exceto instrumentos financeiros e impostos diferidos ativos)	102.229	1.040.150	42.833	18.271	1.203.483	(5.344)	1.198.139
Passivos circulante e não circulante	<u>329.481</u>	<u>11.275.510</u>	<u>408.565</u>	<u>312.813</u>	<u>12.326.369</u>	<u>(603.922)</u>	<u>11.722.447</u>

	31/12/2013						
	Mineração e logística	Siderurgia	Transformação do aço	Bens de capital	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total
Receita	1.136.097	11.336.465	2.463.791	972.332	15.908.685	(3.079.218)	12.829.467
Custo das vendas	(502.900)	(10.569.533)	(2.228.537)	(921.618)	(14.222.588)	2.868.924	(11.353.664)
Lucro (prejuízo) bruto	633.197	766.932	235.254	50.714	1.686.097	(210.294)	1.475.803
(Despesas)/receitas operacionais	(124.177)	(567.193)	(198.332)	(71.765)	(961.467)	5.343	(956.124)
Despesas com vendas	(70.643)	(147.062)	(99.450)	(16.910)	(334.065)	(2.378)	(336.443)
Despesas gerais e administrativas	(49.036)	(397.457)	(81.714)	(53.876)	(582.083)	14.101	(567.982)
Outras (despesas) e receitas	(4.498)	(22.674)	(17.168)	(979)	(45.319)	(6.380)	(51.699)
Lucro (prejuízo) operacional	509.020	199.739	36.922	(21.051)	724.630	(204.951)	519.679
Ativos	6.461.039	28.575.585	1.476.610	915.319	37.428.553	(6.070.559)	31.357.994
O total do ativo inclui:							
Investimentos em coligadas (exceto o ágio)	299.957	67.735	-	2.803	370.495	-	370.495
Adições ao ativo não circulante (exceto instrumentos financeiros e impostos diferidos ativos)	570.516	898.884	92.721	20.851	1.582.972	(520.327)	1.062.645
Passivos circulante e não circulante	500.339	11.863.677	351.295	378.522	13.093.833	(569.784)	12.524.049

As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes.

O faturamento é pulverizado, e a Companhia e suas controladas não possuem clientes que representam individualmente mais de 10% do faturamento. Mais de 95% das receitas são derivadas das receitas com bens e serviços.

26.2 Conciliações das receitas dos segmentos reportáveis

	31/12/2014	31/12/2013
Análise de receita por categoria		
Receita bruta de vendas mercado interno	13.694.720	15.540.973
Receita bruta de vendas mercado externo	1.954.051	1.622.408
Deduções da receita bruta, principalmente impostos sobre vendas	(3.907.142)	(4.333.914)
Receita líquida de vendas mercado interno	9.998.040	11.533.164
Receita líquida de vendas mercado externo	1.743.589	1.296.303

27 Receita

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Vendas de produtos				
Mercado interno	12.612.543	14.012.119	13.237.832	15.169.515
Mercado externo	<u>1.661.792</u>	<u>1.185.478</u>	<u>1.943.405</u>	<u>1.591.902</u>
	<u>14.274.335</u>	<u>15.197.597</u>	<u>15.181.237</u>	<u>16.761.417</u>
Vendas de serviços				
Mercado interno	7.834	18.688	456.888	371.458
Mercado externo	<u>10.646</u>	<u>30.506</u>	<u>10.646</u>	<u>30.506</u>
	<u>18.480</u>	<u>49.194</u>	<u>467.534</u>	<u>401.964</u>
Receita bruta	<u>14.292.815</u>	<u>15.246.791</u>	<u>15.648.771</u>	<u>17.163.381</u>
Deduções da receita	<u>(3.367.354)</u>	<u>(3.909.822)</u>	<u>(3.907.142)</u>	<u>(4.333.914)</u>
Receita líquida	<u>10.925.461</u>	<u>11.336.969</u>	<u>11.741.629</u>	<u>12.829.467</u>

28 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Depreciação e amortização	(920.332)	(918.570)	(1.114.597)	(1.072.433)
Despesas de benefícios a empregados	(1.099.430)	(1.287.607)	(1.801.378)	(2.179.541)
Plano de outorga de opção de ações	(13.016)	(11.552)	(14.171)	(11.552)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(7.333.907)	(7.760.240)	(6.799.674)	(7.051.806)
Custo de distribuição	(76.082)	(60.555)	(147.737)	(177.465)
Custo serviços/vendas diversas	(183.561)	(129.621)	(228.362)	(164.918)
Serviços de terceiros	(1.077.273)	(1.072.526)	(1.184.332)	(1.208.890)
Receitas (despesas) com demandas judiciais, líquidas	(46.498)	(73.706)	(62.049)	(86.015)
Resultado na venda de imobilizado, intangível e				
Investimento	30.364	48.659	54.270	44.427
Outras (despesas)	<u>194.066</u>	<u>(44.833)</u>	<u>79.369</u>	<u>(401.595)</u>
	<u>(10.525.669)</u>	<u>(11.310.551)</u>	<u>(11.218.661)</u>	<u>(12.309.788)</u>
Custo das vendas	(10.276.891)	(10.767.767)	(10.704.864)	(11.353.664)
Despesas com vendas	(146.344)	(146.432)	(290.930)	(336.443)
Despesas gerais e administrativas	(351.741)	(389.499)	(501.549)	(567.982)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>249.307</u>	<u>(6.853)</u>	<u>278.682</u>	<u>(51.699)</u>
	<u>(10.525.669)</u>	<u>(11.310.551)</u>	<u>(11.218.661)</u>	<u>(12.309.788)</u>

29 Despesas com benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Salários e encargos (i)	(829.059)	(918.188)	(1.418.559)	(1.667.299)
Encargos previdenciários	(164.485)	(168.529)	(254.000)	(254.944)
Benefícios de planos de aposentadoria e saúde pós-emprego	(3.929)	(46.441)	(5.157)	(48.257)
Abonos	(19.840)	(21.104)	(20.528)	(22.037)
Participação dos empregados nos lucros	(42.665)	(92.584)	(56.930)	(138.104)
Custos de planos de aposentadoria	(33.930)	(33.155)	(35.932)	(35.208)
Outras	(18.538)	(19.158)	(24.443)	(25.244)
	<u>(1.112.446)</u>	<u>(1.299.159)</u>	<u>(1.815.549)</u>	<u>(2.191.093)</u>

(I) Inclui as despesas com Plano de Outorga de Opção de Ações

As despesas com benefícios a empregados são registradas nas rubricas de “Custo das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

30 Receitas (despesas) operacionais

(a) Despesas com vendas e despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Despesas com vendas				
Despesas com pessoal	(24.815)	(29.547)	(64.578)	(76.368)
Serviços de terceiros	(26.560)	(26.296)	(32.034)	(29.228)
Depreciação e amortização	(3.096)	(3.188)	(4.551)	(4.053)
Custo de distribuição	(76.082)	(60.555)	(147.737)	(177.465)
Comissões sobre vendas	(6.098)	(6.528)	(16.740)	(15.761)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.401)	(13.306)	(9.425)	(17.049)
Despesas gerais	<u>(7.292)</u>	<u>(7.012)</u>	<u>(15.865)</u>	<u>(16.519)</u>
	<u>(146.344)</u>	<u>(146.432)</u>	<u>(290.930)</u>	<u>(336.443)</u>
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	(186.571)	(215.946)	(258.795)	(310.910)
Serviços de terceiros	(57.603)	(65.255)	(85.423)	(101.063)
Depreciação e amortização	(23.875)	(23.154)	(33.750)	(37.098)
Honorários da Administração	(36.378)	(31.441)	(46.425)	(38.451)
Despesas gerais	<u>(47.314)</u>	<u>(53.703)</u>	<u>(77.156)</u>	<u>(80.460)</u>
	<u>(351.741)</u>	<u>(389.499)</u>	<u>(501.549)</u>	<u>(567.982)</u>

(b) Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Outras receitas operacionais				
Venda energia elétrica	522.490	141.080	603.941	141.080
Alienação de investimentos, imobilizado e intangível	43.916	239.888	86.601	241.895
Recuperação de custo	30.111	8.170	31.409	15.665
Projeto Reintegra	11.920	29.121	11.920	29.121
Recuperação de despesas	11.437	46.451	10.557	50.887
Aluguel de imóveis	6.029	7.125	7.706	7.630
Receita de vendas diversas	4.646	7.207	6.201	9.657
Outras receitas	55.969	46.834	55.352	42.694
	686.518	525.876	813.687	538.629
Outras despesas operacionais				
Custo com venda de energia	(157.333)	(92.874)	(175.866)	(92.874)
Custo de vendas diversas e fretes	(14.186)	(16.746)	(15.593)	(18.804)
Encargos judiciais	(60.544)	(9.935)	(64.451)	(10.381)
Contingências	(46.498)	(73.706)	(62.049)	(86.015)
PIS e COFINS s/ venda de energia	(42.301)	(13.050)	(49.265)	(13.050)
Pesquisas tecnológicas	(29.217)	(30.557)	(29.217)	(30.557)
Custo na venda/baixa imobilizado, investimento e intangível	(16.455)	(141.725)	(35.234)	(147.964)
Tributos (INSS, ICMS, IPTU etc.)	(11.383)	(56.966)	(19.099)	(66.911)
Plano de outorga de opção ações – stock options	(8.657)	(7.036)	(8.657)	(7.036)
Controle ambiental	(5.945)	(9.813)	(5.945)	(9.813)
Benefícios de planos de pensão e saúde pós-emprego	(3.929)	(46.441)	(5.157)	(48.257)
Outras despesas	(40.763)	(33.880)	(64.472)	(58.666)
	(437.211)	(532.729)	(535.005)	(590.328)
	249.307	(6.853)	278.682	(51.699)

31 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receitas financeiras				
Juros de clientes	7.570	8.569	11.221	13.100
Receita de aplicações financeiras	10.417	11.714	77.143	70.392
Efeitos monetários	19.891	34.172	116.309	119.463
Correção dos depósitos judiciais	19.741	33.486	22.177	35.433
Juros sobre créditos fiscais	3.394	815	3.887	850
Realização do ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	105.162	82.861	105.162	82.892
Reversão de provisão /atualização depósitos judiciais / redução parcelamento REFIS	16.297	-	16.297	-
Outras receitas financeiras	<u>11.372</u>	<u>7.492</u>	<u>(14.908)</u>	<u>4.800</u>
	193.844	179.109	337.288	326.930
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos e tributos parcelados	(236.486)	(199.470)	(217.885)	(237.171)
Resultado das operações de swap	(208.417)	(331.742)	27.883	22.241
Efeitos monetários	(242.904)	(214.478)	(258.520)	(228.769)
Juros e despesas de mora	(8.029)	(522)	(11.261)	(2.970)
IOF	(1.099)	(1.406)	(1.763)	(2.585)
PIS/COFINS s/ JSCP	(14.882)	(24.670)	(14.882)	(24.670)
Juros sobre provisões para demandas judiciais	(29.508)	(36.005)	(31.793)	(39.398)
Realização do ajuste a valor presente de fornecedores	(52.554)	(62.117)	(63.238)	(86.281)
Comissões s/ financiamentos e outros	(17.009)	(50.643)	(17.009)	(146.030)
Realização de <i>hedge accounting</i>	(4.743)	(179.495)	(4.743)	(179.495)
Cessão de crédito	-	-	(42.372)	(42.566)
Outras despesas financeiras	<u>(28.013)</u>	<u>(12.841)</u>	<u>(31.418)</u>	<u>(13.879)</u>
	(843.644)	(1.113.389)	(667.001)	(981.573)
Ganhos e perdas cambiais, líquidos	<u>(238.788)</u>	<u>(177.473)</u>	<u>(193.118)</u>	<u>(240.566)</u>
	<u>(888.588)</u>	<u>(1.111.753)</u>	<u>(522.831)</u>	<u>(895.209)</u>

32 Lucro (prejuízo) por ação

Básico e diluído

O lucro básico e diluído por ação são calculados mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (Nota 25).

A Companhia não possui dívida conversível em ações. O Plano de Outorga de Opção de Ações não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição (vide Nota 36).

	Controladora e Consolidado					
	31/12/2014			31/12/2013		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Básico e diluído						
Numerador básico e diluído						
Lucro líquido (prejuízo) disponível aos acionistas controladores	62.865	66.687	129.552	(72.128)	(69.550)	(141.678)
Denominador básico e diluído						
Média ponderada de ações, excluindo ações em tesouraria	502.734.028	484.793.787	987.527.815	502.734.029	484.616.474	987.350.503
Lucro (prejuízo) por ação em R\$ - básico e diluído	0,13	0,14	-	(0,14)	(0,14)	-

33 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui compromissos com fornecedores cujo montante totaliza aproximadamente R\$475.000 (Consolidado - R\$554.000) para a construção de bens de capital. Adicionalmente, mantém contratos de fornecimento de energia elétrica até 2019, cujo montante totaliza aproximadamente R\$ 2.648.000 (Consolidado - R\$ 2.738.000), além de contratos de fornecimento de gás natural para a Companhia até 2017 no montante de aproximadamente R\$ 516.000.

34 Transações com partes relacionadas

A posição acionária da Companhia apresenta a seguinte composição:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Nippon Usiminas Co. Ltd. ("Nippon Usiminas") (i)	119.969.788	23,74	2.830.832	0,56	122.800.620	12,11
Ternium Investments S.A.R.L. (i)	136.131.296	26,94	-	-	136.131.296	13,43
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	300.000	0,06	6.832.550	1,34	7.132.550	0,70
Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN")	60.793.102	12,03	100.132.100	19,69	160.925.202	15,87
Previdência Usiminas (i)	34.109.762	6,75	-	-	34.109.762	3,36
Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation (i)	27.347.796	5,41	307.926	0,06	27.655.722	2,73
Confab (i)	25.000.000	4,95	-	-	25.000.000	2,47
Prosid (i)	20.000.000	3,96	-	-	20.000.000	1,97
Siderar (i)	10.000.000	1,98	-	-	10.000.000	0,99
Metal One Corporation (i)	759.248	0,15	-	-	759.248	0,07
Mitsubishi Corporation do Brasil S.A. (i)	7.449.544	1,47	-	-	7.449.544	0,73
Usiminas em tesouraria	2.526.656	0,50	23.705.728	4,66	26.232.384	2,59
Demais acionistas	60.873.492	12,06	374.716.370	73,69	435.589.862	42,98
Total	505.260.684	100,00	508.525.506	100,00	1.013.786.190	100,00

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Nippon Usiminas Co. Ltd. ("Nippon Usiminas") (i)	119.969.788	23,74	2.830.832	0,56	122.800.620	12,11
Ternium Investments S.A.R.L. (i)	84.741.296	16,77	-	-	84.741.296	8,36
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	52.769.592	10,45	6.748.050	1,33	59.517.642	5,87
Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN")	59.786.302	11,83	85.599.100	16,83	145.385.402	14,34
Previdência Usiminas (i)	34.109.762	6,75	-	-	34.109.762	3,36
Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation (i)	27.347.796	5,41	307.926	0,06	27.655.722	2,73
Confab (i)	25.000.000	4,95	-	-	25.000.000	2,47
Prosid (i)	20.000.000	3,96	-	-	20.000.000	1,97
Siderar (i)	10.000.000	1,98	-	-	10.000.000	0,99
Metal One Corporation (i)	759.248	0,15	-	-	759.248	0,07
Mitsubishi Corporation do Brasil S.A. (i)	7.449.544	1,47	-	-	7.449.544	0,74
Usiminas em tesouraria	2.526.656	0,50	23.757.710	4,67	26.284.366	2,59
Demais acionistas	60.800.700	12,04	389.281.888	76,55	450.082.588	44,40
Total	505.260.684	100,00	508.525.506	100,00	1.013.786.190	100,00

(i) Acionistas controladores, por meio de acordo de acionistas.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são os seguintes:

(a) Ativo

	Controladora					
	31/12/2014			31/12/2013		
	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais contas a receber	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais contas a receber
Acionistas controladores	22.272	-	1.114	13.382	-	327
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-
Controladas	273.356	34.449	55.776	241.070	33.543	41.162
Controladas em conjunto	45	-	17.572	1.948	-	15.486
Coligadas	6.780	2.608	-	4.077	-	-
Outras partes relacionadas (i)	64.390	-	136	41.451	-	9
Total	366.843	37.057	74.598	301.928	33.543	56.984
Circulante	318.382	37.057	56.336	248.885	33.543	41.498
Realizável a longo prazo	48.461	-	18.262	53.043	-	15.486
Total	366.843	37.057	74.598	301.928	33.543	56.984

	Consolidado					
	31/12/2014			31/12/2013		
	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais contas a receber	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais contas a receber
Acionistas controladores	25.024	-	1.114	16.353	-	327
Acionistas não controladores	291	-	-	30.442	-	-
Controladas em conjunto	45	-	17.572	2.998	-	15.486
Coligadas	17.578	12.641	-	13.826	12.413	301
Outras partes relacionadas (i)	64.390	-	136	41.451	-	9
Total	107.328	12.641	18.822	105.070	12.413	16.123
Circulante	102.517	12.641	1.250	99.725	12.413	637
Realizável a longo prazo	4.811	-	17.572	5.345	-	15.486
Total	107.328	12.641	18.822	105.070	12.413	16.123

(i) A rubrica "contas a receber de clientes" possui na composição de seu saldo o valor de R\$690, que se refere a adiantamento concedido à controlada Usiminas Mecânica para a construção de ativo imobilizado.

As contas a receber de clientes classificadas como partes relacionadas são principalmente decorrentes de operações de vendas e vencem em prazos não superiores a 30 dias. As contas a receber não têm garantias e estão sujeitas a juros. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, não foram constituídas provisões para as contas a receber de partes relacionadas.

(b) Passivo

	Controladora					
	31/12/2014			31/12/2013		
	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos
Acionistas controladores	9.621	8.334	283.865	15.016	5.402	363.681
Acionistas não controladores				14.178		
Controladas	432.468	57.028	1.483.050	612.768	49.274	1.489.722
Controladas em conjunto	74.868	-	-	82.882	-	-
Coligadas	2.372	-	-	1.318	-	-
Outras partes relacionadas	3.410	121.122	-	-	-	-
Total	522.739	186.484	1.766.915	726.162	54.676	1.853.403
Circulante	522.739	128.704	150.354	726.162	5.402	135.904
Exigível a longo prazo	-	57.780	1.616.561	-	49.274	1.717.499
Total	522.739	186.484	1.766.915	726.162	54.676	1.853.403

	Consolidado					
	31/12/2014			31/12/2013		
	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos
Acionistas controladores	10.139	8.378	283.865	16.065	5.442	363.681
Acionistas não controladores	-	35.280	-	14.186	-	-
Controladas em conjunto	75.446	-	-	83.316	-	-
Coligadas	7.061	77.521	-	5.678	15.238	-
Outras partes relacionadas	3.410	121.122	-	117	-	-
Total	96.056	242.301	283.865	119.362	20.680	363.681
Circulante	96.056	242.301	128.971	119.362	20.680	114.424
Exigível a longo prazo	-	-	154.894	-	-	249.257
Total	96.056	242.301	283.865	119.362	20.680	363.681

Os valores a pagar a empresas ligadas classificados como fornecedores são principalmente decorrentes de operações de compra, as quais possuem vencimentos não superiores a 45 dias, além de cessão de crédito com a Mineração Usiminas no montante de R\$313.690 em 31 de dezembro de 2014 (R\$506.697 - 31 de dezembro de 2013). Os valores a pagar a empresas ligadas não estão sujeitos a juros.

Em 31 de dezembro de 2014 estão registrados empréstimos com as controladas Usiminas Commercial no montante de R\$975.037 (31 de dezembro de 2013 – R\$979.423) e com a Cosipa Commercial no montante de R\$508.013 (31 de dezembro de 2013 – R\$510.299). Em termos consolidados está registrado um montante de R\$283.865 (31 de dezembro de 2013 – R\$363.681) com a Nippon Usiminas Co. Ltd., acionista controlador da Usiminas.

(c) Resultado

	Controladora					
	31/12/2014			31/12/2013		
	Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional	Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional
Acionistas controladores	156.573	9.099	(39.896)	297.304	38.021	(52.910)
Acionistas não controladores	-	23.852	-	-	18.317	-
Controladas	2.886.221	1.169.951	(43.961)	2.970.985	1.326.557	44.536
Controladas em conjunto	147	523.269	1.827	801	522.264	2.275
Coligadas	68.227	95.177	594	65.510	123.917	68
Outras partes relacionadas	313.314	25.763	(2.268)	132.839	1.671	(6.493)
Total	3.424.482	1.847.111	(83.704)	3.467.439	2.030.747	(12.524)

	Consolidado					
	31/12/2014			31/12/2013		
	Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional	Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional
Acionistas controladores	179.786	9.099	(39.322)	340.293	38.021	(52.305)
Acionistas não controladores	83.190	61.596	-	249.168	57.872	-
Controladas em conjunto	2.067	526.909	1.827	2.472	525.407	2.275
Coligadas	138.726	301.806	594	95.746	363.238	(607)
Outras partes relacionadas	313.314	25.818	(2.268)	148.773	1.788	(6.493)
Total	717.083	925.228	(39.169)	836.452	986.326	(57.130)

A natureza das principais operações da Companhia com partes relacionadas estão descritas na Nota 34 (e).

O resultado financeiro com partes relacionadas refere-se substancialmente a encargos sobre empréstimos e financiamentos relacionados no item (b) anteriormente descrito.

(d) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga e a pagar ao pessoal-chave da Administração, que inclui a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia, está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Honorários	30.329	30.975
Encargos sociais	5.915	5.559
Planos de aposentadoria	133	131
	36.377	36.665

Em 2013, foram revertidos ao resultado R\$5.224 referentes ao excesso de provisão para remuneração variável e encargos. O valor líquido está registrado na demonstração do resultado, na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Em 31 de dezembro de 2014, o valor pago ao pessoal-chave da administração foi de R\$28.756 (31 de dezembro de 2013 – R\$26.798).

A Companhia possui plano de pagamento baseado em ações conforme descrito na Nota 36.

(e) Natureza das operações com partes relacionadas

As principais operações da Companhia com partes relacionadas podem ser assim resumidas:

- Venda de produtos para a Confab destinados à produção de tubos de grande diâmetro e equipamentos industriais.
- Compra da Mitsubishi de equipamento para o laminador de tiras a quente de nº 2 da usina de Cubatão.
- Compra de serviços da Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation, que inclui fornecimento de tecnologia industrial avançada, serviços de assistência técnica e treinamento de empregados.
- Venda de produtos para a Siderar.
- Compra de minério de ferro da Mineração Usiminas para utilização nas Usinas de Ipatinga e Cubatão.
- Operação de cessão de crédito com faturas da Mineração Usiminas relacionadas ao fornecimento de minério de ferro.
- Compra da Rios Unidos de serviços de transporte rodoviário de produtos siderúrgicos e materiais diversos.
- Venda de produtos para Soluções Usiminas para transformação e distribuição.
- Venda de produtos para Usiminas Eletro galvanizado e Usiminas Galvanizado, para fomentar o comércio com clientes no exterior.
- Venda de produtos para a Usiminas Mecânica e compra de serviços, como a industrialização de produtos siderúrgicos e equipamentos.
- Compra da Unigal de serviços de galvanização por imersão a quente e de resfriamento para a produção de chapas e bobinas galvanizadas laminadas a quente.
- Compra da Usiroll de serviços de texturização e cromagem de cilindros utilizados nas laminações.
- Compra de serviços ferroviários da MRS para o transporte de minério de ferro.
- Compra da Modal e Terminal Sarzedo de serviços de estocagem e carregamento de minério.

- Venda de produtos para a Ternium México, Ternium Procurement, Ternium Internacional e Ternium Internacional España.

Adicionalmente, a controlada Mineração Usiminas realiza operações de venda de minério de ferro e compra de serviços portuários com a CSN.

As demais transações com partes relacionadas são substancialmente contratadas em condições de mercado, considerando preços e prazos.

35 Cobertura de seguros

As apólices de seguros mantidas pela Companhia e por algumas controladas proporcionam coberturas consideradas como suficientes pela Administração. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e algumas de suas controladas possuíam seguros para prédios, mercadorias e matérias-primas, equipamentos, maquinismos, móveis, objetos, utensílios e instalações que constituem os estabelecimentos segurados e as respectivas dependências da Companhia, da Usiminas Mecânica, da Unigal e da Usiroll, tendo como valor em risco US\$ 27.995.061 mil (31 de dezembro de 2013 – US\$28.299.921 mil), uma apólice de seguro de riscos operacionais (All Risks) com limite máximo de indenização de US\$1.000.000 mil por sinistro. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a franquia máxima para danos materiais era de US\$ 7.500 mil, e, para as coberturas de lucros cessantes (perda de receita), a franquia máxima era de 21 dias (tempo de espera). O término desse seguro ocorrerá em 31 de dezembro de 2015.

36 Plano de outorga de opção de compra de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de abril de 2011, foi aprovado pelos acionistas o Plano de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia (“Plano”). Os principais objetivos do Plano são:

- Alinhamento de interesses entre executivos e acionistas;
- Incentivo à criação de valor sustentável;
- Atração e retenção de talentos;
- Manutenção da competitividade com as práticas de mercado.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, com a assessoria do Comitê de Recursos Humanos, observadas as limitações constantes do Plano.

Em 31 de dezembro de 2014, o Plano possui 4 programas vigentes:

- Programa 2011, lançado em 03 de outubro de 2011;
- Programa 2012, lançado em 28 de novembro de 2012; e
- Programa 2013, lançado em 28 de novembro de 2013.
- Programa 2014, lançado em 27 de novembro de 2014.

(a) Modalidades das Opções de Outorga

As Opções foram concedidas em duas diferentes modalidades:

- (i) Outorga Básica – em que o número de Opções concedidas será baseado na estratégia da Usiminas, sendo que cada Opção concedida conferirá ao seu titular direito a adquirir ou subscrever uma ação preferencial da Companhia.
- (ii) Outorga Bonificada – a qual deverá ser atrelada a um investimento voluntário do Participante que destinar parte do valor líquido da remuneração variável para a aquisição de ações preferenciais.

(b) Principais características dos programas

As Opções a serem concedidas aos diretores executivos e estatutários (“Participantes”) da Companhia, mediante “Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações”, possuem as seguintes características:

Programa	Data de outorga	Preço de exercício (USIM5)	Prazo de carência	Opções outorgadas		
				Básicas	Bonificadas	Total
2011	03/10/2011	R\$11,98	3 anos, 33% para cada ano	2.589.451	402.302	2.991.753
2012	28/11/2012	R\$10,58		3.576.963	83.598	3.660.561
2013	28/11/2013	R\$11,47		2.784.155	143.178	2.927.333
2014	27/11/2014	R\$6,14		4.778.483	-	4.778.483
				<u>13.729.052</u>	<u>629.078</u>	<u>14.358.130</u>

Adicionalmente, o Plano faculta pela destinação de até 50% da remuneração variável para compra de ações da Usiminas. Em contrapartida, a Companhia concede a outorga das opções bonificadas. O prazo máximo de exercício das opções é de 7 (sete) anos.

(c) Valor justo das Opções

O valor justo na data da outorga, bem como as principais premissas utilizadas de acordo com o modelo de precificação Black & Scholes foram as seguintes:

Programa 2011

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 4,83	R\$ 5,07	R\$ 5,27
Preço da ação	R\$ 11,45	R\$ 11,45	R\$ 11,45
Média ponderada do preço de exercício	R\$ 11,98	R\$ 11,98	R\$ 11,98
Volatilidade do preço da ação	50,70%	50,70%	50,70%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos	2,94%	2,94%	2,94%
Taxa de retorno livre de risco	11,62% a.a.	11,65% a.a.	11,69% a.a.
Vigência ajustada	4 anos	4,5 anos	5 anos

Programa 2012

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$4,06	R\$4,32	R\$4,61
Preço da ação	R\$ 10,38	R\$ 10,38	R\$ 10,38
Média ponderada do preço de exercício	R\$ 10,58	R\$ 10,58	R\$ 10,58
Volatilidade do preço da ação	37,95%	37,95%	37,95%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos	0,63%	0,63%	0,63%
Taxa de retorno livre de risco	8,13% a.a.	8,25% a.a.	8,37% a.a.
Vigência ajustada	4 anos	4,5 anos	5 anos

Programa 2013

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$5,87	R\$6,30	R\$6,58
Preço da ação	R\$ 11,88	R\$ 11,88	R\$ 11,88
Média ponderada do preço de exercício	R\$ 11,47	R\$ 11,47	R\$ 11,47
Volatilidade do preço da ação	43,38%	43,38%	43,38%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos (*)	-	-	-
Taxa de retorno livre de risco	11,34% a.a.	11,37% a.a.	11,40% a.a.
Vigência ajustada	4 anos	4,5 anos	5 anos

Programa 2014

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 2,66	R\$ 2,85	R\$ 3,02
Preço da ação	R\$ 5,70	R\$ 5,70	R\$ 5,70
Média ponderada do preço de exercício	R\$ 6,14	R\$ 6,14	R\$ 6,14
Volatilidade do preço da ação	43,41%	43,41%	43,41%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos (*)	-	-	-
Taxa de retorno livre de risco	12,10% a.a.	12,11% a.a.	12,12% a.a.
Vigência ajustada	4 anos	4,5 anos	5 anos

(*) Não houve distribuição de dividendos nos 12 meses anteriores à data de outorga.

O preço de exercício foi determinado com base na média da cotação diária no exercício de 30 dias anteriores à concessão da Opção.

A volatilidade do preço da ação prevista é baseada na volatilidade histórica ajustada dos 36 meses anteriores à data da outorga.

A movimentação das Opções vigentes do Plano de Outorga está demonstrada a seguir:

	31/12/2014				31/12/2013		
	Programa				Programa		
	2014	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Opções:							
Em aberto no início do exercício	-	2.927.333	3.044.727	1.293.832	-	3.660.561	1.604.880
Outorgadas durante o exercício	4.778.483	-	-	-	2.927.333	-	-
Exercidas durante o exercício	-	-	(51.982)	-	-	(216.646)	(86.000)
Canceladas durante o exercício	-	(906.939)	(1.231.428)	(165.931)	-	(399.188)	(225.048)
Em aberto no final do exercício	<u>4.778.483</u>	<u>2.020.394</u>	<u>1.761.317</u>	<u>1.127.901</u>	<u>2.927.333</u>	<u>3.044.727</u>	<u>1.293.832</u>

Em 31 de dezembro de 2014, o impacto no resultado do Plano de Outorga de Opção de Ações, anteriormente descrito, totalizou despesa de R\$14.171 (31 de dezembro de 2013 - R\$11.552), cujo montante foi contabilizado na demonstração do resultado. Desse total, R\$8.954 foram revertidos à conta de "Lucros (prejuízos) acumulados" em decorrência de cancelamentos e de baixas de opções exercidas. Desta forma, o impacto no patrimônio líquido foi de R\$5.217.

As despesas a apropriar previstas para o Plano, considerando que todas as suas premissas contratuais se mantenham inalteradas e que nenhuma nova outorga seja concedida, totalizam R\$16.982.

Conselho de Administração

Paulo Penido Pinto Marques
Presidente

Alcides José Morgante
Conselheiro

Daniel Agustín Novegil
Conselheiro

Eiji Hashimoto
Conselheiro

Fumihiko Wada
Conselheiro

Hudson de Azevedo
Conselheiro

José Oscar Costa de Andrade
Conselheiro

Marcelo Gasparino da Silva
Conselheiro em exercício

Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca
Conselheira

Roberto Caiuby Vidigal
Conselheiro

Conselho Fiscal

Paulo Frank Coelho da Rocha
Presidente

Jânio Carlos Macedo
Conselheiro

Lúcio de Lima Pires
Conselheiro

Masato Ninomiya
Conselheiro

Telma Suzana Mezia
Conselheira

Diretoria Executiva

Rômel Erwin de Souza
Diretor Presidente*
Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade

Nobuhiko Takamatsu
Diretor Vice-Presidente de Planejamento
Corporativo

Ronald Seckelmann
Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações
com Investidores
Diretor Vice-Presidente de Subsidiárias*

Sergio Leite de Andrade
Diretor Vice-Presidente Comercial

Túlio César do Couto Chipoletti
Diretor Vice-Presidente Industrial

*Conforme Ata da Reunião do Conselho de Administração, de 25 de setembro de 2014.

Lucas Marinho Sizenando Silva
Contador CRC-MG 080.788/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias examinou (i) o Estudo de Viabilidade da Recuperação do Ativo Fiscal Diferido; (ii) Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2014; (iii) Destinação do lucro líquido 2014 e orçamento de capital 2015; e, (iv) Proposta da Administração para pagamento de Dividendos e Definição da data de seu respectivo pagamento (26 de junho de 2015). Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes (EY) sem ressalvas e sem ajustes até o momento, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 2015.

Paulo Frank Coelho da Rocha
Presidente

Lúcio de Lima Pires

Masato Ninomiya

Jânio Carlos Endo Macedo

Telma Suzana Mezia

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os Diretores Estatutários da USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. Usiminas, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., relativamente às demonstrações financeiras (Controladora e Consolidado) referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 2015.

Rômel Erwin de Souza

Diretor-Presidente

Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade

Ronald Seckelmann

Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Diretor Vice-Presidente de Subsidiárias

Túlio César do Couto Chipoletti

Diretor Vice-Presidente Industrial

Sérgio Leite de Andrade

Diretor Vice-Presidente Comercial

Nobuhiko Takamatsu

Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os Diretores Estatutários da USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. Usiminas, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras (Controladora e Consolidado) referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 2015.

Rômel Erwin de Souza

Diretor-Presidente

Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade

Ronald Seckelmann

Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Diretor Vice-Presidente de Subsidiárias

Túlio César do Couto Chipoletti

Diretor Vice-Presidente Industrial

Sérgio Leite de Andrade

Diretor Vice-Presidente Comercial

Nobuhiko Takamatsu

Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo

10. Comentário dos diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) *Condições financeiras e patrimoniais gerais*

O ano de 2014 representou para a Usiminas um ano de consolidação de várias iniciativas visando ampliar sua rentabilidade e diminuir seu nível de endividamento. Continuaram os esforços por reduzir custos e aumentar a eficiência nas plantas, controlar os estoques e aprofundar no atendimento das demandas dos nossos clientes. O EBITDA ajustado consolidado totalizou R\$1,863 bilhão, apresentando um crescimento de 3,1% quando comparado ao ano de 2013, que foi de R\$1,806 bilhão. Isso se deve, principalmente, ao melhor desempenho da Unidade de Siderurgia, que embora tenha tido um menor volume de vendas, alcançou maior preço médio, compensando a menor contribuição da Mineração, impactada pela queda expressiva de preços do minério de ferro no mercado internacional. A dívida líquida, definida como dívida financeira bruta menos caixa e aplicações financeiras, no final de 2014 totalizava R\$ 3,8 bilhões. O indicador dívida líquida/EBITDA em 31/12/2014 era de 2,1 vezes enquanto em 31/12/2013 era de 1,9 vezes. O índice de liquidez corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante) em 31/12/2014 alcançou 1,73 vezes, ligeiramente inferior ao apurado em 31/12/2013 de 1,86.

No ano de 2013, o EBITDA ajustado totalizou R\$1,806 bilhão, apresentando um significativo crescimento de 159,3% quando comparado ao ano de 2012, que foi de R\$697 milhões, em função do melhor desempenho em todas as unidades de negócios, destacando-se o maior volume de vendas das unidades de Siderurgia e de Mineração. A dívida líquida no final de 2013 era de R\$ 3,4 bilhões contra R\$ 3,7 bilhões no final de 2012. O indicador dívida líquida/EBITDA em 31/12/2013 era de 1,9 vezes enquanto em 31/12/2012 era de 4,8 vezes. O índice de liquidez corrente em 31/12/2013 alcançou 1,86 vezes, ligeiramente inferior ao apurado em 31/12/2012 de 1,98.

No ano de 2012, o EBITDA ajustado totalizou R\$697 milhões, apresentando um decréscimo de 46% quando comparado ao ano de 2011, que foi de R\$1,3 bilhão, em função, principalmente, da redução do lucro bruto, com menores preços e mix desfavorável de vendas na Siderurgia. A dívida líquida no final de 2012 era de R\$3,7 bilhões, contra R\$3,9 bilhões no final de 2011. O indicador dívida líquida/EBITDA em 31/12/2012 era de 4,7 vezes mostrando um significativo aumento comparado ao ano anterior consequência da queda no EBITDA. O índice de liquidez corrente em 31/12/2012 alcançou 1,98 vezes, contra 3,05 apurado em 31/12/2011, devido à redução dos volumes de estoques e aumento no saldos de fornecedores principalmente.

Os diretores entendem que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo. A manutenção do bom nível dos indicadores financeiros registrados em 2014, principalmente em consequência da performance dos negócios refletida no EBITDA, manteve a Companhia em uma posição de conforto em relação às cláusulas contratuais dos seus financiamentos.

O capital de giro e os recursos de caixa são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir as necessidades de recursos, pelo menos, para os próximos doze meses.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

A Administração da Usiminas entende que as condições de dívida e aplicações financeiras são adequadas para suportar as necessidades futuras provenientes de investimentos, capital de giro e amortização de dívidas.

O passivo total da Companhia, que compreende o total de obrigações com terceiros, vem reduzindo desde 2012 conforme demonstrado no quadro abaixo.

A relação entre capital próprio e de terceiros, líquido de caixa e valores mobiliários, pode ser

assim sumarizada:

R\$ mil	Em reais mil		
	2014	2013	2012
Passivo Total	11.722.447	12.524.049	14.260.747
Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	2.851.903	3.468.816	4.660.876
Passivo Total Líquido (A)	8.870.544	9.055.233	9.559.871
Patrimônio Líquido (B)	18.761.615	18.833.945	18.513.073
Relação (A) / (B)	47%	48%	52%

i. Hipóteses de resgate

O estatuto social da Companhia não contém disposição a respeito, devendo ser observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Em caso de resgate, a Companhia adotará fórmula, observadas as disposições legais.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31/12/2014, a Companhia possuía um caixa de R\$ 2,9 bilhões (R\$ 3,5 bilhões em 31/12/2013 e R\$ 4,7 bilhões em 31/12/2012). Sua dívida apresenta um prazo médio de 3 anos em 2014 (3 anos em 2013 e 6 anos 2012). A concentração da dívida no curto prazo em 31/12/2014 é de 25,6% do total da dívida (19,6% em 2013 e 20% em 2012).



A Companhia possui capacidade financeira e linhas de crédito para renovar suas dívidas alongando os prazos de pagamento se necessário. As projeções financeiras internas suportam o pagamento da dívida contraída.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia possui uma política de manutenção de um caixa mínimo para assegurar um nível de

liquidez de acordo com suas operações. Os financiamentos são contratados considerando a projeção de geração de caixa futuro e o plano de investimentos definidos pela Administração. A política de financiamento visa evitar necessidades urgentes de recursos e aproveitar condições vantajosas de mercado na captação de recursos financeiros.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Conforme descrito no item acima, a política da Companhia é a manutenção de um nível de caixa confortável, associado a um perfil de vencimentos adequado e à contratação de financiamentos de longo prazo. Adicionalmente, a Companhia possui duas linhas de crédito rotativo com o BNDES no valor de R\$2,9 bilhões para financiamento de ativo imobilizado. A Companhia também contratou em maio/2014, uma nova linha de crédito rotativo (*Revolving Credit Facility*), cujo valor total é de R\$ 300 milhões e período de vigência de 3 anos, para eventual financiamento de capital de giro, junto ao Banco Itaú Unibanco S.A.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Conforme Notas Explicativas 19 (Empréstimos e Financiamentos) e 20 (Debêntures) das demonstrações financeiras anuais, as Empresas Usiminas possuíam em 31/12/2014 empréstimos e financiamentos contratados no montante de R\$ 5,6 bilhões (R\$ 5,8 bilhões em 31/12/2013 e R\$ 7,7 bilhões em 31/12/2012) e R\$ 1 bilhão de debêntures (R\$ 1 bilhão em 31/12/2013 e R\$ 258 milhões em 31/12/2012).

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

As principais operações de financiamentos são:

1) Diversos contratos de empréstimos com o BNDES e Finame com a finalidade de financiamento dos investimentos da Companhia, com vencimentos até 2024. Em 31/12/2014 o saldo devedor destas operações era de R\$888 milhões (31/12/2013 R\$ 1,1 bilhão e 31/12/2012 R\$ 1,2 bilhão).

2) Contratos de empréstimos com o JBIC e bancos comerciais japoneses para financiamento da construção da Central Termelétrica de Ipatinga, Coqueria em Ipatinga, Laminador de Tiras a Quente em Cubatão, com vencimentos até 2018. Em 31/12/2014 o saldo devedor destas operações era de R\$ 1,3 bilhão (31/12/2013 R\$ 1,4 bilhão e 31/12/2012 R\$ 1,5 bilhão).

3) Notas de Crédito de Exportação e Industrial com o Banco do Brasil para financiamento de capital de giro, com vencimentos até 2019. Em 31/12/2014 o saldo devedor destas operações era de R\$ 2,9 bilhões (31/12/2013 R\$ 2,5 bilhões e 31/12/2012 R\$ 2,9 bilhões).

4) Em 1º de outubro de 2013, as subsidiárias da Companhia sediadas na Dinamarca adquiriram US\$124,2 milhões de títulos de dívida com vencimento em 2016 e US\$220,2 milhões de títulos de dívida com vencimento em 2018, emitidos pelas companhias Cosipa Commercial Ltda. e Usiminas Commercial Ltda., ambas controladas pela Companhia. A operação permite melhor alocação dos recursos da Companhia, além de diminuir a sua alavancagem bruta e reduzir os desembolsos financeiros projetados até o vencimento dos mencionados títulos. Em 30 de dezembro de 2014 a Companhia exerceu a cláusula de resgate antecipado (*Early Redemption*) do título de dívida com vencimento em 2016 e dessa forma recomprou a totalidade dos títulos emitidos. O resgate antecipado também foi feito com o objetivo de reduzir a alavancagem bruta e os desembolsos financeiros projetados.

Em 31/12/2014 o saldo devedor destas operações era de R\$ 474 milhões (31/12/2013 R\$ 586 milhões e 31/12/2012 R\$ 1,3 bilhão).

5) Emissão de debêntures no valor de R\$1,0 bilhão com vencimento em 2019, com a finalidade de cumprir os diversos planos de investimentos da companhia. Em 31/12/2014 o saldo devedor desta operação era de R\$ 1,0 bilhão (R\$ 1 bilhão em 31/12/2013 e R\$ 258 milhões em 31/12/2012).

6) Contratos de Pré-Pagamento de Exportação da Usiminas. O contrato foi liquidado em fevereiro de 2014. Em 31/12/2013 o saldo devedor desta operação era de R\$ 24 milhões (31/12/2012 R\$ 552 milhões).

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 25 de março de 2013, a Administração decidiu cancelar a linha de crédito rotativo (Revolving Credit Facility), contratado em 28 de julho de 2011, cujo valor total era de US\$750,0 milhões e período de vigência de 5 anos.

Em 22 de maio de 2014, a Administração decidiu contratar uma nova linha de crédito rotativo (Revolving Credit Facility), cujo valor total é de R\$ 300 milhões e período de vigência de 3 anos.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Em 31/12/2013, a Companhia possui apenas uma dívida subordinada, sendo ela a emissão de debêntures no valor de R\$1,0 bilhão com vencimento em 2019, conforme item nº 5 relacionado no subitem f.i acima.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Os contratos financeiros citados no item (i) exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (covenants) com base em determinados índices financeiros, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. O descumprimento dessas exigências poderia gerar uma antecipação do vencimento das obrigações. As cláusulas são:

- limitação de alienação de ativos permanentes em relação ao valor do ativo permanente consolidado.
- limitação de alienação de recebíveis provenientes de exportações em relação ao valor da receita líquida de exportação.
- limitação da Dívida Total em relação ao EBITDA.
- limitação da Dívida Total em relação a Dívida Total somada ao Patrimônio Líquido.
- limitação da Dívida Líquida em relação ao EBITDA.
- limitação das despesas de juros em relação ao EBITDA.
- restrições a alterações no controle acionário.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31/12/2014, a Companhia ainda possuía o montante de R\$ 266 milhões disponíveis com o BNDES para cumprir os desembolsos adicionais dos investimentos em andamento, que podem ser utilizadas quando necessário.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Balanco Patrimonial nos anos 2014, 2013 e 2012 e suas variações

Ativo

	<u>31/12/2014</u>	<u>AV (%) 2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>AV (%) 2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>AV (%) 2012</u>	<u>Análise Horizontal 2014 x 2013</u>	<u>Análise Horizontal 2013 x 2012</u>
Ativo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	2.109.812	7%	2.633.187	8%	3.123.318	10%	-20%	-16%
Títulos e valores mobiliários	742.091	2%	835.629	3%	1.537.558	5%	-11%	-46%
Contas a receber de clientes	1.246.694	4%	1.639.551	5%	1.568.105	5%	-24%	5%
Estoques	3.516.751	12%	3.850.420	12%	3.767.984	11%	-9%	2%
Impostos a recuperar	358.418	1%	323.520	1%	485.093	1%	11%	-33%
Dividendos a receber	12.641	0%	12.413	0%	12.134	0%	2%	2%
Instrumentos financeiros derivativos	65.392	0%	45.637	0%	50.093	0%	43%	-9%
Demais contas a receber	<u>193.412</u>	1%	<u>119.937</u>	0%	<u>161.829</u>	0%	61%	-26%
Total do ativo circulante	<u>8.245.211</u>	27%	<u>9.460.294</u>	30%	<u>10.706.114</u>	33%	-13%	-12%
Não circulante								
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.018.129	7%	1.914.996	6%	1.513.879	5%	5%	26%
Valores a receber de empresas ligadas	22.383	0%	20.831	0%	19.636	0%	7%	6%
Estoque	54.942	0%	-	0%	-	0%	100%	0%
Depósitos judiciais	566.408	2%	565.404	2%	599.206	2%	0%	-6%
Instrumentos financeiros derivativos	252.027	1%	40.608	0%	286.508	1%	521%	-86%
Impostos a recuperar	95.835	0%	113.474	0%	131.583	0%	-16%	-14%
Demais contas a receber	170.088	1%	175.029	1%	68.558	0%	-3%	155%
Investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas	1.145.787	4%	1.159.948	4%	1.182.052	4%	-1%	-2%
Imobilizado	15.535.573	51%	15.506.833	49%	15.852.506	48%	0%	-2%
Intangível	<u>2.377.679</u>	8%	<u>2.400.577</u>	8%	2.413.778	7%	-1%	-1%
Total do ativo não circulante	<u>22.238.851</u>	73%	<u>21.897.700</u>	70%	<u>22.067.706</u>	67%	2%	-1%
TOTAL DO ATIVO	<u>30.484.062</u>	100%	<u>31.357.994</u>	100%	<u>32.773.820</u>	100%	-3%	-4%

Passivo e Patrimônio Líquido

	<u>31/12/2014</u>	<u>AV (%) 2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>AV (%) 2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>AV (%) 2012</u>	<u>Análise Horizontal 2014 x 2013</u>	<u>Análise Horizontal 2013 x 2012</u>
Passivo circulante								
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.948.744	6%	2.422.024	8%	2.280.432	7%	-20%	6%
Empréstimos e financiamentos	1.655.799	5%	1.288.645	4%	1.400.823	4%	28%	-8%
Debêntures	50.092	0%	41.525	0%	257.664	1%	21%	-84%
Adiantamentos de clientes	110.179	0%	178.309	1%	279.297	1%	-38%	-36%
Valores a pagar a empresas ligadas	338.357	1%	140.042	0%	204.920	1%	142%	-32%
Salários e encargos sociais	280.284	1%	250.849	1%	279.233	1%	12%	-10%
Tributos a recolher	94.206	0%	131.099	0%	114.844	0%	-28%	14%
Tributos parcelados	7.560	0%	25.770	0%	32.103	0%	-71%	-20%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	22.743	0%	4.179	0%	83.185	0%	444%	-95%
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) a pagar	30.937	0%	1.122	0%	26.635	0%	2657%	-96%

Instrumentos financeiros derivativos	94.045	0%	51.015	0%	42.209	0%	84%	21%
Contas a pagar por aquisição de investimentos	-	0%	213.607	1%	178.249	1%	-100%	20%
Demais contas a pagar	<u>136.480</u>	0%	<u>339.305</u>	1%	<u>221.461</u>	1%	-60%	53%
Total do passivo circulante	<u>4.769.426</u>	15%	<u>5.087.491</u>	16%	<u>5.401.055</u>	16%	-6%	-6%
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	3.979.775	13%	4.512.891	14%	6.339.267	19%	-12%	-29%
Debêntures	998.549	3%	997.920	3%	-	-	0%	100%
Tributos parcelados	9.972	0%	36.083	0%	41.483	0%	-72%	-13%
Provisão para demandas judiciais	475.859	2%	506.679	2%	447.933	1%	-6%	13%
Provisão para recuperação ambiental	85.143	0%	76.588	0%	77.703	0%	11%	-1%
Benefícios pós-emprego	1.187.788	4%	1.230.316	4%	1.396.812	4%	-3%	-12%
Instrumentos financeiros derivativos	182.216	1%	52.910	0%	323.790	1%	244%	-84%
Contas a pagar por aquisição de investimentos	-	0%	-	-	178.249	1%	0%	-100%
Demais contas a pagar	<u>33.719</u>	0%	<u>23.171</u>	0%	<u>54.455</u>	0%	46%	-57%
Total do passivo não circulante	<u>6.953.021</u>	23%	<u>7.436.558</u>	24%	<u>8.859.692</u>	27%	-7%	-16%
Total do passivo	<u>11.722.447</u>	38%	<u>12.524.049</u>	40%	<u>14.260.747</u>	44%	-6%	-12%

	<u>31/12/2014</u>	<u>AV (%) 2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>AV (%) 2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>AV (%) 2012</u>	<u>Análise Horizontal 2014 x 2013</u>	<u>Análise Horizontal 2013 x 2012</u>
Patrimônio líquido								
Capital social	12.150.000	40%	12.150.000	39%	12.150.000	37%	0%	0%
Reservas de capital	318.851	1%	313.084	1%	219.684	1%	2%	43%
Reservas de lucros	3.831.060	13%	3.699.154	12%	3.804.403	12%	4%	-3%
Ajustes de avaliação patrimonial	<u>419.753</u>	1%	<u>549.670</u>	2%	<u>434.342</u>	1%	-24%	27%
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	16.719.664	55%	16.711.908	53%	16.608.429	51%	0%	1%
Participação dos acionistas não controladores	<u>2.041.951</u>	7%	<u>2.122.037</u>	7%	<u>1.904.644</u>	6%	-4%	11%
Total do patrimônio líquido	<u>18.761.615</u>	62%	<u>18.833.945</u>	60%	<u>18.513.073</u>	56%	0%	2%
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>30.484.062</u>	100%	<u>31.357.994</u>	100%	<u>32.773.820</u>	100%	-3%	-4%

A seguir, estão demonstradas as alterações significativas nas linhas que representam mais de 2% do grupo ao qual pertencem e que tenham variado mais de 5% na comparação entre os exercícios:

Ativo Circulante

Análise do Balanço Patrimonial Consolidado do ano 2014 em comparação com o ano 2013

Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e valores Mobiliários

A redução de R\$ 615 milhões verificada no ano de 2014, ocorreu principalmente em função da compra de EUROBONDS de própria emissão da Companhia no valor de R\$ 160 milhões, pagamento líquido de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 311 milhões e redução do prazo médio de pagamentos dos fornecedores.

Contas a receber de clientes

Contas a Receber de Clientes apresentou redução de 24% o equivalente a R\$ 393 milhões, principalmente em decorrência do menor volume faturado, com redução das vendas no último trimestre em 20%.

Estoques

Os Estoques apresentaram uma redução de 9% o equivalente a R\$ 334 milhões, principalmente, devido ao menor volume de produção e o forte controle de capital de giro.

Instrumentos financeiros derivativos

O aumento nos instrumentos financeiros derivativos foi de 43%, passando de R\$ 46 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 65 milhões em 31 de dezembro de 2014, basicamente devido à apreciação do Dólar Americano frente ao Real, obtendo um aumento na marcação a mercado dos instrumentos de swap, cujo objetivo é reduzir a volatilidade do fluxo de caixa.

Ativo Não Circulante

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os tributos diferidos aumentaram em R\$ 103 milhões, devido ao aumento de diferenças temporárias. Pode-se destacar a variação de 56 milhões referente à Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos e a variação de 45 milhões sobre Resultado nos contratos de swap. As demais variações foram pulverizadas.

Instrumentos financeiros derivativos

O aumento nos instrumentos financeiros derivativos em R\$ 211 milhões decorre basicamente da apreciação do Dólar Americano frente ao Yen e o Real, que são os dois principais indexadores das operações de swap da Companhia, obtendo um aumento na marcação a mercado dos instrumentos de swap. Adicionalmente a Companhia contratou novas operações com posição ativa em dólar no valor de US\$ 175 milhões (R\$ 393 milhões), cujo objetivo é reduzir a volatilidade do fluxo de caixa.

Passivo Circulante

Fornecedores, empreiteiros e fretes

A redução nas contas a pagar a fornecedores, empreiteiros e fretes em 20%, passando de R\$ 2,42 bilhões para R\$ 1,95 bilhões em 31 de dezembro de 2014, ocorreu basicamente em função do fluxo de operações da Companhia.

Empréstimos e financiamentos

O aumento dos empréstimos e financiamentos no curto prazo em R\$ 367 milhões, reflete o ingresso de contratos de capital de giro no ano de 2014, conforme demonstrado na movimentação dos empréstimos e financiamentos. O detalhamento sobre os principais contratos de financiamentos que compõe a dívida está disponível nos itens 10.1 letra f.

Instrumentos financeiros derivativos

O aumento nos instrumentos financeiros derivativos em R\$ 43 milhões decorre basicamente do aumento na marcação a mercado dos instrumentos de swap, que possuem posição passiva em Yen, que tem por objetivo reduzir a exposição cambial.

Passivo Não circulante

Empréstimos e financiamentos

A redução dos empréstimos e financiamentos de longo prazo em R\$ 533 milhões no ano de 2014 reflete a amortização da dívida ocorrida no ano, decorrente dos seus vencimentos e da concentração da administração em reduzir a dívida da Companhia. O detalhamento sobre os principais contratos de financiamentos que compõe a dívida está disponível nos itens 10.1 letra f.

Instrumentos financeiros derivativos

O aumento nos instrumentos em R\$ 129 milhões, decorre basicamente do aumento na marcação a mercado das operações com posição passiva em Dólar Americano e Yen, devido à apreciação destas moedas, obtendo um aumento na marcação a mercado dos instrumentos de swap. Adicionalmente a Companhia contratou novas operações com posição passiva em Reais no valor de R\$ 393 milhões, com o objetivo é reduzir a volatilidade do fluxo de caixa.

Análise do Balanço Patrimonial Consolidado do ano 2013 em comparação com o ano 2012

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e valores Mobiliários

A redução de R\$1,2 bilhão verificada no ano de 2013, ocorreu principalmente em função da compra de EURO BONDS de própria emissão da Companhia no valor de R\$ 756 milhões e

pagamento líquido de empréstimos e financiamentos valor de R\$ 761 milhões.

Contas a Receber de Clientes

Contas a Receber de Clientes apresentou um aumento de 4,6% o equivalente a R\$ 71 milhões, principalmente em decorrência da alteração do mix de vendas, com aumento das vendas no mercado local, com maiores prazos de pagamento.

Ativo Não Circulante

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os tributos diferidos aumentaram em R\$ 401 milhões, devido ao aumento dos prejuízos fiscais em R\$ 186 milhões e apuração de diferenças temporárias, sendo as principais provisão para demandas judiciais, provisão para participação nos lucros entre outros.

Instrumentos financeiros derivativos

A redução nos instrumentos financeiros derivativos em R\$ 246 milhões decorre basicamente da apreciação do Dólar Americano frente ao Yen, que são os dois principais indexadores das operações de swap da Companhia. As operações que possuem posição ativa em Yen obtiveram uma variação negativa na marcação a mercado dos instrumentos de swap. O objetivo dessas operações é proteger o fluxo da dívida da Companhia.

Passivo Circulante

Fornecedores, empreiteiros e fretes

O aumento nas contas a pagar a fornecedores, empreiteiros e fretes em 6%, passando de R\$ 2,28 bilhões para R\$ 2,42 bilhões em 31 de dezembro de 2013, ocorreu basicamente em função do fluxo de operações da Companhia.

Empréstimos e financiamentos

A redução dos empréstimos e financiamentos no curto prazo em R\$ 112 milhões, reflete a amortização da dívida ocorrida no ano de 2013, conforme demonstrado na movimentação dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante. O detalhamento sobre os principais contratos de financiamentos que compõe a dívida está disponível nos itens 10.1 letra f.

Debêntures

A redução das debêntures de curto prazo em R\$ 216 milhões, passando de R\$ 258 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 42 milhões em 31 de dezembro de 2013, foi em decorrência do pagamento das debêntures pelo seu vencimento.

Salários e encargos sociais

Os salários e encargos sociais reduziram R\$ 28 milhões no período, em decorrência dos efeitos

da Lei de desoneração da folha de pagamento, readequação do quadro de colaboradores e também pela venda da Automotiva Usiminas que não possui seus números consolidados em 2013 no valor de R\$ 10 milhões.

Demais contas a pagar

O aumento no montante registrado em demais contas a pagar em R\$117 milhões, variando de R\$ 221 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 339 milhões em 31 de dezembro de 2013, foi em decorrência de maiores valores a pagar de participação nos lucros de empregados em R\$ 45 milhões e aumento de outros impostos a pagar no valor de R\$ 50 milhões, principalmente IPTU.

Passivo Não circulante

Empréstimos e financiamentos

A redução dos empréstimos e financiamentos de longo prazo em R\$ 1.8 bilhão no ano de 2013, reflete a amortização da dívida ocorrida no ano, decorrente dos seus vencimentos e da concentração da administração em reduzir a dívida da Companhia. O detalhamento sobre os principais contratos de financiamentos que compõe a dívida está disponível nos itens 10.1 letra f.

Debêntures

O aumento do montante registrado nas Debêntures em R\$ 997 milhões decorre da operação de debêntures simples, não conversíveis em ações, realizada em 2013, no valor de R\$ 1,0 bilhão com prazo de vencimento em seis anos e taxa de 1% a.a + 100% do CDI.

Provisão para demandas judiciais

O aumento no montante registrado para demandas judiciais foi de 13%, variando de R\$ 448 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 506 milhões em 31 de dezembro de 2013, refletindo provisões constituídas para processos trabalhistas e atualização monetária dos processos existentes.

Benefícios pós-emprego

A redução do montante registrado para benefícios pós-emprego em R\$ 166 milhões, variando de R\$ 1.397 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 1.230 milhões em 31 de dezembro de 2013, decorre principalmente da revisão anual das premissas atuariais sobre os planos de aposentadoria e saúde da Companhia.

Instrumentos financeiros derivativos

A redução nos instrumentos financeiros derivativos em R\$ 270 milhões decorre basicamente da apreciação do Dólar Americano frente ao Yen. As operações que possuem posição passiva em Yen obtiveram uma variação positiva na marcação a mercado dos instrumentos de swap. O objetivo dessas operações é proteger o fluxo da dívida da Companhia.

Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores

O patrimônio líquido dos acionistas controladores aumentou em 1,0%, variando de R\$ 16.608 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 1.712 milhões em 31 de dezembro de 2013.

Demonstrações do resultado dos anos 2014, 2013 e 2012 e suas variações

	31/12/2014	AV (%) 2014	31/12/2013	AV (%) 2013	31/12/2012	AV (%) 2012	Análise Horizontal 2014 x 2013	Análise Horizontal 2013 x 2012
Receita de bens e serviços	11.741.629	100%	12.829.467	100%	12.710.881	100%	-8%	1%
Custo dos Bens e Serviços	(10.704.864)	-91%	(11.353.664)	-88%	(12.229.697)	-96%	-6%	-7%
Resultado Bruto	1.036.765	9%	1.475.803	12%	481.184	4%	-30%	207%
Despesas Receitas operacionais	(513.797)	-4%	(956.124)	-7%	(954.409)	-8%	-46%	0%
Despesas com Vendas	(290.930)	-2%	(336.443)	-3%	(374.715)	-3%	-14%	-10%
Despesas Gerais e Administrativas	(501.549)	-4%	(567.982)	-4%	(480.916)	-4%	-12%	18%
Outras (Despesas/Receitas) Operacionais	278.682	2%	(51.699)	0%	(98.778)	-1%	-639%	-48%
Resultado de Equivalência Patrimonial	183.780	2%	181.201	1%	165.638	1%	1%	9%
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos	706.748	6%	700.880	5%	(307.587)	-2%	1%	-328%
Resultado Financeiro	(522.831)	-4%	(895.209)	-7%	(491.144)	-4%	-42%	82%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	183.917	2%	(194.329)	-2%	(798.731)	-6%	-195%	-76%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	24.562	0%	211.120	2%	200.450	2%	-88%	5%
Lucro/Prejuízo consolidado do Período	208.479	2%	16.791	0%	(598.281)	-5%	1142%	-103%

Análise do resultado consolidado do ano 2014 em comparação com o ano 2013

Receita de vendas de bens e serviços

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a receita líquida consolidada da Companhia alcançou R\$11,7 bilhões, contra R\$12,8 bilhões em 2013. Esta receita no mercado interno foi inferior ao ano de 2013 em 13,3%, e no mercado externo o desempenho foi superior ao ano de 2013 em 34,5%. Na unidade de Siderurgia a receita líquida foi de R\$10,9 bilhões, 3,6% inferior à de 2013, em função do menor volume de venda para o mercado interno em 15,4%, parcialmente compensado pelo maior preço médio em 8,6% no mercado doméstico e melhor mix de produtos em ambos os mercados. O ano de 2014 foi marcado pela forte retração da economia brasileira e dos setores industriais intensivos no consumo de aço. Na unidade de Mineração a receita líquida apresentou uma redução de 34,6%, atingindo R\$743,0 milhões contra R\$1.136,0 milhões no ano de 2013, em função da queda do preço médio do minério de ferro e do menor volume de vendas. Na unidade de Transformação do Aço a receita líquida foi de R\$2,3 bilhões, 5% inferior ao ano de 2013, devido ao menor volume de vendas e serviços, parcialmente compensados pelo maior preço médio em 15,9% no período. Na unidade de Bens de Capital a receita líquida apurada foi de R\$794,3 milhões, 18,3% inferior à de 2013, principalmente em decorrência da redução do volume de projetos.

Custo dos bens ou serviços vendidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o custo de vendas (CPV) consolidado totalizou R\$10,7 bilhões, 5,7% menor quando comparado ao de 2013 que foi de R\$11,4 bilhões, em parte devido ao menor volume de aço vendido pela unidade de Siderurgia e às iniciativas de redução de custos, tais como a adequação da mão de obra e redução nos serviços de terceiros e ao aumento da produtividade em toda a Companhia. Na unidade de Siderurgia a redução foi de R\$493 milhões em função, principalmente, do menor volume de vendas totais, e das iniciativas de redução de

custos mencionadas. Na unidade de unidade de Bens de Capital, a redução foi de R\$206 milhões em decorrência da redução do volume de projetos.

Despesas e receitas operacionais

Em 2014 as despesas e receitas operacionais reduziram em 46,3%, passando de R\$956,1 milhões para R\$513,8 milhões.

O principal fator que contribuiu para esta variação foi a venda de energia elétrica excedente, que no ano de 2014 gerou uma receita de R\$343,7 milhões na linha de outras despesas e receitas operacionais. Adicionalmente, as despesas com vendas no período foram de R\$290,9 milhões, 13,5% inferiores às de 2013 que somaram R\$336,4 milhões, devido, principalmente, a menores custos de distribuição, menores despesas com pessoal e encargos sociais, e menor provisão para devedores duvidosos. As despesas gerais e administrativas apresentaram uma queda de 11,7%, decorrente da redução de despesas com mão de obra própria e de serviços de terceiros.

Segue abaixo quadro comparativo das despesas operacionais nos dois exercícios (saldos apresentados em milhares de reais).

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Despesas com vendas	(290.930)	(336.443)
Despesas gerais e administrativas	(501.549)	(567.982)
Outras (despesas) receitas, líquidas	278.682	(51.699)
	<u>(513.797)</u>	<u>(956.124)</u>

Resultado financeiro

Em 2014, as despesas financeiras líquidas foram de R\$522,8 milhões, contra R\$895,2 milhões em 2013, devido a menores perdas cambiais em R\$47,4 milhões e menores comissões sobre financiamentos em R\$129,0 milhões. Adicionalmente, o ano de 2013 foi impactado pela reversão da operação de Hedge Accounting em R\$174,8 milhões. Durante os anos de 2014 e 2013, os empréstimos e financiamentos das Empresas Usiminas, a taxas variáveis, eram denominados em reais, dólar dos Estados Unidos, ienes e euros.

As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos (saldos apresentados em milhares de reais) podem ser demonstradas conforme a seguir:

	<u>31/12/2014</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>%</u>
Pré-fixada	1.016.579	15	701.984	10
TJLP	618.078	9	836.348	12
Libor	1.260.972	19	1.464.803	21
CDI	2.525.280	38	2.526.983	37
Outras	214.665	3	271.418	4
	<u>5.635.574</u>	<u>84</u>	<u>5.801.536</u>	<u>84</u>
Debêntures				
CDI	1.048.641	16	1.039.445	16
	<u>6.684.215</u>	<u>100</u>	<u>6.840.981</u>	<u>100</u>

Em 2014 e 2013, os juros reais sobre empréstimos e financiamentos da Companhia, impactaram seus resultados negativamente no montante de R\$ 218 milhões e R\$237 milhões,

respectivamente.

Análise do resultado consolidado do ano 2013 em comparação com o ano 2012

Receita de vendas de bens e serviços

No ano de 2013, a receita líquida consolidada da Companhia alcançou R\$12,8 bilhões, praticamente estável quando comparada com a receita líquida consolidada do ano de 2012 (R\$12,7 bilhões). A receita no mercado interno foi superior ao ano de 2012 em 14,0%, e no mercado externo o desempenho foi inferior em 50,1%. O mix de vendas da unidade de Siderurgia representou 86,9% no mercado doméstico e 13,1% nas exportações, em linha com a estratégia da Companhia de priorizar sua participação no mercado interno. Na unidade de Mineração a receita líquida apresentou um aumento de 26,4%, atingindo R\$1,1 bilhão contra R\$898,5 milhões no ano de 2012, em função do maior volume de vendas e de maiores preços de minério de ferro em 3,3%. Na unidade de Transformação do Aço a receita líquida foi de R\$ 2,5 bilhões, 18,6% superior ao ano de 2012, principalmente devido ao maior volume de vendas e melhores preços. Na unidade de Bens de Capital a receita líquida apurada foi de R\$972,3 milhões, 4,4% inferior à de 2012, principalmente em decorrência da menor receita obtida no segmento de estruturas.

Custo dos bens ou serviços vendidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o custo de vendas (CPV) consolidado totalizou R\$11,4 bilhões, 7,2% menor quando comparado ao de 2012 que foi de R\$12,2 bilhões, em parte devido ao menor volume de aço vendido pela unidade de Siderurgia e às iniciativas de redução de custos, tais como a adequação da mão de obra e redução nos serviços de terceiros e ao aumento da produtividade em toda a Companhia. Na unidade de Siderurgia a redução foi de R\$919 milhões em função, principalmente, do menor volume de vendas totais, e das iniciativas de redução de custos mencionadas. Na unidade de Mineração o CPV aumentou em R\$160 milhões, principalmente em função do incremento de 10,4% no volume de vendas no ano e maiores custos com arrendamento de direitos minerários ocorridos a partir do 2º trimestre de 2013.

Despesas e receitas operacionais

Em 2013 as despesas operacionais consolidadas foram de R\$956,1 milhões, estáveis quando comparadas ao ano de 2012, que foi de R\$ 954,4 milhões. As despesas gerais e administrativas foram superiores em função principalmente da reclassificação de centros de custos de TI, RH e Suprimentos anteriormente classificados como custo. Esta reclassificação permite um maior controle das despesas e maior aprimoramento contábil. Também foram superiores as outras despesas operacionais, como provisões para demandas judiciais em R\$101,5 milhões, acréscimo de R\$ 103,4 milhões no custo líquido das obrigações atuariais e menor contribuição em R\$42,8 milhões do Programa Reintegra. Os aumentos acima foram compensados parcialmente, pela menor despesa com vendas em 10,2%, devido ao menor volume de exportações na Siderurgia e na Mineração.

Segue abaixo quadro comparativo das despesas operacionais nos dois exercícios (saldos apresentados em milhares de reais).

	31/12/2013	31/12/2012
Despesas com vendas	(336.443)	(374.715)
Despesas gerais e administrativas	(567.982)	(480.916)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(51.699)	(98.778)

(956.124)

(954.409)

Resultado financeiro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o resultado financeiro líquido consolidado apresentou uma despesa de R\$895,2 milhões contra uma despesa de R\$491,1 milhões no ano de 2012, efeito do aumento das despesas financeiras decorrentes da desvalorização de 14,6% do Real no período sobre a posição passiva em moeda estrangeira. Durante os anos de 2013 e 2012, os empréstimos e financiamentos das Empresas Usiminas, a taxas variáveis, eram denominados em reais, dólar dos Estados Unidos, ienes e euros.

As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos (saldos apresentados em milhares de reais) podem ser demonstradas conforme a seguir:

	31/12/2013	%	31/12/2012	%
Pré-fixada	701.984	10	1.497.058	19
TJLP	836.348	12	959.700	12
Libor	1.464.803	21	2.343.751	29
CDI	2.526.983	37	2.947.977	37
Outras	271.418	4	(8.396)	
	5.801.536	84	7.740.090	97
Debêntures				
CDI	1.039.445	16	257.664	3
	6.840.981	100	7.997.754	100

Em 2013 e 2012, os juros reais sobre empréstimos e financiamentos da Companhia, impactaram seus resultados negativamente no montante de R\$ 237 milhões e R\$246 milhões, respectivamente.

10.2. Os diretores devem comentar sobre:

a) *Resultados das operações do emissor, em especial:*

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é gerada principalmente pela venda de produtos siderúrgicos, como chapas grossas, laminados a quente, laminados a frio, placas, galvanizados, entre outros, realizadas pela unidade de Siderurgia. A receita não recorrente com a venda de energia elétrica impactou os resultados da Companhia no ano de 2014. A Usiminas apresenta também em suas demonstrações financeiras consolidadas receitas provenientes das unidades de Mineração, Transformação do Aço e Bens de Capital.

A receita destas unidades é gerada principalmente por:

Mineração: Venda de minério de ferro.

Transformação do Aço: Beneficiamento e distribuição de produtos siderúrgicos.

Bens de Capital: Fabricação de Estruturas Metálicas, Equipamentos Industriais, Fundação e

Vagões Ferroviários e Serviços de Montagens Industriais.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional da Usiminas é afetado principalmente pela demanda, que influencia o volume vendido e os preços de nossos principais produtos e também pelas taxas de câmbio que facilita a importação de produtos e dificulta nossa competitividade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a receita líquida consolidada da Companhia alcançou R\$11,7 bilhões, contra R\$12,8 bilhões em 2013. Esta receita no mercado interno foi inferior ao ano de 2013 em 13,3%, e no mercado externo o desempenho foi superior ao ano de 2013 em 34,5%. O mix de vendas da unidade de siderurgia representou 82,5% no mercado doméstico e 17,5% nas exportações. Na unidade de Mineração a receita líquida apresentou uma redução de 34,6%, atingindo R\$743,0 milhões contra R\$1.136,0 milhões no ano de 2013, em função da queda do preço médio do minério de ferro e do menor volume de vendas. Na unidade de Transformação do Aço a receita líquida foi de R\$2,3 bilhões, 5% inferior ao ano de 2013, devido ao menor volume de vendas e serviços, parcialmente compensados pelo maior preço médio em 15,9% no período. Na unidade de Bens de Capital a receita líquida apurada foi de R\$794,3 milhões, 18,3% inferior à de 2013, principalmente em decorrência da redução do volume de projetos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a receita líquida consolidada da Companhia alcançou R\$12,8 bilhões, praticamente estável quando comparada com a receita líquida consolidada do ano de 2012 (R\$12,7 bilhões). Esta receita no mercado interno foi superior ao ano de 2012 em 14,0%, e no mercado externo o desempenho foi inferior ao ano de 2012 em 50,1%. O mix de vendas da unidade de siderurgia representou 86,9% no mercado doméstico e 13,1% nas exportações, em linha com a estratégia da Companhia de priorizar sua participação no mercado interno. Na unidade de Mineração a receita líquida apresentou um aumento de 26,4%, atingindo R\$1,1 bilhão contra R\$898,5 milhões no ano de 2012, em função do maior volume de vendas e de maiores preços de minério de ferro em 3,3%. Na unidade de Transformação do Aço a receita líquida foi de R\$2,5 bilhões, 18,6% superior ao ano de 2012, principalmente devido ao maior volume de vendas e maiores preços. Na unidade de Bens de Capital a receita líquida apurada foi de R\$972,3 milhões, 4,4% inferior à de 2012, principalmente em decorrência da menor receita obtida no segmento de estruturas.

No exercício de 2012 a receita líquida consolidada alcançou R\$12,7 bilhões, superior em 6,8% à receita líquida de 2011 que foi de R\$11,9 bilhões, decorrente principalmente do maior volume vendido de aço na unidade de Siderurgia. Esta receita no mercado interno foi inferior ao ano de 2011 em 2,3%, e no mercado externo o desempenho foi superior ao ano de 2011 em 66,9%. Na unidade de Mineração a receita líquida apresentou uma redução de 7,8%, atingindo R\$0,9 bilhão contra R\$1,0 bilhão no ano de 2011, em função dos menores preços de minério de ferro no mercado global em 2012. Na unidade de Transformação do Aço, a receita líquida foi de R\$2,1 bilhões, 3,3% inferior à de 2011, principalmente devido ao menor volume de vendas realizadas pela Soluções Usiminas. Na unidade de Bens de Capital, a receita líquida apurada foi de R\$1,0 bilhão, 28,3% inferior à de 2011, impactada pela redução dos projetos em carteira.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

i. Volumes de vendas

Indicadores	2014	2013	2014 x 2013	2012
Vendas físicas de aço (t mil)	5.541	6.220	-10,9%	6.881
<i>Mercado Interno</i>	83%	87%	-4 pp	73%
<i>Mercado Externo</i>	17%	13%	4 pp	27%
Vendas de minério (t mil)	5.623	6.755	-16,8%	6.115

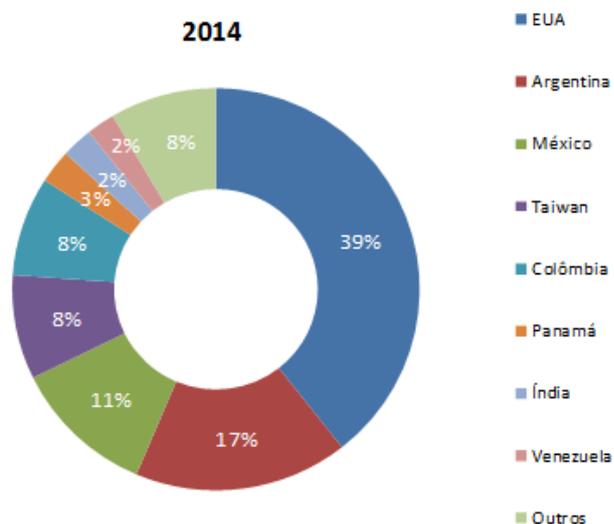
Em 2014, as vendas físicas de produtos siderúrgicos realizadas pela unidade de Siderurgia foram 11% inferior ao volume vendido em 2013. O *mix* de destino das vendas foi de 83% no mercado interno representando uma redução de 15,4%, na comparação com o ano anterior, em função da fraca demanda enfrentada no mercado interno. As exportações cresceram 19,1% compensando parcialmente a queda da demanda do mercado interno. Na unidade de Mineração, o volume total de vendas registrado foi 16,8% menor quando comparado ao de 2013.

Destacamos o volume de vendas da Siderurgia em 2014:

Detalhamento das Vendas Físicas da Siderurgia por Produto

Mil toneladas	2014		2013		2012		Var. 2014/2013
VENDAS FÍSICAS TOTAIS	5.541	100%	6.220	100%	6.881	100%	-11%
Chapas Grossas	1.217	22%	1.278	21%	1.460	21%	-5%
Laminados a Quente	1.863	34%	2.165	35%	2.074	30%	-14%
Laminados a Frio	1.309	24%	1.462	24%	1.483	22%	-10%
Eletro galvanizados	108	2%	122	1%	142	2%	-11%
Galvanizados Imersão a Quente	770	14%	788	13%	709	10%	-2%
Produtos Processados	56	1%	137	2%	169	2%	-59%
Placas	218	4%	268	4%	844	12%	-19%

Os principais destinos das exportações em 2014 foram:



ii. Preços de vendas

A despeito da acirrada concorrência entre as usinas locais e do adverso ambiente de negócios da siderurgia mundial, o preço de venda médio dos produtos siderúrgicos mostraram variação positiva em 2014. A receita líquida por tonelada foi superior em 8,7% na comparação com o ano anterior, em função do menor volume de venda para o mercado interno em 15,4%, parcialmente compensado pelo maior preço médio em 8,6% no mercado doméstico e melhor mix de produtos em ambos os mercados.

A estabilidade da moeda brasileira na maior parte do ano, fez com que o diferencial de preços entre o aço doméstico e o importado internado no Brasil alcançasse patamares mais atrativos às importações.

Para a unidade de Mineração, no ano de 2014, a receita líquida por tonelada foi 21,5% inferior ao ano de 2013, em função da queda do preço médio de minério de ferro no mercado internacional. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$134,7/t em 2013 para US\$103,6/t em 2014. Tais efeitos foram parcialmente compensados pelo impacto da valorização do Dólar médio em 9,0% na comparação entre os anos. Em 2013, comparando com 2012, houve aumento de 14,6%, impactada pela variação cambial, influente na formação do preço de mercado do minério de ferro.

No ano de 2013 os preços de venda dos produtos siderúrgicos mostraram variação positiva decorrente da acirrada concorrência entre as usinas locais e do adverso ambiente de negócios da siderurgia mundial. A receita líquida por tonelada foi positivamente afetada pela maior participação das vendas ao mercado interno e por um melhor mix de produtos vendidos com maior participação de laminados e galvanizados. Adicionalmente, a desvalorização da moeda brasileira fez com que o diferencial de preços entre o aço doméstico e o importado internado no Brasil permanecesse em patamares menos atrativos às importações. O valor médio por tonelada vendida aumentou em 9,6% que inclui as vendas dos mercados local e exportação.

Os preços de venda dos produtos siderúrgicos comercializados pela unidade de Siderurgia foram, ao longo do ano de 2012, afetados pela acirrada concorrência entre as usinas locais. Apesar da desvalorização da moeda brasileira, o volume de aço importado pelo Brasil manteve-se elevado, pressionando negativamente os preços domésticos. A implementação de medidas de defesa comercial com o aumento do imposto de importação para itens das linhas de chapas grossas e laminados a quente somente ocorreu em outubro de 2012, tendo o seu impacto limitado no ano de 2012. A receita líquida por tonelada de produtos siderúrgicos em 2012 foi inferior em 4,86%, afetados pela maior participação das vendas do mercado externo e a concorrência local comentada.

c) Impactos da inflação, da variação de preços, dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Variações no custo das vendas

Para a unidade de Siderurgia o custo de vendas da Companhia totalizou R\$10,1 bilhões em 2014, 4,7% inferior ao de 2013. O CPV por tonelada em 2014 foi maior em 7,0% quando comparado ao de 2013. Houve impacto da inflação de 6,4%, medida pelo IPCA, que afetou os custos em Reais, dentre eles, principalmente, mão de obra e serviços terceiros, energia e despesas gerais, e da desvalorização cambial de 16,0% (14,6% em 2013 e 8,9% em 2012), que impactou os custos atrelados ao Dólar, parcialmente compensado pela redução nos custos com minério de ferro e carvão, principais matérias primas utilizadas no processo de produção.

Os gastos fixos com mão de obra representam, aproximadamente, 11% do custo de vendas da Companhia e segue a evolução dos acordos salariais das categorias e que acompanham a variação do INPC.

Os gastos com energia elétrica e utilidades representam 10% do custo de venda da Companhia. A energia elétrica conta com contratos específicos que asseguram o fornecimento e cujos preços são ajustados pelo índice de variação de preços IGP-M ou pelo IPCA, conforme cada contrato.

Os demais custos são influenciados pela inflação local.

Câmbio

Adicionalmente ao comentado no item anterior, as Empresas Usiminas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos e em menor escala, ao iene e ao euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. A política financeira das Empresas Usiminas destaca que as operações de derivativos têm como objetivos reduzir seus custos, diminuir a volatilidade no fluxo de caixa, reduzir a exposição cambial e evitar o descasamento entre moedas. Como medida protetiva de redução dos efeitos da variação cambial, a Administração tem adotado como política efetuar operações de *swap* e *Non Deliverable Forwards* (NDF) e, adicionalmente, ter seus ativos vinculados à correção cambial, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ativos em moeda estrangeira			
Caixa e equivalentes de caixa	432.188	95.977	173.209
Títulos e valores mobiliários	741.779	833.558	1.528.421
Contas a receber	432.995	311.061	298.815
Adiantamentos a fornecedores	12.183	8.460	3.421
	<u>1.619.145</u>	<u>1.249.056</u>	<u>2.003.866</u>
Passivos em moeda estrangeira			
Empréstimos e financiamentos	(2.436.521)	(2.364.859)	(3.653.781)
Fornecedores, empreiteiros e fretes	(483.388)	(614.622)	(762.571)
Adiantamento de clientes	(140.222)	(8.243)	(44.724)
Demais contas a pagar	(8.025)	(288.416)	10.324
	<u>(3.068.156)</u>	<u>(3.276.140)</u>	<u>(4.450.752)</u>
Exposição líquida	<u>(1.449.011)</u>	<u>(2.027.084)</u>	<u>(2.446.886)</u>

Em 2014 e 2013, a variação cambial sobre a posição líquida passiva da Companhia gerou uma perda de R\$ 105 milhões e R\$ 240 milhões respectivamente, em 2012 representou um ganho R\$ 177 milhões.

Taxa de juros

Durante os anos de 2014, 2013 e 2012, os empréstimos e financiamentos das Empresas Usiminas, a taxas variáveis, eram denominados em reais, dólar dos Estados Unidos, ienes e euros.

As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos podem ser demonstradas

conforme a seguir:

Em reais mil	Consolidado					
	31/12/2014	%	31/12/2013	%	31/12/2012	%
Pré-fixada	2.006.717	26	701.984	10	1.497.058	19
TJLP	603.231	8	836.348	12	959.700	12
Libor	1.260.972	17	1.464.803	21	2.343.751	29
CDI	2.480.975	32	2.526.983	37	2.947.977	37
Outras	213.096	3	271.418	4	(8.396)	
	6.564.991	86	5.801.536	84	7.740.090	97
Debêntures						
CDI	1.048.641	14	1.039.445	16	257.664	3
	7.613.632	100	6.840.981	100	7.997.754	100

Em 2014, 2013 e 2012, os juros reais sobre empréstimos e financiamentos da Companhia, impactaram seus resultados negativamente no montante de R\$218 milhões, R\$ 237 milhões e R\$246 milhões respectivamente.

Impactos no resultado financeiro

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Efeitos monetários ativos, basicamente sobre aplicações financeiras corrigidas com base na variação do CDI	116.309	119.463	134.408
Correção monetária dos depósitos judiciais	22.177	35.433	40.651
Efeitos monetários passivos, principalmente sobre empréstimos e financiamentos indexados pelo CDI e TJLP	(258.520)	(228.769)	(249.026)
Ganhos e perdas cambiais, líquidos, decorrentes de ativos e passivos indexados em moeda estrangeira (empréstimos e financiamentos, fornecedores, aplicações financeiras e clientes)	(193.118)	(240.566)	(176.534)

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham causar nas demonstrações financeiras do emissor e seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia está composta por 4 unidades de negócio: Mineração, Siderurgia, Transformação do aço e Bens de Capital.

No exercício social de 2012 não houve alteração nos segmentos operacionais descritos. Em 2013 a Companhia alienou sua participação na controlada Automotiva Usiminas (vide item b abaixo) que era integrante da unidade de negócio de Transformação do Aço. Em 2014, a Companhia decidiu encerrar as atividades da controlada Fasal Trading Brasil.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

i. Alienação da Automotiva.

Em 14 de junho de 2013, a Companhia firmou contrato com a Aethra Sistemas Automotivos S.A. ("Aethra") que previa a transferência da totalidade da sua participação acionária no capital social

da Automotiva Usiminas S.A.

Em 20 de dezembro de 2013, após o cumprimento das condições previstas no Contrato, foi concluída a operação de alienação, pela qual a Companhia recebeu o montante de R\$139.501 mil e reconheceu um saldo a receber de R\$15.994 mil.

O Contrato previa ainda que o valor negociado poderia ser ajustado com base na variação do capital de giro entre o balanço da Automotiva Usiminas de março de 2013 e o de fechamento, apurado em novembro de 2013. Depois de concluída esta etapa da operação, em janeiro/2014 a Aethra pagou a Companhia o montante de R\$16.486 mil.

ii. Incorporação da Mineração Ouro Negro.

Em 28 de setembro de 2012, Mineração Ouro Negro foi incorporada pela Mineração Usiminas com o objetivo de facilitar a operacionalização dos ativos, simplificando a estrutura organizacional da Companhia e proporcionando uma redução dos custos da sua estrutura societária.

c) Eventos ou operações não usuais

i. Aumento de capital na Mineração Usiminas.

Em 26 de setembro de 2013, foi concluído o aporte de capital na Mineração Usiminas S.A.. Na operação, a Companhia promoveu aumento de capital mediante transferência do terreno de sua propriedade em Itaguaí – RJ, no valor de R\$ 245.583 mil, e as acionistas Serra Azul Iron Ore LLC e Sumitomo Corporation do Brasil S.A., empresas do Grupo Sumitomo Corporation, aportaram R\$220.972 mil, sendo R\$ 350.832 mil para aumento de capital e R\$ 115.723 mil como aumento de reservas.

ii. Incorporação da Summit Empreendimentos Mineraiis Ltda.

Em 26 de outubro de 2012, a Mineração Usiminas S.A., incorporou a sua acionista Summit Empreendimentos Mineraiis Ltda., sociedade limitada, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na forma de incorporação reversa. Em decorrência dessa incorporação, ações representativas do capital social da Mineração Usiminas S.A. pertencentes à Summit Empreendimentos Mineraiis Ltda. foram atribuídas à Serra Azul Iron Ore L.L.C. e à Sumitomo Corporation do Brasil S.A., únicas quotistas da Summit Empreendimentos Mineraiis Ltda.

iii. Extinção da Usiminas Portugal.

Em 30 de novembro de 2012, a Companhia reestruturou as suas participações societárias no exterior, optando por encerrar as atividades da Usiminas Portugal, empresa localizada em Portugal. Essa empresa era controlada da Usiminas International, investimento direto da Usiminas.

iv. Extinção da Fasal Trading Corporation.

Em 03 de agosto de 2012, a Companhia reestruturou as suas participações societárias no exterior e encerrou as atividades da Fasal Trading Corporation, localizada na Flórida, nos Estados Unidos. Essa empresa era controlada da Fasal Trading Brasil, investimento direto da Usiminas.

v. Encerramento da Fasal Trading Brasil.

Em 05 de novembro de 2014, a Companhia decidiu encerrar as atividades da controlada Fasal Trading Brasil, que fazia parte da unidade de negócio de Siderurgia.

10.4 Comentários dos diretores sobre mudanças nas práticas contábeis

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Para os anos de 2014 e 2012, não houve novos pronunciamentos ou interpretações de CPC/IFRS que impactem significativamente as demonstrações financeiras da Companhia.

Para o ano de 2013, A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações que exigem a reapresentação dos valores correspondentes.

Essas incluem:

CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto

CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados

CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas

CPC 45 Divulgação de Participações em Outras Entidades

CPC 46 Mensuração do Valor Justo

CPC 26 (R1) Apresentação de Demonstrações Contábeis.

Os pronunciamentos novos ou revisados que tiveram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia, e conseqüentemente, resultaram na reapresentação dos valores correspondentes, como seguem:

(1) Negócios em conjunto e Investimento em coligada, em controlada e em empreendimentos controlados em conjunto.

A Companhia adotou, a partir do exercício de 2013, o IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitido em maio de 2011, e incluído como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". Desta forma, como o método de consolidação proporcional não é mais permitido, a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente os empreendimentos controlados em conjunto Fasal Trading Brasil, Unigal e Usiroll, bem como a controlada Mineração Usiminas deixou de consolidar proporcionalmente o seu empreendimento controlado em conjunto Modal. Conseqüentemente, a partir de 1º de janeiro de 2013, as participações na Fasal Trading Brasil (50%), Unigal (70%), Usiroll (50%) e Modal (50%) estão sendo contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. A adoção do CPC 19 (R2) não gerou impacto nas demonstrações financeiras da controladora.

(2) Benefícios a Empregados

A Companhia adotou o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, aplicável a partir de 01 de janeiro de 2013. Em decorrência da aplicação desta norma, o cálculo do custo de juros e o retorno esperado sobre os ativos dos planos de benefício definido foram alterados, e os efeitos estão refletidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. Para o exercício de 2012, os valores correspondentes foram reapresentados para refletir esses efeitos retrospectivos.

(3) Outras reapresentações

(i) Depósitos Judiciais

A Companhia reavaliou a forma de apresentação dos depósitos relacionados a processos sobre demandas judiciais provisionadas. Para 2013, a Administração decidiu manter os saldos desses depósitos classificados no ativo não circulante pelo seu valor total e não mais pelo valor líquido das demandas judiciais. O ano de 2012 foi ajustado para fins comparativos.

(ii) DFC – Demonstração do fluxo de caixa

Refere-se à movimentação da rubrica “títulos e valores mobiliários”, que foi reclassificada do grupo de “atividades operacionais” para o grupo de “atividades de investimentos”.

(iii) DVA – Demonstração do valor adicionado

Refere-se à alteração do valor adicionado distribuído e a distribuir em decorrência da reclassificação dos impostos sobre vendas no consolidado.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em função das alterações nas normas, a Companhia reapresentou em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 2013, os saldos de 31 de dezembro de 2012 e de 1º de janeiro de 2012 demonstrando os efeitos significativos causados pelas alterações das normas, conforme a seguir:

(a) Balanço patrimonial

	Controladora					
	31/12/2012			01/01/2012		
	Saldos originais publicados	Outras reapresen- tações	Saldos reapresentados	Saldos originais publicados	Outras reapresen- tações	Saldos reapresentados
Ativo						
Circulante	5.829.216	-	5.829.216	6.415.996	-	6.415.996
Não circulante	23.837.938	130.095	23.968.033	23.822.554	112.838	23.935.392
Realizável a longo prazo	1.935.331	130.095	2.065.426	1.793.183	112.838	1.906.021
Investimento	7.780.318	-	7.780.318	8.100.465	-	8.100.465
Imobilizado	13.974.626	-	13.974.626	13.786.171	-	13.786.171
Intangível	147.663	-	147.663	142.735	-	142.735
Total do ativo	<u>29.667.154</u>	<u>130.095</u>	<u>29.797.249</u>	<u>30.238.550</u>	<u>112.838</u>	<u>30.351.388</u>
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante	4.690.077	-	4.690.077	3.405.007	-	3.405.007
Não circulante	8.368.648	130.095	8.498.743	9.549.750	112.838	9.662.588
Patrimônio líquido	<u>16.608.429</u>	<u>-</u>	<u>16.608.429</u>	<u>17.283.793</u>	<u>-</u>	<u>17.283.793</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>29.667.154</u>	<u>130.095</u>	<u>29.797.249</u>	<u>30.238.550</u>	<u>112.838</u>	<u>30.351.388</u>

Consolidado

	Controladora		
	31/12/2012		
	Saldos originais publicados	Outras reapresentações	Saldos reapresentados
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.076.755	(115.259)	1.961.496
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	121.978	115.259	237.237
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(1.321.826)	-	(1.321.826)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	10.610	-	10.610
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	887.517	-	887.517
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	363.586	-	363.586
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.251.103	-	1.251.103

	Consolidado			
	31/12/2012			
	Saldos originais publicados	Alterações do CPC 19 (R2)	Outras reapresentações	Saldos reapresentados
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	3.409.075	(217.495)	(751.826)	2.439.754
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.843.443)	186.672	751.826	(904.945)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(1.296.790)	32.267	-	(1.264.523)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	10.610	-	-	10.610
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	279.452	1.444	-	280.896
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.901.312	(58.890)	-	2.842.422
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.180.764	(57.446)	-	3.123.318

(d) Demonstração valor adicionado

	Controladora		
	31/12/2012		
	Saldos originais publicados	Outras reapresentações	Saldos reapresentados
Receitas	15.045.929	-	15.045.929
Insumos	(12.738.586)	1.934	(12.736.652)
Depreciação	(852.062)	-	(852.062)
Recebido em transferência	978.780	(103.421)	875.359
Valor adicionado a distribuir	2.434.061	(101.487)	2.332.574
Pessoal e encargos	1.119.536	-	1.119.536
Impostos	897.603	(34.506)	863.097
Remuneração de capital de terceiros	1.056.496	-	1.056.496
Remuneração de capital próprio	(639.574)	(66.981)	(706.555)
Valor adicionado distribuído	2.434.061	(101.487)	2.332.574

	Consolidado		
	31/12/2012		

	Saldos originais publicados	Alterações do CPC 19 (R2)	Outras reapresentações	Saldos reapresentados
Receitas	16.759.074	5.593	726.566	17.491.233
Insumos	(13.446.325)	(177.856)	82.955	(13.541.226)
Depreciação	(997.718)	32.608	-	(965.110)
Recebido em transferência	555.443	(5.607)	-	549.836
Valor adicionado a distribuir	2.870.474	(145.262)	809.521	3.534.733
Pessoal e encargos	1.905.353	23.291	-	1.928.644
Impostos	585.607	(83.429)	809.521	1.311.699
Remuneração de capital de terceiros	910.814	(18.143)	-	892.671
Remuneração de capital próprio	(531.300)	(66.981)	-	(598.281)
Valor adicionado distribuído	2.870.474	(145.262)	809.521	3.534.733

c) *Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor*

Não há ressalvas e ênfases no parecer do auditor.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A preparação das demonstrações contábeis requer a utilização de estimativas contábeis críticas e também do exercício de julgamento por parte da administração.

As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência passada e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, que consideramos razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, as Empresas Usiminas fazem estimativas com relação ao futuro. Por se tratar de projeções sobre resultados futuros, as estimativas contábeis resultantes poderão ser diferentes dos respectivos resultados reais que tentam estimar. As estimativas e as premissas que apresentam risco significativo, que podem causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Valor recuperável (impairment) do ágio

Anualmente, as Empresas Usiminas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio e demais ativos de longo prazo (quando observados indicadores de *impairment*), de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.13. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso e do preço de venda líquido, efetuados com base em estimativas (Nota 17).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi apurada perda de R\$2.087 referente ao ágio da coligada Metform, que faz parte do segmento operacional Siderurgia. Em 31 de dezembro de 2013, não foi apurada perda por *impairment* nos ativos (31 de dezembro de 2012 – R\$358, perda

referente ao ágio alocado na UGC Modal).

Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa descontados para a UGC Modal fosse 1% maior que as estimativas da administração, o segmento também não teria reconhecido perda por *impairment*.

Imposto de renda e contribuição social

As Empresas Usiminas estão sujeitas ao imposto de renda em diversos países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. As Empresas Usiminas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

As Empresas Usiminas reconhecem ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando-se as alíquotas em vigor. São revisados regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. As Empresas Usiminas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

As análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando uma variação provável com base em índices do mercado e deterioração de 5%, 25% e 50% sobre o cenário provável, estão demonstradas nas demonstrações financeiras.

Reconhecimento de receita

A controlada Usiminas Mecânica utiliza o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar a receita de encomendas em curso acordada a preço fixo. O uso do método POC requer que sejam estimados os serviços realizados até a data-base do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados.

Benefícios de planos de aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de aposentadoria, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de aposentadoria.

As Empresas Usiminas definem a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas que devam ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de aposentadoria. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, as Empresas Usiminas consideram as taxas de juros de títulos públicos mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de aposentadoria.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de aposentadoria se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas nas demonstrações financeiras.

A Companhia e algumas de suas controladas reconhecem um passivo relacionado com a dívida contratada para cobertura da insuficiência de reservas.

Provisões para demandas judiciais

As Empresas Usiminas são partes em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos das Empresas Usiminas. A Administração acredita que essas provisões e as contingências possíveis estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Provisões para recuperação ambiental

Como parte das suas atividades de mineração, as quais são realizadas por meio da sua controlada Mineração Usiminas S.A., a Companhia reconhece no consolidado provisão face às obrigações de reparação ambiental. Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para reabilitação e à época esperada dos referidos custos.

Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros das Empresas Usiminas e consultores externos, que são revisados anualmente. A Administração considera que a vida útil esteja adequadamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras.

Segregação de juros e variação monetária relacionada a captações de empréstimos nacionais

A Companhia efetua a segregação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos empréstimos e financiamentos e das aplicações financeiras, cujo indexador contratado é CDI e TJLP. Desta forma, a parcela referente ao IPCA é segregada dos juros sobre empréstimos e financiamentos e do rendimento de aplicações financeiras e incluída na rubrica “Efeitos monetários”, no Resultado financeiro.

Classificação do controle de investimentos

A Companhia efetua a classificação de seus investimentos nos termos previstos pelo CPC 18 (R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento controlado em Conjunto e pelo CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto e cuja aplicação está sujeita a julgamento na determinação do controle e da influência significativa dos investimentos.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

Os diretores entendem que a Companhia possui controles internos adequados e que os mesmos demonstraram historicamente ser suficientes para assegurar a elaboração de demonstrações

financeiras confiáveis. Quando identificadas eventuais imperfeições em referidos controles são estabelecidos planos para sanar as deficiências apontadas.

A auditoria interna contribui para manutenção dos níveis de governança corporativa a partir da avaliação dos riscos operacionais dos processos e aprimoramento de seus controles internos.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Para as demonstrações financeiras dos 3 últimos exercícios sociais, os auditores externos da Usiminas, durante a execução de seus trabalhos de auditoria, não identificaram recomendações ou deficiências em relação aos controles internos da Companhia que pudessem ser consideradas materiais e/ou com impactos significativos sobre as demonstrações financeiras. Quanto às outras deficiências identificadas pelos auditores externos, a Administração julgou não ser necessário nenhum comentário, em razão da não relevância das mesmas.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

A Companhia não efetuou oferta pública de valores mobiliários nos três últimos exercícios sociais.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicações divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve oferta pública de valores mobiliários nos três últimos exercícios sociais.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não houve oferta pública de valores mobiliários nos três últimos exercícios sociais.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A companhia possui os seguintes contratos de arrendamentos mercantis operacionais:

- Contrato com a Salus Empreendimentos Imobiliários S/A, no valor de R\$ 173 milhões, com saldo devedor de R\$ 33 milhões, referente à locação de locomotivas, com vencimento em 14/10/2015.

- Contrato com a MRC Logística Ferroviária DZSS-FC Ltda, no valor de R\$ 29 milhões, com saldo devedor de R\$ 11 milhões, referente à locação de vagões plataformas, com vencimento em 01/03/2017.

- A Mineração Usiminas S.A (MUSA) possui contrato vigente junto à MBL – Materiais Básicos Ltda., assinado em Julho de 2011, no valor contratual estimado de US\$ 300 milhões referente ao

arrendamento de direitos minerários na região de Serra Azul, Minas Gerais. O arrendamento tem duração de 30 anos, contados a partir de 15 de Outubro de 2012, data em que o contrato de arrendamento foi autorizado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) ou até a exaustão das reservas minerais.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos e serviços

A Companhia possui os seguintes contratos operacionais relevantes para compras futuras:

Contratos de Fornecimento de Minério de Ferro

Os principais fornecedores de minério de ferro para a Usiminas Ipatinga são a VALE S/A e a Mineração Usiminas S/A – MUSA. A VALE S/A mantém com a Usiminas contratos de venda de minério de ferro e de logística de transporte do minério Usiminas pela EFVM (Estrada de Ferro Vitória-Minas) e FCA – Ferrovia Centro Atlântico.

Em Cubatão, o maior fornecedor é a Mineração Usiminas - MUSA seguida pela VALE S/A e Vetria.

O montante que somam os contratos em vigência é de aproximadamente R\$ 1,8 bilhão por ano.

Contratos de Fornecimento de Carvão e Coque Verde de Petróleo

O carvão mineral* utilizado nas atividades de siderurgia provém apenas do exterior, devido à inexistência de carvão com as especificações ideais para a aplicação no processo siderúrgico no Brasil.

A Usiminas celebrou contratos de longo prazo e *spot* de compra de carvão importado e Coque Verde de Petróleo (CVP) nacional no ano calendário 2014, correspondente a aproximadamente 4,4 milhões de toneladas, equivalentes a 100% do volume de carvão previsto para o atendimento das atividades das duas usinas siderúrgicas (em Ipatinga e Cubatão) até dezembro de 2014. A compra de coque verde de petróleo no mercado nacional e internacional, do carvão para injeção (PCI) e o antracito estão computados nesses dados.

Dentre os principais fornecedores de carvão, antracito e coque verde de petróleo no ano de 2014, destacam-se a Alpha Coal, Patriot, Jim Walter Resources, Jellinbah e Petrobrás Distribuidora, responsáveis por aproximadamente 65% do fornecimento de carvão e CVP para a Usiminas no referido período.

Em 2014, o montante total aproximado para as compras de carvão, antracito e PCI somaram R\$ 912 milhões, e para as compras de CVP (Coque Verde de Petróleo) o valor aproximado foi de R\$ 206 milhões.

Em 2014, a Usiminas comprou 3 cargas de coque metalúrgico importado (total 140 mil toneladas) para suprir o déficit da usina de Ipatinga. O montante total aproximado para essas compras foi de R\$ 64 milhões.

* Carvão mineral = carvão para coqueria, carvão para injeção (PCI) e antracito para sinterização.

Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica

Em junho de 2007, a Companhia assinou com a CEMIG GT um contrato de fornecimento de energia elétrica para o período de 01/01/10 a 31/12/14, de cerca de 320 MW médios anuais.

No final de 2009, a Companhia iniciou a renegociação desse contrato para revisar as condições contratuais e prorrogar o prazo contratual para 10 anos (01 de Janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2019).

Em decorrência dessa renegociação, foram assinados dois novos documentos: o primeiro trata-se de um contrato com a CEMIG GT em que a Usiminas compra cerca de 320 MW médios anuais no período de 2010 a 2012, reduzindo para 120 MW médios anuais de 2013 a 2019. O segundo documento é um Termo de Cessão em que a CEMIG GT cede a Companhia parte de seu contrato de compra assinado com a Santo Antonio Energia S.A - SAESA. Por esse segundo documento, a Usiminas recebe da SAESA, a partir 2013 e até 2019, o montante de 200 MW médios anuais.

Para os anos de 2013 e 2014 também há um fornecimento de energia no volume de 20 MW médios com a empresa CPFL Energia.

Esses contratos perfazem cerca de R\$ 5,1 bilhões para o período de 01/01/2010 a 31/12/2019.

Contrato de Fornecimento de Gás com a COMGÁS

A USIMINAS e a COMGÁS celebraram em 13/05/2002 o contrato de fornecimento firme de gás natural para sua Usina de Cubatão. Esse contrato foi renovado até 31/05/2015 com a previsão de fornecimento de 312.500m³/dia de gás natural para consumo em processos e altos-fornos. O valor do contrato é de R\$ 710 milhões e em 2014 foram gastos R\$ 216 milhões.

Contrato de Fornecimento de Gás com a GASMIG

A USIMINAS e a GASMIG possuem três contratos para fornecimento de gás natural para a Usina de Ipatinga.

O contrato firme para uso em processos tem volume contratado de 377.000m³/dia. Foi celebrado em 21/09/2010 e renovado até 31/08/2017. O valor deste contrato é de R\$ 337 milhões e em 2014 foram desembolsados R\$ 105 milhões.

O contrato firme para geração termoelétrica tem volume contratado de 60.000m³/dia, podendo ser alterado de 30.000m³/dia a 150.000m³/dia a qualquer tempo, a critério exclusivo da USIMINAS. Foi celebrado em 22/12/2014 e é válido até 31/12/2015. O valor deste contrato é R\$ 19 milhões.

Além desses há o contrato interruptível para injeção em altos-fornos, quando necessário, com volume de 256.000 m³/dia. Foi celebrado em 07/12/2010 e possui renovações automáticas. No entanto, em substituição a esse contrato interruptível, a USIMINAS vem celebrando sucessivas compras de gás natural de curto prazo, diretamente da GASMIG ou através de leilões realizados pela PETROBRAS às distribuidoras, em volumes variáveis. Os valores destes contratos são de R\$ 57 milhões e em 2014 foram desembolsados R\$ 15 milhões com gás natural para uso em altos-fornos através de contratos de curto prazo.

Contrato de prestação de serviços com a MRS

A Mineração Usiminas possui contrato com a MRS Logística S.A para serviços de transporte ferroviário de minério de ferro no período de 01/01/2011 à 30/11/2026. O valor anual deste contrato é da ordem de R\$ 253 milhões.

Contrato de prestação de serviços com a LLX

A Mineração Usiminas possui contrato com a empresa Porto Sudeste do Brasil S.A referente aos serviços portuários no período de 05 (cinco) anos contados a partir do primeiro embarque a realizar. O valor anual desse contrato é da ordem de US\$ 68 milhões.

iv. Contratos de construção não terminada

A Companhia possui diversos contratos relacionados a investimentos em suas usinas e na empresa Mineração Usiminas, que somam o montante de R\$ 554 milhões.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, despesas, resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

As despesas do contrato de arrendamento operacional citado acima é apropriada ao resultado operacional da Companhia mensalmente pelo prazo do contrato.

Os custos dos contratos de fornecimentos são imputados ao resultado à medida em que são consumidos no processo de produção.

As receitas de vendas relacionadas aos contratos da Usiminas Mecânica, são imputadas ao resultado conforme a evolução de cada item construído.

b) Natureza e o propósito da operação

O propósito da Companhia em manter estes contratos é garantir os fornecimentos necessários para o processo de produção.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas, e dos direitos gerados a favor do emissor em decorrência da operação.

Conforme comentado no item 10.8.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O volume total de investimentos da Usiminas e das controladas no ano de 2014 foi de R\$1.110 milhões (R\$981 milhões em 2013), sendo:

- Usinas de Ipatinga e Cubatão: R\$964 milhões (R\$600 milhões em 2013)
- Controladas: R\$146 milhões (R\$381 milhões em 2013)

Os investimentos nas Usinas estão concentrados em adequação das coqueiras, aumento da vida útil dos altos fornos, melhoria da qualidade, redução de custos, manutenção, atualização tecnológica de equipamentos e proteção ambiental.

Os projetos de investimentos seguem seu curso normal de detalhamento de engenharia, licitações, assinatura de contratos e execução das obras, conforme cronograma estabelecido.

Os principais investimentos da Companhia são focados em Siderurgia e Mineração, conforme descritos a seguir:

Siderurgia

Os investimentos mais relevantes concluídos em 2014 foram:

Ipatinga:

Despoeiramento da área de corridas do Alto Forno #3: Adequação do sistema de despoeiramento das Áreas de Corrida do Alto Forno Nº3, composto por Filtro de Mangas, Dutos, Damper e Coifas. Início de operação em maio/2014, em cumprimento às exigências dos órgãos ambientais.

Substituição do óleo combustível pelo Gás Natural nos Fornos de reaquecimento de placas da Laminação de Tiras a Quente e individualização do Gás Natural no Alto Forno 3: Implantação de Gás Natural como complemento de mistura com os gases siderúrgicos para consumo nos queimadores nos fornos do LTQ, em substituição ao óleo combustível. Individualização da rede de Gás Natural do AF3 com instalação de nova estação recebedora e interligação da mesma com a tubulação existente. Início de operação em agosto/2014, em cumprimento às exigências dos órgãos ambientais.

Sistema de Refrigeração do Cadinho do AF03: Instalação de sistema para resfriamento da água de refrigeração do cadinho do Alto-Forno nº 3, com início de operação em abril/2014, com objeto de cumprir com os planos de prolongamento da vida útil do AF.

Grande Reparo do Regenerador 4: Reparar a parede refratária do Regenerador #4 do AF#2 da Usina de Ipatinga com o intuito de evitar o arrombamento da carcaça e/ou queda total dos tijolos refratários e dentro do plano de prolongamento da vida útil dos fornos, ou seja, evitar a falência total do regenerador, além de minimizar o risco de acidentes. Início de operação em abril/2014.

CTE2 - Inserção de GN como Combustível Alternativo: Implantação de Gás Natural como complemento de mistura com os gases siderúrgicos para consumo nas caldeiras da CRT2, em substituição ao óleo combustível. Início de operação em dezembro/2014.

Cubatão:

Troca de 21 Stave Coolers para Alto Forno #2: Substituir 21 stave coolers de ferro fundido por Coolers de cobre, com elevada taxa de transferência de calor e maior durabilidade, assegurando a preservação da carcaça e da vida útil do Alto Forno. 1ª troca de 8 stave coolers concluída em nov/2013. 2ª troca de 13 stave coolers concluída em novembro/2014.

AF2 - Substituição das Tubulações de Água Abrandada do Alto Forno: Execução das atividades de recuperação do sistema de água desmineralizada do corpo do Alto Forno 2. Início de operação em novembro/2014.

Reforma das Caldeiras 2 e 4: Reforma completa das caldeiras 2 e 4 para restabelecimento da capacidade de produção de vapor da central termoeletrica nº 1 (CTE-1) através da recuperação das condições originais de projeto das caldeiras tipo aquotubular convencional. Início de operação em junho/2014.

AF2- Troca chaminé Granulação Escória: Recomposição do sistema de exaustão de vapores de granulação de escória do AF2 de Cubatão a fim de eliminar danos nas estruturas do forno causados pelo vapor de água com componentes de enxofre. Início de operação em novembro/2014.

Os principais investimentos em andamento são:

Ipatinga

Reconstrução da Coqueria nº 2: Restabelecer produção de gás (COG) e coque da Coqueria 2 para 1.100.000 t/ano e reduzir a emissão de particulados, gases e matérias voláteis para a atmosfera. A Bateria nº 3, com capacidade para 550.000t/ano, encontra-se parada para reforma desde 18/10/2010 e tem retorno de operação previsto para o 1º semestre de 2015.

Alto Forno 3 - Substituição de 28 Staves nos níveis B3 e S1: Aquisição e troca de 28 stave coolers sendo, 17(dezessete) do nível B3 e 11(onze) do nível S1, visando: Recomposição do sistema de refrigeração da carcaça; Manutenção da segurança e integridade física dos trabalhadores de área do AF3; Manutenção da estabilidade térmica do AF3 e controle operacional. Previsão de início de operação no 1º semestre de 2016.

Reparo do Topo da Coqueria 3: Reparo do topo da Coqueria 3 para garantir padrões seguros de operação, evitando a redução drástica da vida útil dos fornos da Coqueria 3, devido ao aumento descontrolado da expansão dos fornos. Previsão de início de operação no 1º semestre de 2015.

Substituição da Ponte Rolante L8: Lingotamento Contínuo da Aciaria 2: Substituição da ponte rolante de manuseio de panelas aço líquido na Aciaria 2 de carregamento das máquinas de lingotamento contínuo que encontra-se atualmente com alto grau de obsolescência eletromecânica, trincas na estrutura da base do redutor do içamento principal e trinca na viga principal. A nova ponte terá capacidade de 260 t. Previsão de início de operação no 1º semestre de 2016.

AF2 - Grande Reparo do Precipitador Eletrostático Nº 1: Realização de modernização e grande reparo eletro-mecânico do PE-1, englobando desde a troca completa da carcaça, placas, suportes, eletrodos, bleeders, tampas de visita, bicos de lavagem etc. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2015.

Aciaria 02 - Instalação de Portão Frontal nos Convertedores 4 e 5: Projeto, fabricação e instalação de portões frontais aos convertedores 4 e 5, visando maior segurança e melhor eficiência do despoeiramento. Previsão de início de operação no 2ºSemestre de 2015.

Convertedor 5 - Troca da carcaça e refrigeração do anel: Substituição da carcaça do Convertedor 5 e instalação de sistema de refrigeração a ar para o anel visando Continuidade operacional da Aciaria; Manutenção da capacidade produtiva; Segurança das pessoas; Aumento da vida útil com a instalação do sistema de refrigeração a ar para o anel. Previsão de início de operação no 1º semestre de 2016.

Revamp do PE da Escarfagem: Efetuar o REVAMP do sistema de precipitação eletrostática das máquinas de escarfagem da Usina de Ipatinga visando a continuidade do processo de escarfagem, a segurança da mão de obra executante dos serviços de manutenção e a redução das emissões de material particulado provenientes do precipitador eletrostático. O equipamento atual encontra-se em fase final de vida útil, inviabilizando as manutenções devido ao alto custo associado a grandes riscos de acidentes. Previsão de início de operação no 1º Semestre de 2015.

LTQ - Substituição do Medidor de Espessura e Perfil da Saída do Trem Acabador: Novo medidor de espessura e perfil a raio-x fixo e móvel garantindo a continuidade operacional da LTQ proporcionando uma melhoria no controle do processo. Previsão de início de operação no 1º Semestre de 2016.

Cubatão:

Adequação do Pátio de Beneficiamento de escória de aciaria: Adequação das instalações do Pátio de Beneficiamento de escória de aciaria e implantação de um Pátio de Cura de escória em atendimento às exigências técnicas constantes da Licença de Operação. Previsão de início de operação no 1º semestre de 2016.

Reconstrução Estrutural dos Pátios de Matérias-primas e Sinterizações 2 e 3: Reconstrução estrutural e equipamentos dos Pátios de Minério, da Sinter 2 e da Sinter 3 através da estabilização de estruturas e equipamentos, dos sistemas auxiliares e dos sistemas de abastecimento. Início de operação em janeiro/2015.

AF1: Individualização do despoeiramento da casa de silos: Este projeto tem como objetivo tornar independentes as captações de pó nas áreas através da instalação de sistemas de despoeiramento secundários específicos para as seguintes áreas: a) Peneiramento de Sinter Norte, b) Duas descargas laterais da correia transportadora de sinter e o balanceamento do sistema. Previsão de início de operação no 2º Semestre de 2016.

Sinterização 3: Individualização dos sistemas de despoeiramento secundário: Este projeto tem como objetivo tornar independentes as captações de pó das áreas dos a) Peneiramentos a Frio, b) Casa de Silos e c) Máquina de Sinter (alimentação, descarga e alguns pontos próximos) através da instalação de sistemas de despoeiramento secundários específicos para as duas primeiras (itens a e b) e balanceamento de toda a rede. Previsão de início de operação no 1º Semestre de 2016.

Sinterização 2: Otimização do Sistema de Despoeiramento Secundário: Este projeto tem como objetivo otimizar o sistema de despoeiramento secundário da Sinterização 2. Para isso será necessário recuperar e modificar parte das tubulações, executar o rebalanceamento de toda a rede e tornar independentes dos três sistemas já existentes as captações de pó das seguintes áreas: a) Britador a Frio, b) Calha de descarga do retorno dos finos de sinter, localizados na casa de silos de matérias primas. Enquanto os pontos de captação na região do britador serão atendidos por um novo filtro de mangas, os outros dois serão ventilados por um bin vent cada um. Previsão de início de operação no 2º Semestre de 2016.

Utilidades - Implantação do Novo Gasômetro de COG de 22.500 m³: Construção de um novo gasômetro de COG com capacidade de 22.500 m³ a ser construído utilizando a base do gasômetro de 20.000 m³ existente. Para esta condição será necessário a demolição do gasômetro de 20.000 m³ existente. Previsão de início de operação no 2º Semestre de 2016.

Logística Interna Planta Cubatão: Adequação das instalações da Usina de Cubatão para manuseio e estocagem de bobinas com dimensões até 2050mm de largura, 2100mm de diâmetro externo e 35 ton de peso máximo. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2015, com entregas parciais até o final do ano.

AF2: Individualização do sistema de despoeiramento da casa de transferência J10: Este projeto tem como objetivo melhorar a eficiência do despoeiramento da Casa de Silos do Alto Forno 2, de forma a atender às exigências legais pertinentes. Para isso, as captações da Casa de transferências "J10" passarão a ser atendidas por um novo filtro de mangas, que será instalado na área do Pátio de Minérios. Previsão de início de operação no 2º Semestre de 2016.

Dragagem dos Pontos Críticos "A" e "B" do Canal de Piaçaguera: Remoção dos sedimentos caracterizados como não contaminados depositados no fundo do canal de Piaçaguera, que dá acesso aos terminais do Porto da Usiminas em Cubatão/SP, para minimizar os riscos a navegação. Previsão de início de operação no 2º Semestre de 2015.

Reparo de Soleira da Coqueria 1 e Sub-soleira da Coqueria 2: Reparo em 16 canais de regeneradores e subsoleiras, substituição de 16 soleiras refratárias de fornos e substituição de 16 jamb's. O objetivo principal é evitar a redução drástica da vida útil dos fornos da Coqueria 1 e 2, devido a evolução de degradação, principalmente dos canais de regeneradores e subsoleiras. Início de operação em janeiro de 2015.

AVCB Santos: Adequação das instalações necessárias para a certificação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de São Paulo nas áreas da Usina de Cubatão localizadas dentro do município de Santos/SP, conforme indicado no Decreto Estadual nº 46.076, de 31 de agosto de 2001. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2015.

AF2 - Reparo Estrutural do Prédio de Granulação de Escória: Executar serviços de reforços e reconstituição estrutural do edifício de escória do AF2 da Usina de Cubatão. Previsão de início de operação no 2º Semestre de 2016.

Conversor 6 - Substituição da Carcaça: Substituição da carcaça do Conversor 6 visando: Continuidade operacional da Aciaria; Manutenção da capacidade produtiva e Segurança das pessoas. Previsão de início de operação no 2º Semestre de 2015.

Coqueiras 1 e 2 - Substituição de tubulações e limpeza do sistema de queima de COG: Este projeto inclui a substituição das tubulações e válvulas do sistema de gás combustível alternativo que abastece as Baterias 1, 2, 3, 4 e 5 e o desentupimento dos sistemas de queima das mesmas. Previsão de início de operação no 2º Semestre de 2015.

Troca de trafos ascarel da Usina de Cubatão (1ª Etapa): Substituição e destinação de 80 transformadores PCB (Ascarel) na Usina de Cubatão, 1º lote, em atendimento a compromisso firmado com a CETESB e Ministério Público (TAC) e à Lei Estadual 12288 (SP). Previsão de início de operação no 1º semestre de 2015.

Troca de trafos ascarel da Usina de Cubatão (2ª Etapa): Substituição e destinação de 80 transformadores PCB (Ascarel) na Usina de Cubatão, 2º lote, em atendimento a compromisso firmado com a CETESB e Ministério Público (TAC) e à Lei Estadual 12288(SP). Previsão de início de operação no 1º semestre de 2016.

Os investimentos futuros nas Usinas de Ipatinga e Cubatão são:

Grandes Reparos e Melhorias nas Coqueiras da usina de Cubatão;

Adequação das instalações das Usinas para atender às normas ambientais;

Implantação de sistemas de automação e de gestão industrial (projetos de produtividade);

Projetos de Sustaining das Usinas de Ipatinga e Cubatão;

Plano de Melhorias, Grandes Reparos e Reformas na área dos Altos Fornos (Ipatinga e Cubatão) visando o prolongamento da vida útil dos fornos.

Mineração

No ano de 2014 foi iniciada a operação da ITM Flotação, instalação de tratamento de minério, integrante ao Projeto Friáveis da Mineração Usiminas, que permitirá a recuperação de Pellet Feed a partir dos finos naturais, recuperação de finos de barragens e recuperação de rejeitos grossos das ITMs existentes.

Projetos de infra-estrutura: projetos de alteamento de barragens e projetos associados à logística de escoamento, com o objetivo adequar a operação atual aos novos níveis de produção previstos com o início de operação das novas plantas do Projeto Friáveis.

Projeto Compactos: desenvolvimento da engenharia conceitual de projeto que permita o aproveitamento da reserva de minérios designados “minérios compactos”. A ação prevista para o ano de 2015 é a consolidação da engenharia básica com o intuito de adequação diante do novo cenário do mercado mundial de minério de ferro.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Usiminas tem como política diversificar as suas fontes de captação e contratar financiamentos de longo prazo para suprir suas necessidades e de suas empresas controladas. A Administração da Companhia adota uma posição conservadora de captação de recursos, contratando os empréstimos e financiamentos com antecedência em relação aos investimentos previstos para os anos seguintes. Dentre as principais fontes de financiamento, destacam-se as operações com os bancos privados e bancos públicos, mercado de capitais, e agências de fomento à exportação. Os principais financiadores da Companhia são o Banco do Brasil, o banco japonês JBIC e o BNDES. As principais fontes de financiamento estão demonstradas no item 10.1 (e).

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia constantemente avalia a adequação estratégica dos seus ativos.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano de 2014 não houve aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos relevantes que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da companhia.

c) Novos produtos e serviços

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Desenvolvimento de aços de alta resistência para o setor automotivo, incluindo aços laminados a frio e aços revestidos, juntamente com o desenvolvimento de sua engenharia de aplicação. Desenvolvimento de aços para a construção naval e de plataformas *offshore* e sua engenharia de aplicação. Desenvolvimento de aços especiais para tubos de grande diâmetro para gasodutos e oleodutos. Apoio ao Desenvolvimento industrial de aços para fins balísticos. Desenvolvimento da engenharia de aplicação de aços para o setor da construção civil. Desenvolvimento de aços revestidos com ligas de zinco com características melhoradas de resistência à corrosão atmosférica. Desenvolvimento de aço com revestimento metálico especial para conformação a quente, juntamente com sua engenharia de aplicação. Desenvolvimento de novos produtos galvanizados a quente. Desenvolvimento de novos métodos e técnicas experimentais visando suporte tanto ao desenvolvimento de novos produtos quanto à sua aplicação pelos clientes.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2014, a Companhia gastou aproximadamente R\$ 7,5 milhões com as atividades de pesquisa relacionadas acima.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

A Usiminas consolidou o seu processo de desenvolvimento de produtos, estabelecendo uma coordenação central para os projetos, que permitiu uma importante expansão da carteira de

projetos e uma significativa redução no tempo de lançamento de um novo produto. Com a nova sistemática, foi incluída a participação da direção nas etapas de avaliação e seleção de projetos, estabelecendo um alinhamento com as estratégias da Companhia, e foram criados mecanismos para aumento do grau de interação com os clientes alvo, permitindo um melhor atendimento às suas necessidades.

Em 2014 foi registrado um aumento de 22% na quantidade comercializada de novos aços, relativamente ao registrado em 2013. Esse resultado reflete o acerto da estratégia da Usiminas de buscar o desenvolvimento de novos produtos para atendimento a um mercado cada vez mais exigente, particularmente de aços de alta e ultra-alta resistência mecânica, utilizando as novas linhas - Resfriamento Acelerado, Laminador de Tiras a Quente e Galvanização por Imersão a Quente (HDG). Essas linhas, que representam os investimentos mais relevantes realizados nos últimos anos, colocaram a Empresa no estado da arte na fabricação desses aços, contribuindo para a redução da necessidade de importação desses materiais de maior conteúdo tecnológico.

No caso de chapas grossas produzidas via Resfriamento Acelerado, destaca-se o início do fornecimento do aço API X65 para aplicação *sour service*, em gasodutos *offshore* do Pré-Sal. Com o desenvolvimento desse aço, lançado no mercado em 2014, a Usiminas entrou para o seleto grupo de siderúrgicas no mundo que apresenta capacitação para o fornecimento de aços resistentes ao ambiente ácido, visando à fabricação de tubos de grande diâmetro para aplicação em condições rigorosas de águas profundas. Além disso, ressalta-se o fornecimento do aço estrutural para aplicação em condições de alta pressão, da qualidade P355M, também lançada em 2014, para a fabricação dos condutos forçados da Usina de Belo Monte.

Quanto aos produtos tiras a quente, destaca-se o fornecimento de bobinas de aço API X70, fabricadas no novo Laminador de Tiras a Quente, instalado na Usiminas em Cubatão, um dos mais modernos do mundo, visando à produção de tubos ERW para o Projeto GNEA (Gasoducto del Noreste Argentino), que permitirá o transporte de maiores volumes de gás da Bolívia para a Argentina. Ainda utilizando o novo Laminador, está em fase final de desenvolvimento o aço *Complex Phase*, da classe até 800MPa de limite de resistência, para a indústria automotiva. Destaca-se, também, a homologação em 2014, principalmente pela indústria automobilística, de uma série de produtos da nova linha de Decapagem, instalada na planta de Cubatão, que permitiu a ampliação da oferta e do mix dimensional da Usiminas de material a quente decapado, com espessuras entre 1,5 e 6,5mm e larguras entre 600 e 1.800mm.

Relativamente aos produtos tiras a frio, com e sem revestimento, a Usiminas também tem focado o desenvolvimento de aços de maior resistência mecânica, especialmente para atender aos setores automotivo e de autopeças. Em 2014, foi consolidado o fornecimento do aço Dual Phase 1000 galvanizado a quente, produzido na nova linha de Galvanização por Imersão a Quente, e do aço TRIP 800 eletro galvanizado. Esses aços apresentam boas características de conformação e de absorção de energia ao impacto, no caso de colisão, e estão homologados por importantes montadoras para aplicação em peças de segurança. Destaca-se, ainda, o desenvolvimento do aço HSLA500 galvanizado, amplamente utilizado na fabricação veículos e, também, em silos de armazenagem. Complementarmente, para atender ao mesmo tempo aos critérios de alta resistência mecânica e de excelente conformabilidade, para aplicação na fabricação de peças de formas mais complexas, encontram-se em fase final de desenvolvimento o aço para conformação a quente, com revestimento Zn-Fe, e o aço Dual Phase 1000 com característica de expansão de furo.

10.11. Fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional, e que não foram identificados ou comentados nos demais itens.

Não há.

Formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP
Arquivado na CVM em 18/02/2015 e rerepresentado em
04/03/2015

ANEXO 9-1-II**DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em atendimento à Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS descreve, a seguir, as informações requeridas no Anexo 9-1-II da mencionada Instrução.

1. Lucro líquido do exercício.
2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.
3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído.
4. Montante global e o valor por ação dos dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.
5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:
 - a) Valor bruto do dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe;
 - b) A forma e prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio;
 - d) Data da declaração de pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.
7. Tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:
 - a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores;
 - b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	129.552	(141.678)	(706.555)	233.077
Constituição da reserva legal (5%)	(6.478)			(11.653)
Base de cálculo dos dividendos	<u>123.074</u>			<u>221.424</u>
Juros s/ capital próprio a pagar				
Valor global				81.577
Valor por ação ON				R\$,078769
Valor por ação PN				R\$,086646
Data de declaração de pagamento aos acionistas				06/03/2012
Data de início do pagamento				26/04/2012
Dividendos a pagar				
Valor global	30.769			
Valor por ação ON	R\$,029698			
Valor por ação PN	R\$,032668			
Data de declaração de pagamento aos acionistas (AGO)	28/04/2015			
Data de início do pagamento	<u>26/06/2015</u>			
Total	<u>30.769</u>			<u>81.577</u>
Lucro líquido do exercício / total de ações ON (- Em tesouraria)	R\$,0,0003			R\$,0,4636
Lucro líquido do exercício / total de ações PN (- Em tesouraria)	R\$,0,0003			R\$,0,4811
Porcentagem sobre a base de cálculo dos dividendos em relação ao lucro líquido do exercício	25%			35%

Forma e prazo de pagamento

Os acionistas que mantêm domicílio bancário no Bradesco ou outros bancos, que comunicaram essa condição, possibilitam que os seus créditos sejam lançados automaticamente no primeiro dia do pagamento e recebem o aviso de crédito. Os demais acionistas que estiverem com endereço devidamente cadastrado e não informaram domicílio bancário para recebimento, recebem via correio o formulário AVISO PARA RECEBIMENTO - PROVENTOS DE AÇÕES ESCRITURAIAS, devendo, para o recebimento, apresentarem-se na Agência Bradesco de sua preferência, munidos, além do formulário, de documento de identidade e CPF - Cadastro de Pessoa Física. Caso o acionista não receba o AVISO DE CRÉDITO ou AVISO PARA RECEBIMENTO, deverá dirigir-se a uma agência Bradesco para receber o crédito e atualizar seus dados cadastrais.

8. Destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado à reserva legal;

	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	129.552	(141.678)	(706.555)	233.077
Constituição da reserva legal (5%)	<u>(6.478)</u>	<u> </u>	<u> </u>	<u>(11.653)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>123.074</u>	<u> </u>	<u> </u>	<u>221.424</u>

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social.

10. Dividendo obrigatório.

a) Forma de cálculo prevista no estatuto;

Aos acionistas, é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da lei societária. Os titulares de ações preferenciais recebem dividendos 10% maiores do que os dividendos destinados às ações ordinárias. Adicionalmente, o valor calculado poderá, a critério da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme o caso, ser pago por conta do lucro que serviu de base para o seu cálculo ou de reservas de lucros preexistentes. A constituição de reservas não poderá prejudicar o direito dos acionistas em receber o pagamento do dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício.

b) Informação sobre o pagamento integral;

Em 31 de dezembro de 2014, os dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após aprovação na AGO de 28 de abril de 2015, serão pagos em 26 de junho de 2015.

14. Destinação do resultado para reservas estatutárias.

a) descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva;

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, CAPÍTULO VI, art. 24, parágrafo 3º, as cláusulas estatutárias determinam:

“O Conselho de Administração poderá propor, e a Assembléia deliberar, deduzir do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal, uma parcela em montante não superior a 50% (cinquenta por cento) para a constituição de uma Reserva para Investimentos e Capital de Giro, que obedecerá aos seguintes princípios: **a)** sua constituição não prejudicará o direito dos acionistas em receber o pagamento do dividendo obrigatório previsto no parágrafo 4º, infra; **b)** seu saldo não poderá ultrapassar a 95% do capital social; **c)** a reserva tem por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente, ou acréscimos do capital de giro, inclusive através de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado: **i)** na absorção de prejuízos, sempre que necessário; **ii)** na distribuição de dividendos, a qualquer momento; **iii)** nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei; **iv)** na incorporação ao Capital Social, inclusive mediante bonificações em ações novas. “

b) Identificar o montante destinado à reserva:

- (i) Pela destinação de 50% do lucro líquido do exercício ajustado pela reserva legal, conforme previsto no estatuto da Companhia. A reserva de investimentos e capital de giro não poderá ultrapassar 95% do capital social, e seu saldo, poderá ser utilizado na absorção de prejuízos, distribuição de dividendos, resgates, reembolso ou compra de ações ou, ainda, capitalizado. Em 31 de dezembro de 2014, o valor destinado à constituição dessa reserva foi de R\$61.537.
- (ii) Pela destinação do montante de R\$30.769, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com base em orçamento de capital aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de fevereiro de 2015.

c) Cálculo do montante destinado para reserva

	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	129.552	(141.678)	(706.555)	233.077
Constituição da reserva legal (5%)	(6.478)			(11.653)
Base de cálculo para cálculo da reserva	123.074			221.424
Juros sobre capital próprio				
Juros sobre capital próprio propostos a pagar	(30.769)			(81.577)
	(30.769)			(81.577)
Reserva para investimento e Capital de Giro:				
Reserva Estatutária (50% da base de cálculo legal)	(61.537)			(110.711)
Orçamento de Capital (artigo 196 - Lei 6.404)	(30.769)			(51.466)
	(92.306)			(162.177)
Outras destinações				
Dividendos prescritos	258			509
Ganho atuarial com benefícios de aposentadoria	(19)			
Alienação de ações em tesouraria	223			
Plano de opção de ações	8.730			
Realização do ajuste do IAS 29 no ativo imobilizado	23.930			21.821
	33.122			22.330

15. Retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a) Identificação do montante destinado à reserva;
- b) Natureza da destinação.

ORÇAMENTO DE CAPITAL DE 2015	
	<u>Em milhares de Reais</u>
Coqueria 2 - Ipatinga	138.000
Pátio de Escória - Cubatão	88.000
Dragagem do Canal Piaçaguera	34.000
Sustaining (*)	325.000
Outros projetos industriais	237.000
Projetos de TI / P&D / RH / Outros	78.000
Investimento em ativo fixo	900.000
Fontes	
Recursos Próprios	630.000
Empréstimos e Financiamentos	270.000

(*) Investimento para a manutenção da capacidade produtiva

As demais informações requeridas no Anexo 9-1-II e não descritas nesse documento, referentes aos itens 6, 9, 11, 12, 13 e 16 do Anexo, não se aplicam à Companhia em 31 de dezembro de 2014.

Parecer do comitê de auditoria

Extrato da Ata da Reunião do Comitê de Auditoria da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A - USIMINAS, realizada na sede da Companhia na Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3011, na cidade de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, no dia 11 de fevereiro de 2015, às 10:00 horas.

Presenças: Takaaki Hirose – Coordenador do Comitê. Demais membros: Paulo Penido Pinto Marques, Claudio Gabriel Gugliuzza, Horacio Auterio.

Estiveram também presentes os senhores Renato Bretas Ferreira, Ricardo Soares e Julio Mendez Arroyo, representantes da Auditoria Interna da Usiminas; Tatsuya Miyahara, Ryoji Onodera e Eyla Miyuki Kinjyo como assessores do Coordenador; Tomas Menezes e Rogério Magalhães, como representantes dos Auditores Independentes (EY); Ronald Seckelmann, Marcelo Héctor Barreiro, Adriane Vieira Albuquerque, Lucas Marinho Silva, como representantes da Vice-Presidência de Finanças da Usiminas; Guilherme Almeida Poggiali, como representante do Departamento Jurídico; Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca e Marcelo Gasparino da Silva, como ouvintes convidados. Bruno Lage de Araujo Paulino – Secretário.

Fica registrado que o sr. Takaaki Hirose apresentou uma manifestação por escrito acerca dos itens 1 e 4 da agenda da reunião que será anexada à respectiva ata e arquivada no livro de atas do Comitê.

Ordem do Dia:

I – (i) Estudo de Viabilidade da Recuperação do Ativo Fiscal Diferido; (ii) Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2014; (iii) Destinação do lucro líquido 2014 e orçamento de capital 2015; e, (iv) Proposta da Administração para pagamento de Dividendos e Definição da data de seu respectivo pagamento – O Comitê revisou (i) Estudo de Viabilidade da Recuperação do Ativo Fiscal Diferido; (ii) Relatório da Administração (versão atualizada - inclusão do item 6) e Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2014; (iii) Destinação do lucro líquido 2014 e orçamento de capital 2015, a ser aprovado pelo Conselho de Administração; e, (iv) Proposta da Administração para pagamento de Dividendos e Definição da data de seu respectivo pagamento (26 de junho de 2015) e recomendou sua aprovação pelo o Conselho de Administração.

Itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos
candidatos indicados pela administração ou pelos acionistas
controladores

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS
Companhia Aberta
CNPJ/MF 60.894.730/0001-05
NIRE 313.000.1360-0

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS (“Usiminas” ou “Companhia”), tendo em vista a Assembleia Geral Ordinária convocada para o dia 28 de abril de 2015, conforme Edital de Convocação divulgado em 28 de março de 2015, e consoante o disposto no art. 10 da Instrução CVM 481/09 e nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, apresenta as informações sobre os candidatos aos cargos de membros do Conselho de Fiscal indicados pelos acionistas controladores e minoritários recebidas pela Companhia até 23 de abril de 2015, as quais constam do Anexo 1 a seguir.

ANEXO 1 – INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AOS CARGOS PARA O CONSELHO FISCAL CONTIDAS NO ITEM 12.6 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

1) **Candidatos ao Conselho Fiscal indicados pelos Acionistas Controladores**

- Membros Titulares:

a. nome	Masato Ninomiya
b. idade	66 anos
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	806.096.277-91
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal
f. data de eleição	28 de abril de 2015 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	28 de abril de 2015 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Lúcio de Lima Pires
b. idade	44 anos
c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	812.099.596-15
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal
f. data de eleição	28 de abril de 2015 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	28 de abril de 2015 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Paulo Frank Coelho da Rocha
b. idade	44 anos
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	151.450.238-04
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal
f. data de eleição	28 de abril de 2015 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	28 de abril de 2015 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

- Membros Suplentes:

a. nome	Aurea Christine Tanaka
b. idade	42 anos
c. profissão	Advogada
d. CPF ou número do passaporte	181.789.838-85
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	28 de abril de 2015 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	28 de abril de 2015 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Ely Tadeu Parente da Silva
b. idade	49 anos
c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	587.729.016-91
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	28 de abril de 2015 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	28 de abril de 2015 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Mário Roberto Villanova Nogueira
b. idade	52 anos
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	112.981.928-03
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	28 de abril de 2015 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	28 de abril de 2015 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

2) **Candidatos ao Conselho Fiscal indicados pelos Acionistas Minoritários**

2.1) Indicação do acionista PREVI- Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil

- Membros Titulares:

a. nome	Hayton Jurema da Rocha
b. idade	57
c. profissão	Bancário e Economiário
d. CPF ou número do passaporte	153.667.404-44
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal
f. data de eleição	28 de abril de 2015 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	28 de abril de 2015 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

- Membros Suplentes:

a. nome	Roberto Luiz Ribeiro Berzoini
b. idade	60 anos
c. profissão	Bancário e Economiário
d. CPF ou número do passaporte	000.478.088-45
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal

f. data de eleição	28 de abril de 2015 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	28 de abril de 2015 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

2.2) Indicação do acionista Geração Futuro L. Par Fundo de Investimento em Ações pelas ações ordinárias

- Membros Titulares:

a. nome	Peter Edward Wilson
b. idade	-
c. profissão	Administrador de Empresas
d. CPF ou número do passaporte	-
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal
f. data de eleição	28 de abril de 2015 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	28 de abril de 2015 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

- Membros Suplentes:

a. nome	Guilherme Silva Roman
b. idade	-
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	005.856.599-07
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	28 de abril de 2015 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	28 de abril de 2015 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016

i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

2.3) Indicação do acionista Geração Futuro L. Par Fundo de Investimento em Ações pelas ações preferenciais

- Membros Titulares:

a. nome	Julio Sergio de Souza Cardozo
b. idade	-
c. profissão	-
d. CPF ou número do passaporte	-
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal
f. data de eleição	28 de abril de 2015 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	28 de abril de 2015 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

- Membros Suplentes:

a. nome	Wanderley Rezende de Souza
b. idade	-
c. profissão	Bancário e Economista
d. CPF ou número do passaporte	634.466.267-00
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	28 de abril de 2015 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	28 de abril de 2015 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

2.4) Indicação do acionista Tempo Capital Principal Fundo de Investimento de Ações para eleição em separado, pelos acionistas da Companhia titulares de ações preferenciais nos termos do disposto no item “a”, do parágrafo 4º do artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações

- Membros Titulares:

a. nome	Domenica Eisenstein Noronha
b. idade	-
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	090.448.297-93
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal
f. data de eleição	28 de abril de 2015 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	28 de abril de 2015 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

- Membros Suplentes:

a. nome	Mauricio Rocha Alves de Carvalho
b. idade	-
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	709.925.507-00
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	28 de abril de 2015 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
g. data da posse	28 de abril de 2015 (desde que aprovada na Assembleia Geral Ordinária)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável.

12.8. Em relação a cada um dos administradores, membros do conselho fiscal e membros do comitê de auditoria estatutário:

a) Currículos

1) Conselho Fiscal – Candidatos Indicados pelos Acionistas Controladores

- Membros Titulares:

Masato Ninomiya. Doutor e mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Tóquio, no Japão, bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Bacharel em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas da Universidade de São Paulo. Professor doutor do departamento de direito internacional da Faculdade de Direito de São Paulo e tradutor público juramentado das línguas japonesa e inglesa. Atualmente é membro do Conselho Fiscal da Companhia.

Lúcio de Lima Pires. Graduado em Ciências Contábeis pela UNA – União de Negócios e Administração, em Belo Horizonte/MG, pós-graduado em Administração Financeira e Metodologia do Ensino Superior pela UNA – União de Negócios e Administração, em Belo Horizonte/MG e em Engenharia de Produção com Ênfase em Previdência Complementar pelo Instituto Ideas - UFRJ. Exerce atualmente o cargo de Gerente Executivo de Contabilidade da Previdência Usiminas, entidade que faz parte do grupo de controle da Companhia. Atualmente é membro do Conselho Fiscal da Companhia.

Paulo Frank Coelho da Rocha. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Concluiu mestrado (LL.M.) em *Corporation* na *New York University School of Law*. Atuou como *Foreign Associate* no Escritório *Cravath, Swaine & Moore*, em Nova York. Atualmente é membro da *International Bar Association*, do *Advisory Board* do "*Working Group on Legal Opinions*" da *American Bar Association*; e da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos. É co-autor do livro "*Business Laws of Brazil*". Ocupa o cargo de sócio do escritório de advocacia Demarest e Almeida desde 2003.

- Membros Suplentes:

Aurea Christine Tanaka. Graduada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com especialização em Direito Societário, incluindo Tributário, Econômico, Direito Comercial Internacional e Resolução Alternativa de Controvérsias. Ph.D. em Direito Internacional Privado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - Departamento de Direito Internacional e Pós-doutorado, com bolsa de pesquisa da Japan Society for the Promotion of Science na Universidade de Tokyo, Graduate School of Law and Politics. Atualmente exerce a função de advogada do Escritório de Advocacia Masato Ninomiya, atuando nas áreas de Direito Internacional Privado, Resolução Alternativa de Controvérsias, Direito Comercial, Civil e Familiar. Foi Pesquisadora no Programa de Educação para o Desenvolvimento Sustentável da United Nations University Institute for the Advanced Study of Sustainability, de 2008 a 2014 e atuou como Professora Visitante Departamento de Políticas Globais da Hosei University, ensinando Governança Global e Sustentabilidade de 2013 a 2014.

Ely Tadeu Parente da Silva. Graduado em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG. Pós-graduado em Engenharia de Produção com Ênfase em Previdência Complementar pelo Instituto Ideas – UFRJ. Ocupa o cargo de Gerente de Conformidade na Previdência Usiminas, entidade que faz parte do grupo de controle da Companhia. Não ocupa cargo de administração em companhias abertas. Atualmente é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia.

Mário Roberto Villanova Nogueira. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Concluiu Pós-Graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. É professor convidado na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo e Diretor do Instituto Brasileiro de Estudos das Relações de Concorrência, de Consumo e de Comércio Internacional (IBRAC). Exerce, ainda o cargo de sócio do escritório Demarest e Almeida desde 1993. Atualmente é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia

2) Conselho Fiscal – Candidatos Indicados por Acionistas Minoritários

2.1) Indicação do acionista PREVI- Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil

- Membros Titulares:

Hayton Jurema da Rocha. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Alagoas. Possui MBA em Gestão de Negócios, pela Universidade Federal de Pernambuco e em Marketing, pela IAG/PUC-Rio. Pós-graduado no curso Governança Corporativa na FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. Foi Conselheiro de Administração ou Conselheiro Deliberativo da PREVI, CASSI ou nos fundos de pensão do Banco do Brasil. Foi NRF Especial da Secretaria Executiva do Banco do Brasil, Diretor Estatutário da CASSI – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil, além de membro do Conselho Fiscal da CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. e da WEG S.A.. Atualmente é membro do Conselho Fiscal da CELESC.

- Membros Suplentes:

Roberto Luiz Berzoini. Graduado em Engenharia Civil pelo Instituto Mauá de Tecnologia. Ocupou cargos de gerente de Engenharia, Gerente Executivo, Gerente de Divisão e Diretor do Banco do Brasil – DIALOG. Ocupou, ainda, o cargo de Conselheiro Fiscal de empresas tais como Previ, Cassi, Conselho Consultivo da Previ ou Fundos de Pensão BB. Atualmente exerce o cargo de Conselheiro Fiscal da CADAM e é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia.

2.2) Indicação do acionista Geração Futuro L. Par Fundo de Investimento em Ações pelas ações ordinárias

- Membros Titulares:

Peter Edward Wilson. Administrador de Empresas pela EAESP-FGV com Mestrado em Economia pela EESP-FGV. É Conselheiro Fiscal titular da GAFISA S.A., B2W S.A. É Certificado pelo IBGC

como Conselheiro de Administração e gestor certificado pela CVM e sócio da consultoria financeira Managrow Consultoria estratégica em finanças. Foi Controller America Latina do BNP em Nova Iorque para divisão de Banco de Investimentos e consultor da A.T Kearney Management Consulting. Foi Conselheiro Fiscal da VIVO S.A., Banco PINE e Trisul S.A. É membro do GGC – Grupo de Governança Corporativa.

– Membros Suplentes:

Guilherme Silva Roman. Advogado e associado ao IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Graduado em Comércio Exterior, com quase duas décadas de experiência jurídica junto a grandes companhias do setor de mineração, de telefonia e portuário. É Conselheiro Fiscal Suplente da USIMINAS.

2.3) Indicação do acionista Geração Futuro L. Par Fundo de Investimento em Ações pelas ações preferenciais

- Membros Titulares:

Julio Sergio de Souza Cardozo. É conselheiro de Administração Certificado pelo – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Professor de Auditoria e Controles Internos da FGV e da UERJ (Universidade do Rio de Janeiro). Recebeu o prêmio do Conselho Federal de Contabilidade, a medalha Mérito Contabilista CRC-ES, e a medalha “Joaquim Monteiro de Carvalho” – Ordem de Mérito. Foi sócio da Ernst & Young e CEO da firma para América do Sul. Foi Conselheiro Fiscal da Celesc e da Usiminas. É Presidente da BBA Aviation South America. É Presidente do Conselho Fiscal dos Jogos Olímpicos Rio 2016 e Conselheiro Fiscal da BRADESCO S.A. É membro do GGC – Grupo de Governança Corporativa.

– Membros Suplentes:

Wanderley Rezende de Souza – Atuou na Sete Brasil Participações S.A., companhia de investimentos especializada em administração de portfólio com foco no setor de óleo e gás offshore relacionada ao pré-sal, na Gerência de Participações e como Diretor da Sete Internacional – Áustria. Graduado em Economia e Administração com MBA em Executivo em Finanças e Direito e Finanças. Foi Gerente de Equipe e Executivo da PREVI, onde liderou projetos de fusão, aquisição, ofertas públicas, alienações, reestruturação financeira de companhias como Embraer, ALL, Usiminas, Perdigão, CPFL, Grupo Paranapanema, Acesita, Tupy, Neoenergia, GTD Participações e Vale. Foi membro suplente do Conselho de Administração da Embraer, Conselheiro de Administração da GTD Participações, do Grupo Paranapanema e da Usiminas, Membro Suplente do Conselho Fiscal da Cia. Café Iguaçu e Presidente do Conselho Fiscal da Tupy S.A. Foi Gerente de Contas e Negócios Corporativos do Banco do Brasil.

2.4) Indicação do acionista Tempo Capital Principal Fundo de Investimento de Ações para eleição em separado, pelos acionistas da Companhia titulares de ações preferenciais nos termos do disposto no item “a”, do parágrafo 4º do artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações

- Membros Titulares:

Domenica Eisenstein Noronha. Conselheira Fiscal (Titular) da Embratel Participações S.A., de 2012 a 2014. Larga experiência de assessoria a empresas na área de investment banking, com carreira no banco Morgan Stanley, tanto em operações de M&A quanto de mercado de capitais. Outras experiências profissionais incluem trabalhos para MCIWorldCom e SEC (Securities and Exchange Commission). Atuou no passado como consultora para empresas. Atualmente é sócia gestora independente Tempo Capital Gestão de Recursos Ltda. Graduada pela Georgetown University, com especialização em Finanças e Economia. Certificados CGA, CPA-20 e Series 7.

- Membros Suplentes:

Mauricio Rocha Alves de Carvalho. Sócio da Condere Consultoria de Estratégia e M&A, onde foca sua atuação nos projetos de estratégia que envolvem finanças corporativas e na assessoria para fusões e aquisições (avaliação e preparação da empresa, prospecção de investidores e estruturação da operação). Membro de Conselhos de Administração: a) Intersmart, distribuidora de equipamentos de T.I. com faturamento de R\$ 1 bilhão, (presidente do comitê de finanças) e b) LAB-SSJ, empresa de treinamento corporativo (2009 a 2010). Membro de Conselhos Fiscais: a) Grendene S.A. indústria de calçados; b) SLC Agrícola, agronegócio; c) Mills S.A., empresa de estruturas e serviços de engenharia (2011 a 2014); d) Sonae Sierra Brasil, gestora de shopping centers (2012 a 2013); e) Tupy S.A., indústria metalúrgica (2010 a 2012). Vice-Presidente da CFA Society do Brasil (2008 a 2011), Diretor Técnico da Apimec-SP e membro do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Sócio da Portfolio Consultoria durante mais de 10 anos, atuando em gestão de investimentos e consultoria financeira e com larga experiência em *private equity*, Experiências profissionais anteriores na Booz Allen & Hamilton do Brasil, Banco Pactual S.A., Citibank – Divisão de Mercado de Capitais e Banco de Investimentos Garantia. Professor de Finanças Corporativas e Avaliação de Negócios nos cursos de pós-graduação e MBA no Insper (ex-Ibmec-SP), da FIA, da Apimec-SP e do IBGC.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:*i. Condenação criminal*

Não há condenação criminal para cada um dos candidatos aos cargos de membros do conselho de administração.

ii. Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não há condenação em processo administrativo da CVM para cada um dos candidatos aos cargos de membros do conselho de administração.

iii. Qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa para cada um dos candidatos aos cargos de membros do conselho de administração.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores e membros do conselho fiscal do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos aos cargos de membros do conselho de administração e administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia.

b) Administradores e membros do conselho fiscal do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos aos cargos de membros do conselho de administração e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia.

c) Administradores e membros do conselho fiscal do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos aos cargos de membros do conselho de administração e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia.

d) Administradores e membros do conselho fiscal do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos aos cargos de membros do conselho de administração e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não aplicável. Inexistem relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos aos cargos de membros do conselho de administração e sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia.

b) Controlador direto ou indireto do emissor

(i) O candidato a membro titular do Conselho Fiscal Masato Ninomiya mantém contrato de Prestação de Serviços com a Nippon Steel & Sumitomo Metal Empreendimentos Siderúrgicos Ltda.;

(ii) A candidata a membro suplente do Conselho Fiscal Aurea Christine Tanaka mantém contrato de Prestação de Serviços com a Nippon Steel & Sumitomo Metal Empreendimentos Siderúrgicos Ltda.;

(iii) O candidato a membro titular do Conselho Fiscal Lúcio de Lima Pires ocupa cargo de Gerente de Controladoria na Previdência Usiminas;

(iv) O candidato a membro suplente do Conselho Fiscal Ely Tadeu Parente da Silva ocupa cargo de Gerente de Conformidade na Previdência Usiminas.

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não existe relação de subordinação relevante entre, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas e os candidatos aos cargos no conselho de administração.

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

O Conselho de Administração da Companhia, com base em recomendação do seu Comitê de Recursos Humanos, revisa anualmente a remuneração para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária. A política de remuneração tem como base as práticas de mercado, que levam em conta a agregação de valor para a Companhia, seus acionistas e demais *stakeholders*, apurada através do cumprimento de metas quantitativas e qualitativas atreladas à performance global da Companhia. O seu objetivo é reconhecer adequadamente a contribuição de cada membro do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Diretoria Não-Estatutária frente à realização dos objetivos estratégicos, em conformidade com as melhores práticas de mercado.

Não há remuneração para os membros dos Comitês da Usiminas.

b) Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Para os Diretores Estatutários: o valor total da remuneração anual fixa e variável é determinado através de decisão do Conselho de Administração, com base em recomendação do seu Comitê de Recursos Humanos, conforme estudo de mercado apresentado anualmente. A remuneração fixa é paga mensalmente ao longo do ano. A remuneração variável, atrelada ao cumprimento de metas quantitativas e qualitativas relacionadas à performance global da Companhia, é paga a título de bônus após apuração final dos parâmetros de performance com base no Balanço Anual Auditado e aprovado pelo Conselho de Administração. A Companhia possui também um plano de remuneração baseado em ações para seus Diretores Estatutários.

Para o Conselho de Administração: remuneração fixa, conforme verba aprovada na Assembléia Geral Ordinária. Não há prática de remuneração variável.

Para o Conselho Fiscal: a remuneração mensal dos membros efetivos é fixada em 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração fixa atribuída aos Diretores Estatutários da Companhia, nos termos do parágrafo 3º do art. 162 da Lei nº 6.404/76. Não há prática de remuneração variável.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total – conforme acima

Para os Diretores Estatutários: a composição da remuneração total, supondo o atingimento de 100% das metas que definem a remuneração variável, conforme estabelecido no plano anual (valor *target*) é:

- Para Diretor Presidente 33,33% referente a remuneração fixa, 33,33% referente remuneração variável e 33,34% referente remuneração baseada em ações.
- Para Diretor Vice Presidente: 36,92% referente a remuneração fixa, 36,92% referente remuneração variável e 26,16% referente remuneração baseada em ações.
- Para os Conselhos de Administração e Fiscal 100% da remuneração é fixa.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Remuneração Fixa – a metodologia utilizada para cálculo/reajuste da remuneração fixa dos administradores da Companhia (Conselho de Administração e Diretores Estatutários) baseia-se na avaliação das práticas de mercado e da conjuntura econômica vigente. Tal metodologia visa assegurar que a política adotada pela Companhia seja competitiva e esteja em linha com o mercado e com os interesses dos acionistas da Usiminas, sempre baseando-se em pesquisas de mercado realizada com consultorias de grande renome mundial.

Remuneração Variável (Diretores Estatutários) – a metodologia aplicável à remuneração variável tem como base o estabelecimento de indicadores econômicos, financeiros, quantitativos e qualitativos atrelados à performance global da Companhia e ao cumprimento de metas coletivas e individuais. Anualmente, o Conselho de Administração, com base em recomendação de seu Comitê de Recursos Humanos, promove a revisão do conjunto de indicadores e metas a fim de adequá-los às práticas de mercado, à conjuntura econômica global, aos interesses dos acionistas e, também, objetivando incentivar a performance sustentável da Companhia no longo prazo. Adicionalmente a Companhia possui um Plano de Remuneração baseado em ações, conforme detalhado no item 13.4.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia entende que a remuneração de seus executivos composta de parcela fixa e variável atende aos princípios de mercado e permite a avaliação do desempenho de seus executivos alinhada à performance global da Companhia, e que com a parcela de remuneração baseada em ações a companhia cria em seus executivos um senso de identidade, comprometimento e orientação para resultados.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração fixa leva em consideração valores de mercado obtido através de consultorias especializadas, em conformidade com as melhores práticas de mercado.

A remuneração variável de curto prazo leva em consideração indicadores quantitativos e qualitativos, determinados anualmente com base em estudos de mercado e aspectos conjunturais da economia global. São exemplos de Indicadores quantitativos: Margem Ebitda, Custo de Produção, entre outros. Os Indicadores qualitativos estão atrelados à contribuição específica de cada diretor ao resultado da Companhia.

A remuneração variável de longo prazo leva em consideração os objetivos estratégicos da Companhia em conformidade com as melhores práticas de mercado, atrelado ao desempenho da Companhia frente ao mercado financeiro.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A Companhia entende que a política de remuneração condicionada ao cumprimento de metas quantitativas e qualitativas (conforme explicitado no item anterior), permite que a evolução de cada uma das dimensões de seu interesse seja adequadamente medida a partir de indicadores de desempenho aos quais são atribuídos pesos de ponderação para avaliação de performance e determinação da remuneração variável. A ponderação relativa de cada indicador de desempenho é validada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, com base em recomendação do seu Comitê de Recursos Humanos que considera aspectos conjunturais distribuindo essa ponderação em grupos de indicadores do Grupo Usiminas, indicadores das Unidades de Negócio e Indicadores Individuais que venham agregar valor para a Companhia.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política de remuneração se encontra alinhada, da seguinte forma:

Curto prazo: a remuneração está baseada no monitoramento de mercado do salário base de cada cargo, conforme painel de empresas congêneres a sua área de atuação, assegurando uma remuneração adequada dos administradores.

Médio Prazo: está alinhada com o acompanhamento de metas de desempenho definidas anualmente para cada negócio e que visam alavancar a performance global da Companhia. As metas são repactuadas anualmente.

Longo Prazo: a partir de 2011 a Companhia adotou o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia. O plano possui o objetivo de alinhamento de interesses no Longo Prazo, tendo em vista o potencial de valorização das ações, na busca pelos resultados da Companhia. O Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia foi aprovado na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 14/04/2011.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Alguns Administradores recebem remuneração de Controladores da Companhia, conforme discriminado no item 13.15.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social encerrado em 31/12/2012

Órgão	Número de membros	Valores em reais													
		Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável						Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações (***)	Total
		Salário ou Pró-Labore	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros (**)	Bônus (****)	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros (**)					
Diretoria Estatutária	6,42	8.051.781,23	1.667.095,45	N/A	2.189.543,58	1.840.344,00	N/A	N/A	N/A	312.858,58	N/A	1.718.229,00	1.528.463,00	17.308.314,84	
Conselho de Administração	9,50	3.954.681,80	-	N/A	612.396,80	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	-	N/A	4.567.078,60	
Conselho Fiscal	4,75	569.549,71	-	N/A	113.909,94	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	-	N/A	683.459,65	
Total	20,67	12.576.012,74	1.667.095,45	N/A	2.915.850,32	1.840.344,00	N/A	N/A	N/A	312.858,58	N/A	1.718.229,00	1.528.463,00	22.558.853,09	

* Refere-se a honorários

** Refere-se a encargos sociais de responsabilidade da companhia

***O valor da remuneração baseada em ações refere-se ao custo do benefício do plano de outorga de opções de compra da Companhia, calculado com base no valor justo das opções outorgadas conforme metodologia Black-Scholes.

**** Corresponde ao bônus pago em 2012, calculado com base na avaliação de desempenho do exercício de 2011.

O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

A remuneração total contabilizada em 2012, incluindo provisão de remuneração variável com encargos sociais a serem pagos em 2013, totalizou R\$ 32.590 mil.

Exercício social encerrado em 31/12/2013

Órgão	Número de membros	Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego		Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações (***)	Total
		Salário ou Pró-Labore (*)	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros (**)	Bônus (****)	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros (**)					
Diretoria Estatutária	7,00	8.506.853,64	3.737.297,81	N/A	2.690.263,49	5.065.090,00	N/A	N/A	N/A	1.013.018,00	N/A	N/A	4.515.693,72	25.528.216,66	
Conselho de Administração	10,33	4.545.170,79	-	N/A	909.034,16	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	-	5.454.204,95	
Conselho Fiscal	5,00	607.632,54	-	N/A	121.526,45	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	-	729.158,99	
Total	22,33	13.659.656,97	3.737.297,81	N/A	3.720.824,10	5.065.090,00	N/A	N/A	N/A	1.013.018,00	N/A	N/A	4.515.693,72	31.711.580,60	

* Refere-se a honorários

** Refere-se a encargos sociais de responsabilidade da companhia

***O valor da remuneração baseada em ações refere-se ao custo do benefício do plano de outorga de opções de compra da Companhia, calculado com base no valor justo das opções outorgadas conforme metodologia Black-Scholes.

**** Corresponde ao bônus pago em 2013, calculado com base na avaliação de desempenho do exercício de 2012.

O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

A remuneração total contabilizada em 2013, incluindo provisão de remuneração variável com encargos sociais a serem pagas em 2014, totalizou R\$ 36.665 mil.

Exercício social encerrado em 31/12/2014

Órgão	Número de membros	Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego		Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações (***)	Total
		Salário ou Pró-Labore (*)	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros (**)	Bônus (****)	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros (**)	Benefícios Pós Emprego				
Diretoria Estatutária	6,50	7.966.157,52	1.769.694,16	N/A	3.032.894,29	8.310.243,18	N/A	N/A	N/A	1.662.048,64	N/A	N/A	5.511.776,61	28.252.714,40	
Conselho de Administração	9,25	4.890.136,64	-	N/A	745.590,48	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	-	5.635.727,12	
Conselho Fiscal	5,00	616.372,40	-	N/A	123.274,50	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	-	739.646,90	
Total	20,75	13.472.666,56	1.769.694,16	N/A	3.901.759,27	8.310.243,18	N/A	N/A	N/A	1.662.048,64	N/A	N/A	5.511.776,61	34.628.188,42	

* Refere-se a honorários

** Refere-se a encargos sociais de responsabilidade da companhia

***O valor da remuneração baseada em ações refere-se ao custo do benefício do plano de outorga de opções de compra da Companhia, calculado com base no valor justo das opções outorgadas conforme metodologia Black-Scholes.

**** Corresponde ao bônus pago em 2014, calculado com base na avaliação de desempenho do exercício de 2013.

O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

A remuneração total contabilizada em 2014, incluindo provisão de remuneração variável com encargos sociais a serem pagos em 2015, totalizou R\$ 36.377 mil.

Remuneração prevista para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2015

Orgão	Número de membros	Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego		Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações (***)	Total
		Salário ou Pró-Labore	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros (**)	Bônus	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros (**)					
Diretoria Estatutária	7,00	8.920.534,08	3.569.513,89	N/A	4.018.471,30	8.920.534,08	N/A	N/A	N/A	2.569.113,82	N/A	N/A	4.227.952,00	32.226.119,17	
Conselho de Administração	10,00	4.641.720,00	0,00	N/A	1.336.815,36	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	5.978.535,36	
Conselho Fiscal	5,00	637.181,01	0,00	N/A	183.508,13	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	820.689,14	
Total	22,00	14.199.435,09	3.569.513,89	N/A	5.538.794,79	8.920.534,08	N/A	N/A	N/A	2.569.113,82	N/A	N/A	4.227.952,00	39.025.343,67	

* Refere-se a honorários

** Refere-se a encargos sociais de responsabilidade da companhia

***O valor da Remuneração baseada em Ações refere-se ao custo do benefício do plano de outorga de opções de compra da Companhia, calculado com base no valor justo das opções outorgadas conforme metodologia Black-Scholes.

O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

O Comitê de Recursos Humanos da Usiminas recomendou ao Conselho de Administração a análise de aprovação de Verba Orçamentária para os Estatutários no valor máximo de R\$ 45.500.000,00 em sua próxima reunião. Os valores acima mencionados no quadro "Remuneração prevista para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2015" estão suportados por esse valor a ser aprovado.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social encerrado em 31/12/2012	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração (*)	Conselho Fiscal (*)
Número de membros (***)	6,42	8,75	4,67
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 35.000.000,00 (*)	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 1.840.344,00	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

(*) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir da superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O limite para pagamento incluindo a remuneração fixa, é a verba anual definida em Assembléia Geral Ordinária, que no caso de 2012 é de R\$ 35 milhões.

(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.

(***) o número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

- Apuração de valores correspondente ao período Janeiro a Dezembro, verba mencionada refere-se a período compreendido entre as Assembléias.

Exercício social encerrado em 31/12/2013	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração (*)	Conselho Fiscal (*)
Número de membros (***)	7,00	10,33	5,00
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração (*)	R\$ 40.000.000,00	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido (****)	R\$ 5.065.090,00	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

(*) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir da superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. A verba total anual definida em Assembléia Geral Ordinária, que no caso de 2013 é de R\$ 40 milhões.

(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.

(***) o número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

(****) Corresponde ao bônus pago em 2013, calculado com base na avaliação de desempenho do exercício de 2012.

- Apuração de valores correspondente ao período Janeiro a Dezembro, verba mencionada refere-se a período compreendido entre as Assembléias.

Exercício social encerrado em 31/12/2014	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração (**)	Conselho Fiscal (**)
Número de membros (***)	6,50	9,25	5,00
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração (*)	R\$ 45.500.000,00	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido (****)	R\$ 8.310.243,18	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

(*) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir da superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O valor destinado a Remuneração variável está incluso na verba total anual definida em Assembléia Geral Ordinária, que no caso de 2014 é de R\$ 45,5 milhões.

(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.

(***) o número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

(****) Corresponde ao bônus pago em 2014, calculado com base na avaliação de desempenho do exercício de 2013.

- Apuração de valores correspondente ao período Janeiro a Dezembro, verba mencionada refere-se a período compreendido entre as Assembléias.

Remuneração Variável Prevista para Exercício de 2015

Para o exercício de 2015, as premissas para os indicadores de metas, a princípio, poderão ser as mesmas adotadas em 2014, sujeitas às variações necessárias para refletir à conjuntura econômico-financeira global.

Exercício social a encerrar em 31/12/2015	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração (**)	Conselho Fiscal (**)
Número de membros	7,00	10,00	5,00
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas. (*)	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 45.500.000,00	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	R\$ 8.920.534,08	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	-	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A

Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

(*) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir da superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O valor destinado a Remuneração variável está incluso na verba total anual definida em Assembléia Geral Ordinária, que no caso de 2015 é de R\$ 45,5 milhões.

(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.

- Apuração de valores correspondente ao período Janeiro a Dezembro, verba mencionada refere-se a período compreendido entre as Assembléias.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

Foi aprovado na Assembléia Geral Extraordinária de 14 de abril de 2011 o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia. Neste mesmo ano, na primeira elegibilidade do Programa foram contemplados os componentes da Diretoria Estatutária, demais Diretores e Gerentes Gerais da Companhia.

Para o exercício social 2014 continuaram em operação as regras do plano aprovado em 14 de abril de 2011.

a) Termos e condições gerais

As regras gerais do plano são formalmente aprovadas pelos acionistas. Após a aprovação, o plano é gerenciado pelo Conselho de Administração, que tem o suporte do Comitê de Recursos Humanos para este fim. O Conselho de Administração e o Comitê são assessorados em aspectos técnicos e operacionais pelas áreas de recursos humanos, jurídica e financeira da Usiminas, ou consultores externos. Somente o Conselho de Administração tem poderes deliberativos sobre o plano, dentro dos limites aprovados pelos acionistas.

Todos os executivos e empregados são potencialmente elegíveis ao plano. Contudo, os efetivamente eleitos a receber outorgas deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração, a partir de recomendação do Comitê de Recursos Humanos.

O plano tem outorgas de opções anuais (programas), respeitadas as regras e principalmente o capital autorizado (número de ações) pelos acionistas. Todos os programas anuais deverão ser previamente aprovados pelo Conselho de Administração.

b) principais objetivos do plano

- Alinhamento de interesses entre executivos e acionistas
- Incentivar criação de valor sustentável
- Atração e retenção
- Competitividade com as práticas de mercado

c) forma como o plano contribui para esses objetivos

O plano é considerado o elo entre os objetivos dos Administradores e os objetivos da Companhia.

d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O plano faz parte da estratégia de remuneração total da Usiminas, sendo um importante elemento para manutenção da competitividade das práticas da Companhia frente ao mercado, bem como ferramenta de atração e retenção de profissionais importantes para o negócio.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O plano de *stock options* concede aos eleitos o direito de comprar ações da Usiminas a um preço (preço de exercício das opções) e prazos (carência para compra das ações) determinados. O preço pré determinado alinha o interesse de valorização das ações e os prazos de liberação para compra garantem decisões sólidas na busca de resultados de médio e longo prazo.

f) número máximo de ações abrangidas

O total máximo de ações abrangidas a serem outorgadas para todos os empregados elegíveis é de 50.689.310 ações preferenciais (USIM5), representando 5% do Capital total da Usiminas em 5 programas a serem realizados de 2011 a 2015.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

A quantidade máxima de opções outorgadas em cada ano para o total de Administradores elegíveis foi:

Outorga 2011 – 1.638.515 opções, representando 0,162% do total de ações de emissão da Companhia.

Outorga 2012 – 1.740.556 opções, representando 0,172% do total de ações de emissão da Companhia.

Outorga 2013 – 1.784.802 opções, representando 0,176% do total de ações de emissão da Companhia.

Outorga 2014 – 1.197.493 opções, representando 0,118% do total de ações de emissão da Companhia.

h) condições de aquisição de ações

A Opção deverá ser exercida mediante a aquisição ou subscrição das ações subjacentes em contrapartida do pagamento à Companhia do valor correspondente ao Preço de Exercício, nos termos do Contrato de Opção.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Conselho de Administração define o preço de exercício ("Preço de Exercício") de cada Opção no momento em que a mesma é concedida, o qual é equivalente à cotação média ponderada de fechamento das Ações Preferenciais aplicáveis na BM&FBovespa - Bolsa

de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. ("BM&FBovespa") no mês anterior à data da concessão das Opções.

j) critérios para fixação do prazo de exercício

O Conselho de Administração poderá fixar prazo a partir do qual a Opção passará a ser exercível ("Período de Carência") e também poderá estabelecer que a Opção venha a ser exercível em parcelas. Salvo deliberação em sentido diverso do Conselho de Administração, (i) 1/3 (um terço) das Opções passará a ser passível de exercício um ano após a data de sua concessão, (ii) 1/3 (um terço) das Opções passará a ser passível de exercício dois anos após a data de sua concessão e (iii) 1/3 (um terço) das Opções passará a ser passível de exercício três anos após a data de sua concessão.

O Conselho de Administração poderá determinar o período máximo subsequente à data de concessão durante o qual a Opção poderá ser exercida ("Período de Exercício"), ressalvado que as Opções não poderão ser exercidas após 7 (sete) anos da data de sua concessão.

k) forma de liquidação

O preço de exercício de cada ação objeto da opção será pago à vista integralmente pelo empregado eleito na data do exercício da opção, isto é, da celebração do Contrato de Compra e Venda entre o empregado eleito e a Usiminas ou da assinatura do respectivo boletim de subscrição, conforme o caso.

l) restrições à transferência das ações

Durante o Período de Exercício, é vedado ao Participante alienar as Opções a ele concedidas ou constituir quaisquer ônus sobre tais Opções.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

A suspensão, alteração ou extinção do plano se dá diante da cessação de vínculo do elegível ao programa de remuneração baseada em ações para com a Companhia, conforme mesmos critérios/eventos descritos no item abaixo.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

- (a) Desligamento Sem Justa Causa - Em caso de desligamento do Participante da Companhia ou de suas Controladas por iniciativa destas, mediante rescisão de seu contrato de trabalho sem justa causa ou destituição de seu cargo de administrador não motivada por eventos que, caso se tratasse de relação empregatícia, configurariam hipótese de justa causa nos termos da legislação trabalhista, o Participante poderá exercer suas Opções já passíveis de exercício no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva Data de Desligamento, após o qual todas as Opções outorgadas ao

Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (b) Desligamento por Justa Causa - Em caso de desligamento do Participante da Companhia ou de suas Controladas por iniciativa destas, mediante rescisão de seu contrato de trabalho por justa causa ou destituição de seu cargo de administrador motivada por eventos que, caso se tratasse de relação empregatícia, configurariam hipótese de justa causa nos termos da legislação trabalhista, todas as Opções ainda não exercidas, independentemente de serem passíveis de exercício ou não, serão extintas de pleno direito e canceladas na respectiva Data de Desligamento ou na data do evento que deu origem à demissão ou destituição do Participante, o que primeiro ocorrer. (c) Desligamento Voluntário - Na hipótese de desligamento voluntário de qualquer Participante da Companhia ou de suas Controladas, o Participante poderá exercer suas Opções já passíveis de exercício no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva Data de Desligamento, após o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (d) Desligamento por Aposentadoria - Na hipótese de Aposentadoria, o Participante poderá exercer suas Opções já passíveis de exercício no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva Data de Desligamento, após o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (e) Falecimento - Em caso de falecimento de um Participante, o direito ao exercício de todas as Opções concedidas ao Participante será antecipado e seus herdeiros ou sucessores, por sucessão legal ou testamentária, poderão exercê-las no período de 12 (doze) meses após a respectiva Data de Desligamento, findo o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (f) Desligamento por Invalidez Permanente - No caso de um Participante encontrar-se em licença de trabalho contínua e autorizada causada por invalidez permanente, o direito ao exercício de todas as Opções concedidas ao Participante será antecipado e estas poderão ser exercidas no período de 12 (doze) meses após a respectiva Data de Desligamento, findo o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (g) Desligamento Após Alienação de Controle da Companhia - Em caso de alienação, direta ou indireta, de ações que representem o controle acionário da Usiminas, o Participante que, nos primeiros 12 (doze) meses subsequentes à alienação do controle da Usiminas, for demitido sem justa causa ou cuja destituição do cargo de administrador não tenha sido motivada por eventos que, caso se tratasse de relação empregatícia, configurariam hipótese de justa causa nos termos da legislação trabalhista terá o direito ao exercício antecipado de todas as Opções a ele concedidas e poderá exercê-las no período de 30 dias após a respectiva Data de Desligamento, findo o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito.

13.5 . Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Quantidade de Valores Mobiliários em 31/12/2014

Empresa	Valor Mobiliário	Conselho de Administração (*)	Diretoria	Conselho Fiscal (*)
Usiminas	Ação Ordinária	34	2	1000
Usiminas	Ação Preferencial Classe A	175.032	43.789	1000

* O saldo de ações inclui os membros efetivos e suplentes dos conselhos de Administração e Fiscal.
 ** As opções outorgadas e não exercidas não estão incluídas no quadro acima.

13.6. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

A Companhia reconhece as despesas provenientes dos planos de outorga de opções de compra consoantes as Normas Contábeis CPC10 (R1) e ICPC05, que orientam a apuração e registro de acordo com o período de carência em que a opção se tornar exercível.

Remuneração baseada em ações referente aos exercícios sociais encerrados em 2012, 2013 e 2014

Programa 2012

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração*
Nº de membros:	7	1
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga:	28/11/2012	28/11/2012
Quantidade de opções outorgadas:	1.447.091	46.112
Prazo para que as opções se tornem exercíveis:	Total de 3 anos, com possibilidade de antecipação de 33% ao ano, após o primeiro ano contado da outorga (0/33/33/33).	Total de 3 anos, com possibilidade de antecipação de 33% ao ano, após o primeiro ano contado da outorga (0/33/33/33) .
Prazo máximo para exercício das opções:	7 anos da data da outorga	7 anos da data da outorga
Prazo de restrição à transferência das ações:	Não aplicável	Não aplicável
Preço médio ponderado de exercício:	R\$ 10,58	R\$ 10,58
Valor justo das opções na data da outorga:	R\$ 4,32	R\$ 4,32
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas:	0,1427% do capital total da Usiminas.	0,0045% do capital total da Usiminas.

* Outorga em função de ser empregado da Companhia, e não como membro do Conselho de Administração.

Programa 2013

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração*
Nº de membros:	7	1
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga:	28/11/2013	28/11/2013
Quantidade de opções outorgadas:	1.180.596	39.071
Prazo para que as opções se tornem exercíveis:	Total de 3 anos, com possibilidade de antecipação de 33% ao ano, após o primeiro ano contado da outorga (0/33/33/33).	Total de 3 anos, com possibilidade de antecipação de 33% ao ano, após o primeiro ano contado da outorga (0/33/33/33) .
Prazo máximo para exercício das opções:	7 anos da data da outorga	7 anos da data da outorga
Prazo de restrição à transferência das ações:	Não aplicável	Não aplicável
Preço médio ponderado de exercício:	R\$ 11,47	R\$ 11,47
Valor justo das opções na data da outorga:	R\$ 6,30	R\$ 6,30
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas:	0,1109% do capital total da Usiminas.	0,0039% do capital total da Usiminas.

* Outorga em função de ser empregado da Companhia, e não como membro do Conselho de Administração.

Programa 2014

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração*
Nº de membros:	5	1
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga:	27/11/2014	27/11/2014
Quantidade de opções outorgadas:	1.197.493	79.506
Prazo para que as opções se tornem exercíveis:	Total de 3 anos, com possibilidade de antecipação de 33% ao ano, após o primeiro ano contado da outorga (0/33/33/33).	Total de 3 anos, com possibilidade de antecipação de 33% ao ano, após o primeiro ano contado da outorga (0/33/33/33) .
Prazo máximo para exercício das opções:	7 anos da data da outorga	7 anos da data da outorga
Prazo de restrição à transferência das ações:	Não aplicável	Não aplicável
Preço médio ponderado de exercício:	R\$ 6,14	R\$ 6,14
Valor justo das opções na data da outorga:	R\$ 2,85	R\$ 2,85
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas:	0,1181% do capital total da Usiminas.	0,0078% do capital total da Usiminas.

* Outorga em função de ser empregado da Companhia, e não como membro do Conselho de Administração.

Movimentação das opções outorgadas dos 3 últimos exercícios sociais

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração*	Total
Exercício social encerrado em 2012			
a Das opções em aberto no início do exercício social	1.361.441	78.268	1.439.709
Outorga Programa 2012	1.447.091	46.112	1.493.203
b Das opções perdidas durante o exercício social	(951.328)	-	(951.328)
c Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-
d Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
Das opções em aberto no final do exercício social	1.857.204	124.380	1.981.584
Exercício social encerrado em 2013			
a Das opções em aberto no início do exercício social	1.857.204	124.380	1.981.584
Outorga Programa 2013	1.124.476	39.071	1.163.547
b Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
c Das opções exercidas durante o exercício social	(183.596)	-	(183.596)
d Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
Das opções em aberto no final do exercício social	2.798.084	163.451	2.961.535
Exercício social encerrado em 2014			
a Das opções em aberto no início do exercício social	2.798.084	163.451	2.961.535
Outorga Programa 2013 (opções bonificadas)	56.120	-	56.120
Outorga Programa 2014	1.197.493	79.506	1.276.999
b Das opções perdidas durante o exercício social	(1.579.274)	-	(1.579.274)
c Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-
d Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
Das opções em aberto no final do exercício social	2.472.423	242.957	2.715.380
Das opções em aberto exercíveis	820.795	122.033	942.828
Das opções em aberto não exercíveis	1.651.628	120.924	1.772.552

* Outorga em função de ser empregado da Companhia, e não como membro do Conselho de Administração.

As despesas incorridas referentes aos membros da Administração da Companhia reconhecidas nos resultados dos exercícios 2012, 2013 e 2014 e a prevista para 2015 encontram-se informados no item 13.2.

13.7 Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social.

Referente ao Programa 2012

• Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração*
• número de membros	7	1
• em relação às opções ainda não exercíveis		

i.	quantidade	179.743	15.371
ii.	data em que se tornarão exercíveis	28/11/2015	28/11/2015
iii.	prazo máximo para exercício das opções	27/11/2019	27/11/2019
iv.	prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável	Não aplicável
v.	preço médio ponderado de exercício	R\$ 10,58	R\$ 10,58
vi.	valor justo das opções no último dia do exercício social	**	**
	• em relação às opções exercíveis		
i.	quantidade	359.487	30.741
ii.	prazo máximo para exercício das opções	27/11/2019	27/11/2019
iii.	prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável	Não aplicável
iv.	preço médio ponderado de exercício	R\$ 10,58	R\$ 10,58
v.	valor justo das opções no último dia do exercício social	**	**
vi.	valor justo do total das opções no último dia do exercício social	**	**

* Receberam em função de serem executivo não estatutário, e não como membro do Conselho de Administração.

** A companhia não apurou o valor justo das opções no último dia do exercício social.

Referente ao Programa 2013

• Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração*
• número de membros	7	1
• em relação às opções ainda não exercíveis		
vii. quantidade	274.391	26.047
viii. data em que se tornarão exercíveis	28/11/2015 e 28/11/2016	28/11/2015 e 28/11/2016
ix. prazo máximo para exercício das opções	27/11/2020	27/11/2020
x. prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável	Não aplicável
xi. preço médio ponderado de exercício	R\$ 11,47	R\$ 11,47
xii. valor justo das opções no último dia do exercício social	**	**
• em relação às opções exercíveis		
vii. quantidade	137.196	13.024
viii. prazo máximo para exercício das opções	27/11/2020	27/11/2020
ix. prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável	Não aplicável
x. preço médio ponderado de exercício	R\$ 11,47	R\$ 11,47
xi. valor justo das opções no último dia do exercício social	**	**
xii. valor justo do total das opções no último dia do exercício social	**	**

* Receberam em função de serem executivo não estatutário, e não como membro do Conselho de Administração.

** A companhia não apurou o valor justo das opções no último dia do exercício social.

Referente ao Programa 2014

• Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração*
• número de membros	5	1
• em relação às opções ainda não exercíveis		
xiii. quantidade	1.197.493	79.506
xiv. data em que se tornarão exercíveis	28/11/2015, 28/11/2016 e 28/11/2017	28/11/2015, 28/11/2016 e 28/11/2017
xv. prazo máximo para exercício das opções	27/11/2021	27/11/2021
xvi. prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável	Não aplicável
xvii. preço médio ponderado de exercício	R\$ 6,14	R\$ 6,14
xviii. valor justo das opções no último dia do exercício social	**	**
• em relação às opções exercíveis		
xiii. quantidade	-	-
xiv. prazo máximo para exercício das opções	27/11/2021	27/11/2021
xv. prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável	Não aplicável
xvi. preço médio ponderado de exercício	R\$ 6,14	R\$ 6,14
xvii. valor justo das opções no último dia do exercício social	**	**
xviii. valor justo do total das opções no último dia do exercício social	**	**

* Receberam em função de serem executivo não estatutário, e não como membro do Conselho de Administração.

** A companhia não apurou o valor justo das opções no último dia do exercício social.

13.8 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

No exercício de 2013 foram exercidas as seguintes opções pela Diretoria Estatutária:

• Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
• número de membros	3	0
• Em relação as opções exercidas informar:		
• Numero de ações	183.596	0
• preço médio ponderado de exercício	11,24	0
• Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas as opções exercidas	2,77	0
• Em relação as ações entregues		
• Numero de ações	NA	NA
• preço médio ponderado de aquisição	NA	NA
• Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	NA	NA

Nos anos de 2012 e 2014 não foram exercidas opções de compra de ações.

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

As principais premissas utilizadas de acordo com o modelo de precificação Black-Scholes dos programas de outorgas foram as seguintes:

Outorga 2012

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 4,06	R\$ 4,32	R\$4,61
Preço da ação no momento	R\$ 10,38	R\$ 10,38	R\$ 10,38
Preço de exercício	R\$ 10,58	R\$ 10,58	R\$ 10,58
Volatilidade do preço da ação	37,95%	37,95%	37,95%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos	0,63%	0,63%	0,63%
Taxa de retorno livre de risco	8,63% a.a.	8,75% a.a.	8,87% a.a.
Vigência ajustada	4 anos	4,5 anos	5 anos

Outorga 2013

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 5,87	R\$ 6,30	R\$ 6,58
Preço da ação no momento	R\$ 11,88	R\$ 11,88	R\$ 11,88
Preço de exercício	R\$ 11,47	R\$ 11,47	R\$ 11,47
Volatilidade do preço da ação	43,38%	43,38%	43,38%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos	0%	0%	0%
Taxa de retorno livre de risco	11,34% a.a.	11,37% a.a.	11,40% a.a.
Vigência ajustada	4 anos	4,5 anos	5 anos

Outorga 2014

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 2,66	R\$ 2,85	R\$3,02
Preço da ação no momento	R\$ 5,70	R\$ 5,70	R\$ 5,70
Preço de exercício	R\$ 6,14	R\$ 6,14	R\$ 6,14
Volatilidade do preço da ação	43,41%	43,41%	43,41%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos	0%	0%	0%
Taxa de retorno livre de risco	12,10% a.a.	12,11% a.a.	12,12% a.a.
Vigência ajustada	4 anos	4,5 anos	5 anos

- i. *Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado*

Metodologia Black-Scholes. Não existe exercício antecipado das opções, o vesting é de 33% por ano após o 1º, 2º e 3º anos da data da outorga do plano.

- ii. *Forma de determinação da volatilidade esperada*

Para cálculo da volatilidade foi considerada o histórico ajustado de 36 meses anteriores à outorga.

iii. *Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo*

Não foi incorporada nenhuma outra característica na mensuração do valor justo.

13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários							
Órgão	Nº Membros	Nome do Plano	Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Condições para se aposentar antecipadamente	Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa as contribuições feitas diretamente pelos administradores	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa as contribuições feitas diretamente pelos administradores	Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições
Conselho de Administração	0	N/A	N/A	N/A	0	0	N/A
Diretoria Estatutária	3	USIPREV	1	Nenhum dos Administradores	R\$ 908.971,46	R\$ 176.287,01	Nenhum dos Administradores (*)
(*) O Resgate antecipado pode ser requerido somente por participantes que cessaram seu contrato de trabalho e não estejam em gozo de benefício. O resgate corresponde a 100% do saldo de conta do participante acrescido de um percentual aplicável sobre o saldo de conta da patrocinadora, variando de 10 a 80%, conforme o tempo de inscrição no plano (3 anos completos 10%, aumento de 10% a cada ano, até o limite de 80% a partir dos 10 anos).							

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal: órgão, número de membros, valor da maior remuneração individual, valor da menor remuneração individual e valor médio de remuneração individual.

As informações apresentadas neste item estão de acordo com os dados informados no item 13.2.

	Valores em reais								
	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Número de membros	6,50	7,00	6,42	9,25	10,33	9,50	5,00	5,00	4,75
Valor da maior remuneração (reais)	7.897.449,74	6.103.224,53	3.143.438,84	2.093.440,12	1.966.504,94	1.286.454,11	147.929,40	145.831,80	144.883,97
Valor da menor remuneração (reais)	3.301.490,86	2.962.227,67	1.151.637,02	331.038,00	375.300,00	273.400,00	147.929,40	145.831,80	144.883,97
Valor médio da remuneração (reais)	4.346.586,71	3.646.888,09	2.695.999,20	609.267,80	527.996,61	480.745,12	147.929,40	145.831,80	143.886,24

Observações:

- (a) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.
- (b) O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.
- (c) O valor da maior remuneração anual individual da Diretoria Estatutária refere-se a um membro que exerceu o cargo por 9 meses.

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não aplicável, tendo em vista não existirem os instrumentos indicados.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	Exercício social encerrado (2014)	Exercício social encerrado (2013)	Exercício social encerrado (2012)
Conselho de Administração	80%	79%	79%
Conselho Fiscal	60%	60%	60%
Diretoria Estatutária	62%	60%	64%

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Órgão	Valores em reais		
	Exercício Social encerrado (2013)	Exercício Social encerrado (2012)	Exercício Social encerrado (2011)
Conselho de Administração	171.547,76	102.943,48	23.937,42
Conselho Fiscal	-	-	-
Diretoria Estatutária	-	-	-

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

	Valores em reais		
	2013	2012	2011
Conselho de Administração	28.453.450,33	32.079.698,30	3.811.863,34
Conselho Fiscal	414.975,65	256.887,04	185.368,03
Diretoria	-	1.551.669,70	1.049.394,80

Valores convertidos para reais, com a taxa de cambio de 28/05/2014.

Não tiveram valores pagos por controladas ou sociedades sob controle comum.

13.16 Outras informações que a Companhia julga relevantes.

Os administradores provenientes do exterior, terão direito de exercer a totalidade das opções de compra de ações outorgadas conforme o plano de opções da Companhia, contando com um prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da data do término do seu vínculo contratual. (A cláusula 10.1 do plano de opções não será aplicada). Conforme aprovado pelo Conselho de Administração.